

Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção

RICARDO ANTONIO PINTO

“PESCAR JUNTOS, COMER JUNTOS”.
Análise de aspectos ético-teológicos da comunhão no
Projeto Economia de Comunhão na Liberdade,
de Chiara Lubich.

São Paulo – 2006

RICARDO ANTONIO PINTO

“PESCAR JUNTOS, COMER JUNTOS”.
Análise de aspectos ético-teológicos da comunhão no
Projeto Economia de Comunhão na Liberdade, de Chiara Lubich.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Pós-Graduação da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, área de Teologia Prática – Moral, sob a orientação do Prof. Dr. Pe. Ney de Souza.

São Paulo – 2006

DEDICATÓRIA

- Ao povo simples e bom das comunidades
da diocese de Pesqueira-PE
com quem trabalhei durante alguns anos.

- Aos que doaram e aos que continuam
doando o “sangue da alma” pelo Projeto
Economia de Comunhão na Liberdade.

AGRADECIMENTO

- A Chiara Lubich e ao Movimento dos Focolares, por me ajudarem diariamente a fazer da vida um serviço ao “Que todos sejam um” (cf. *Jo* 17, 21).
- Ao Prof. Dr. Pe. Márcio Fabri dos Anjos, pela grandeza de coração manifestada na amizade e no fraterno acompanhamento acadêmico.
- À direção, professores e funcionários da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, pela atenção que sempre demonstraram nos diálogos inerentes ao processo burocrático e acadêmico.
 - Aos amigos padres, seminaristas e funcionários do Seminário de Teologia Bom Pastor da Arquidiocese de São Paulo, por também me ajudarem a experimentar a “comunhão ético-teológica” que se fez objeto de pesquisa neste trabalho.
- Aos meus familiares, especialmente meu irmão Jorge e minha mãe Edméia, a quem o amor de Deus pediu medidas altas de despojamento, através de apreensões e doenças, durante todo o período de encaminhamento da pesquisa e da redação desta dissertação.
 - A todos os que, de alguma forma, me ajudaram a concluir este circuito acadêmico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
-----------------	----

CAPÍTULO I

A EMERGÊNCIA DO CAPITALISMO E O ATUAL SISTEMA ECONÔMICO HEGEMÔNICO.....	12
1.1 - Raízes históricas do paradigma capitalista.....	14
1.2 - Características das relações humanas na economia nas origens do capitalismo.....	17
1.3 - Evolução dos contrastes relacionais do paradigma capitalista.....	20
1.4 – Projeções ideológicas do capitalismo sobre a ciência econômica.....	21
1.5 – Primeiros efeitos da moral cristã sobre a economia.....	25
1.6 – Influências ideológicas sobre a economia do século XX.....	30
1.7 – Sinais de emergência de um novo paradigma de solidariedade e comunhão.....	33

CAPÍTULO II

PERCEPÇÕES E CRITÉRIOS CRISTÃOS SOBRE A ÉTICA ECONÔMICA.....	36
1.1 – A comunhão como valor ético-teológico.....	38
1.2 - A incidência do comportamento ético-cristão sobre a organização social.....	39
1.3 - Algumas características do início da Doutrina Social da Igreja.....	47
1.4 - Os “sinais” da comunhão na nova fase da Doutrina Social da Igreja.....	51
1.5 - Alguns sinais proféticos do ensinamento social de João Paulo II.....	56

CAPÍTULO III

A COMUNHÃO

NO PROJETO ECONOMIA DE COMUNHÃO NA LIBERDADE, DE CHIARA LUBICH.....

66

1.1) Atualidade ético-teológica da comunhão na vida social.....**68**

1.2) A ontologia do Projeto Economia de Comunhão na Liberdade.....**70**

1.3) A inspiração da Economia de Comunhão.....**75**

1.4) A novidade espiritual, social e antropológica da Economia de Comunhão.....**77**

1.5) A Economia de Comunhão como esboço de uma nova ordem

socioeconômica.....**79**

1.6) Experiências de comunhão em algumas empresas da EdC**82**

1.7) “Pescar juntos, comer juntos.”**94**

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....100

BIBLIOGRAFIA.....104

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação representa um grande desafio dentro da Teologia. Mas foi o departamento de Pós-Graduação da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção que provocou a reflexão sobre este assunto. Pareceres dos diretores e professores e, especificamente a Ata do Exame de Qualificação, sinalizaram ser uma contribuição interessante e pertinente apresentar a *comunhão* tão estreitamente ligada ao trinômio ética-teologia-economia. Com efeito, verificando a experiência da comunhão presente no âmbito eclesiológico desde as comunidades apostólicas, pudemos perceber o desafio que estava subjacente ao Projeto Economia de Comunhão na Liberdade como um objeto de pesquisa acadêmica.

A comunhão no campo dos bens de consumo obviamente remete à comunhão de um espírito de partilha. Nos tempos contemporâneos, caracterizados por uma civilização de abundância pela facilidade encontrada nas novas formas de produção, a cultura paradoxalmente se mostra com impressionantes desigualdades sociais que levam a economia para longe dos espaços da comunhão. Este contexto é tão drástico que levaria mesmo a se pensar na impossibilidade de uma “economia de comunhão”, rotulando-se a economia com as marcas dos interesses com que hoje se apresenta. Por outro lado se desenha a relevância de um estudo que possa colocar sob análise as possibilidades de alternativa diante de estruturas vigentes tão poderosas. Mas entendemos competir exatamente à teologia cristã ser portadora da reflexão que critica e oferece alternativas aos poderes deste mundo.

Com o presente estudo se assume, a partir de parâmetros específicos, refletir sobre o fato de o processo econômico hegemônico ter se tornado um espaço de manifestação do comportamento subjetivista do homem. Nos últimos séculos, com efeito, esse comportamento foi ainda mais afrontado pelo individualismo pragmático no qual valem primeiramente os

resultados medidos pelo ganho pessoal. Esse estilo de agir econômico atenua, efetivamente, o modelo ético de respeito e valorização da dignidade da pessoa humana.

Sob esse cenário, paradoxalmente, apresentam-se sinais de uma novidade no campo da moral e da teologia. No campo da moral porque “o modo de encarar a atividade econômica depende de como se concebe a relação entre as pessoas”¹ e da teologia porque, fundamentalmente toda relação implica em um exercício de abertura e doação de si mesmo e isso tem o seu melhor modelo no “amor mútuo” revelado por Jesus Cristo, porque vivido na Trindade.

Tendo esses elementos como pressupostos de uma *cultura de comunhão* que está amadurecendo no processo sócio-ecclesial-cultural, estamos propondo refletir sobre a categoria *comunhão* no surgimento, na reflexão e na concretização do Projeto Economia de Comunhão na Liberdade (EdC).

Este projeto representa uma iniciativa concreta que nasceu e vem se desenvolvendo dentro do Movimento dos Focolares. A EdC nasceu em 1991, durante uma viagem ao Brasil feita por Chiara Lubich, fundadora e atual presidente do Movimento dos Focolares. Durante o percurso de 47 quilômetros de rodovia que liga São Paulo à “cidade-testemunho”, então chamada *Mariápolis Araceli*, no município de Vargem Grande Paulista, pôde contemplar o violento desequilíbrio social dessa megalópole, expressão contundente do dramático quadro de pobreza e miséria que se verifica no Brasil. Associada a essa contemplação está a permanente experiência de generosidade e gratuidade dos membros do Movimento dos Focolares no Brasil no viver na *comunhão dos bens*, a exemplo das primeiras comunidades cristãs. Também, muito presente, a reflexão da Encíclica *Centesimus Annus*, lançada por João Paulo II naquele período.

Na ocasião, Chiara Lubich escreveu no seu diário pessoal: “(...) erradicar a “coroa de espinhos”, como o cardeal, Dom Paulo Evaristo Arns, chama o cinturão de pobreza e miséria que circunda a cidade repleta de arranha-céus”. (...) Se São Paulo, em 1890, era uma vila, e agora é uma floresta de arranha-céus, podemos ver o que é capaz de fazer o capital nas mãos de alguns e a exploração de muitos. Por que - perguntou-se - tamanha potência não se orienta à solução dos imensos problemas do Brasil? Porque falta o amor ao irmão, porque domina o cálculo, o egoísmo... Precisamos crescer até o ponto em que o bem caminhe por si. A esperança existe - ou melhor - a certeza”.

¹ BRUNI, Luigino. *Economia de Comunhão: por uma cultura econômica de várias dimensões*. São Paulo: Cidade Nova, 2000.

Inicia-se, então, um Projeto que visa à passagem da *comunhão de bens* entre as pessoas e grupos, para a *comunhão de bens* dentro de um sistema econômico. Trata-se da criação ou da reestruturação de empresas, pequenas ou grandes, entendidas como comunidade de pessoas, cujos proprietários livremente distribuem os lucros com finalidades específicas.

Esse quadro sintético de elementos que caracterizam a *comunhão* no Projeto EdC parece-nos, com efeito, um sinal que permite renovar “por dentro” as relações nos modelos econômicos vigentes. De fato, a sua peculiaridade e originalidade estão centradas na lógica de alteridade na qual toda relação pode ajudar a emergir o “outro” com quem se relaciona, exatamente como se realiza no modelo relacional da Santíssima Trindade.

Os objetivos que nos propomos neste estudo, naturalmente contrastam com a grandiosidade e as exigências que o tema representa. Com o realismo de uma dissertação de mestrado, assumimos recolher alguns elementos introdutórios para a compreensão dos aspectos ético-teológicos do projeto desenhado por Chiara Lubich, enquanto propõe a *comunhão* no desafiador contexto da economia atual.

Nos passos metodológicos, iniciamos apresentando em grandes linhas alguns enfoques culturais do amplo tema da história da economia, atendo-nos a essa problemática a partir do século XI, passando pelo modelo econômico comunal rural e urbano das *corporações*, demonstrando assim o estilo das relações humanas profundamente marcado pela religião. Evidenciaremos aspectos sobre a incidência da moral cristã no pensar e no agir econômico abordando a influência cultural eclesial, católica e protestante, favorecendo o paradigma capitalista que via no “lucro” um sinal da “eleição” de Deus. A bibliografia básica que utilizamos nesta leitura visita alguns autores cujas análises permitem a convergência de nosso estudo para o desafio da compreensão da *comunhão* na economia. Em contrapartida ao parâmetro estabelecido por esta aproximação, acreditamos ganhar mais agilidade em compreender as bases da reflexão trazida pela EdC à economia.

Procuraremos em seguida descrever uma fundamentação metodológica da trajetória eclesial feita a partir do surgimento da Doutrina Social da Igreja; ou seja, o caminho do pensamento da Igreja desde a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, passando pelo pensamento dos sucessivos Papas até João Paulo II; consideraremos mais especificamente a *Centesimus Annus* que servirá como uma das inspirações para o lançamento do Projeto Economia de Comunhão na Liberdade no mesmo ano do lançamento dessa Carta Encíclica.

A seguir apresentaremos o Projeto EdC fundamentado na cultura do dar, da partilha, da *comunhão*, como sinal paradoxal à cultura do *ter*. Essa *cultura da comunhão* se contrapõe à *cultura do ter* porque está inspirada no “dar” econômico, no “ser” mais que “ter”. Tem

como referência os relacionamentos entre empresários e trabalhadores, fornecedores e clientes que revelam uma concepção que não é nem individualista nem coletivista, mas uma concepção de comunhão na qual a pessoa é vista numa relação de reciprocidade com os outros.

Trata-se, portanto, do desenvolvimento de uma cultura fundamentada na partilha que não deve ser considerada como uma forma de filantropia ou de assistencialismo, mas solidificado sobre aquela “comunhão” que é a própria essência da pessoa, do ser comunidade. Esse, portanto, é o aspecto peculiar da EdC que propõe um estilo de agir econômico com as características da gratuidade, da abertura ao outro e aos valores éticos, apesar de atuar, em setores econômicos com fins lucrativos. Dessa forma é superada aquela visão, enraizada no pensamento e na práxis econômica, que vê o mercado como o reino da conveniência individual, e as atividades sem fins lucrativos como o reino do altruísmo e da solidariedade.

Dentro dos parâmetros inerentes a uma dissertação introdutória, procuramos sinalizar a experiência de *comunhão* feita por alguns empresários diretamente ligados ao Projeto. Segundo nossos registros, existem cerca de 735 empresas coligadas ao Projeto no mundo, dentre essas existem 123 presentes no Brasil. Isto significa que uma análise mais a fundo teria muito material a ser pesquisado. No presente trabalho, teremos em conta apenas uma amostragem colhida nas experiências de quatro empresas, a saber, da *Eco-Ar* Indústria e Comércio Ltda, *Prodiel* Farmacêutica Ltda., Policlínica *Ágape*, e da *Sabor & Vida* Pães e Delicatessen Ltda. Nossa escolha sobre a experiência dessas empresas deve-se ao fato de estarem instaladas na região metropolitana de São Paulo, “lugar teológico” onde nasceu a EdC, e ambiente naturalmente desafiante pelas específicas exigências técnicas e mercadológicas para as empresas. A inclusão desses depoimentos deve-se ao fato de acreditarmos que uma experiência teológica torna-se efetivamente completa quando se exprime em nível de encarnação.

A racionalidade econômica, em termos de *instrumentabilidade* e *egoísmo filosófico*, típicas do processo de *globalização* e *neoliberalismo*, será, portanto, confrontada com o paradoxo gerado nos últimos anos pela busca crescente de valores referentes à solidariedade e à comunhão.

Com efeito, o esforço dos estudiosos e dos empresários da EdC é o de atuar entre eles um diálogo de comunhão, em nível da produção de bens e serviços e de pesquisa científica. Esses defendem que as empresas de EdC devem ser uma “empresa plural”.

Isto significa colocar a comunhão no cerne da vida econômica e da empresa afirmando que o ‘princípio da reciprocidade’ é o princípio fundamental e a autoridade apóia-se nele. Reconhecem, antes de tudo, que se é irmão do outro, que são iguais em dignidade e somente depois ponderam as diferentes responsabilidades e funções.

Por analogia, a comunhão proposta na experiência da EdC tende a amadurecer e avançar através de uma práxis que promova o “Pescar juntos, comer juntos”. Essa parece mais de acordo com a vivência do amor trinitário nas relações econômicas. De fato, ser pobre para a proposta da EdC significa despojar-se de tudo o que impede de estabelecer um diálogo aberto com o outro. Posso “ter o peixe”, mas devo ser capaz de despojar-me dele, inseri-lo na comunhão dos bens e ir a fundo nas causas que impedem o “outro” de pescar segundo suas próprias potencialidades e deixar emergir da comunhão uma nova postura diante das necessidades que lhe são inerentes. É uma decisão de não mais “ter o peixe” pescado somente por mim e do jeito que até então eu pescava. Significa aprender novamente a pescar, abrindo espaço ao “outro”, aos valores, idéias e potencialidades que possui, mesmo se totalmente diferentes das minhas. E o resultado desse “novo” modo de pescar é partilhado, é “celebrado” e “comungado” junto.

A abertura de espaço para novas propostas e alternativas sócio-econômicas é uma novidade profundamente pertinente às interpelações do mundo pós-moderno. Nesse contexto, a presente dissertação deseja ser uma contribuição, oferecendo elementos ético-teológicos da *comunhão* no Projeto EdC, para que se concretize a utopia de uma economia centrada no valor do homem, enraizada na comunhão trinitária. Tudo isso para a glória de Deus e para que seja resgatado o espírito e a práxis dos primeiros cristãos: “eram um só coração e uma só alma... e não havia entre eles indigente algum” (cf. At 4, 32-34).

A Economia de Comunhão despertou, em muitos de nós, energias adormecidas, suscitou propósitos sérios e comprometedores, propôs soluções para sonhos que se julgavam irrealizáveis. Sementes já promissoras de novas empresas, voltadas à entrega do lucro a quem está em necessidade.
Chiara Lubich

CAPÍTULO I

A EMERGÊNCIA DO CAPITALISMO E O ATUAL SISTEMA ECONÔMICO HEGEMÔNICO

Este Capítulo objetiva oferecer uma fundamentação sobre a emergência do capitalismo, suas características e efeitos ao longo dos séculos, até os dias atuais. Apresentaremos uma problematização histórico-cultural a partir do século XI com o objetivo de obter elementos de referências que possibilitem o confronto com a argumentação do Capítulo II – Percepções e critérios cristãos para a ética econômica; e sejam evocadas como alternativa para o atual agir econômico no Capítulo III – A comunhão no Projeto Economia de Comunhão de Chiara Lubich.

Passaremos pelo modelo econômico rural-urbano das *corporações*, demonstrando o estilo das relações humanas profundamente marcado pela religião. Trataremos de alguns aspectos favoráveis à emergência do paradigma capitalista, da influência do comportamento individualista no âmbito econômico e das dramáticas consequências desse comportamento para as massas de operários escravizados pelo extremo desejo de lucro.

Evidenciaremos as intervenções relacionadas à moral cristã sobre o pensar e o agir econômico, através da cultura eclesial católica e protestante. A racionalidade econômica em termos de *instrumentabilidade* e *egoísmo filosófico*, uma das resultantes do processo de *globalização* e *neoliberalismo* no qual o mundo mergulhou desde a década de mil novecentos e setenta, é apresentada como um paradoxo em relação à busca crescente de valores inerentes à solidariedade e à comunhão emergentes nos últimos anos. Essa tem aberto espaço para novas propostas e alternativas sócio-econômicas de uma experiência cristã profundamente projetada e comprometida com as interpelações do mundo pós-moderno.

1.1 - Raízes históricas do paradigma capitalista

Até o século XI, a Europa Ocidental passou por um fenômeno de desagregação e declínio social. O que fundamentalmente caracterizou o término desse período foi o acelerado desaparecimento da vida urbana em decorrência da força adquirida pelo mundo rural. O fenômeno que delineou um estilo de economia patriarcal baseada no regime da terra e no domínio, tendia a tornar essa parte da Europa refratária aos sinais do capitalismo que ensaiava a sua ascensão. A propriedade tornou-se um direito absoluto sem, contudo, até aquele momento se apresentar vinculada ao capital dicotômico e anônimo. O homem trabalhador do campo ainda não era considerado proletário, nem tinha perdido o sentido das relações sociais por causa da atividade econômica. As estruturas profissionais, familiares e religiosas ainda se apresentavam interligadas umas às outras, conservando os valores morais próprios de cada uma. Somente nas fases subseqüentes é que o mundo rural verá nascer as formas do capitalismo em vários níveis. Bigo definiu esse momento da economia européia afirmando que “O valor econômico absorverá então todo valor. (...) A abstração característica do capitalismo ainda não se produziu. A propriedade tornar-se-á então capital, valor em busca de lucro”².

Paradoxalmente, ainda no século XI, contempla-se o simultâneo renascimento da economia urbana baseada no artesanato e marcada pela mão-de-obra pouco desenvolvida e ainda ignorante à evolução da máquina. Esse estilo de economia era caracterizado por um comportamento específico, profundamente integrado à sociedade urbana. O pensamento, os valores morais e a honra transmitida através das gerações familiares continuavam na base da atividade econômica.

Entre religião e economia havia uma profunda ligação que delineava comportamentos específicos para favorecer os dois segmentos. A religião crescia com o avanço econômico e o desenvolvimento econômico era plasmado pela ação religiosa. A esse respeito, comenta Weber:

O artesão (...), sem a sua existência não teria sido possível a propagação do cristianismo, que foi, a princípio, justamente, a religião dos artesãos ambulantes, entre os quais figurava o apóstolo Paulo. É sua a sentença: “Quem

² BIGO, Pierre. *A Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1969. p.125

não trabalha também não deve comer (2Tes 3,10) que corresponde a uma concepção ética característica do artesão.”³

Com efeito, o trabalho do artesão se desenvolvia de acordo com a vontade específica do comprador. A economia orientava-se para a vida do homem que se apresentava como centro de interesse e de convergência de tudo o que se produzia e se vendia. As suas necessidades eram literalmente e qualificadamente atendidas.

O ofício sobrepunha-se à empresa e começava a se constituir através de *corporações*⁴. Engendradas pelos comerciantes, as *corporações* ganharam força entre os artesãos. Eles se organizaram por franquias e deram origem a um sistema comunal de produção e comércio no qual o trabalhador urbano era visto como um operário. Todo o interesse da atividade econômica estava direcionado para eles. O espírito das *corporações* estava, portanto, fundamentalmente voltado para o bem da pessoa humana⁵.

As relações econômicas tornaram-se categoricamente marcadas pela lei moral. Dauset afirma que, nesse contexto, a economia “está sob a dependência imediata da instância moral superior, a vontade divina”⁶. Esse fator orienta decididamente ao bem comum e à justiça todas as atividades produtivas e comerciais.

O desenvolvimento econômico é comandado pelo direito e pela justiça inerente à consciência de cada homem, mantida permanentemente sob a orientação divina. A fé religiosa modelava a existência e as relações sociais transferindo a atividade econômica à instância da consciência. O respaldo de estatutos, regras e instituições corporativas contribui para o exercício da ética econômica a partir da retidão de pensamentos e atitudes. A procura do ganho sem limite é condenada de forma contundente. Relações entre patrões e operários, preços, salários, contratos, trocas, benefícios, qualidade de produção e concorrências estão vinculados ao sentido do que é pecado e do que é virtude. Esse comportamento, Péguy afirmava ser o “o princípio das catedrais”, pois a finalidade não era produzir e vender com os

³ WEBER, Max. *História geral da Economia*. São Paulo: Mestre Jou, 1968. p.139

⁴ *Corporações* são associações de pessoas especializadas em um tipo de trabalho manufaturado com características marcantes de profissionalismo e criatividade e realizados através de um sistema de relacionamentos éticos entre os membros associados e com os compradores dos produtos.

⁵ BIGO, Pierre. *A Doutrina Social da Igreja*. Op. cit. p. 126-127. O autor explica dessa forma a organização das *corporações*: “A riqueza não tem valor em si mesma. Ela é feita para o homem e feita pelo homem. Não é o dinheiro, mas o homem que é o ponto de cristalização de toda a vida. Em outros termos, o valor não absorveu ainda em si mesmo todo o valor. E tampouco é do tempo de trabalho no estado puro, pois o trabalho não se reduz ainda à sua duração. O capital, como valor em busca do lucro, não nasceu, nem a classe, como categoria econômica”.

⁶ *Ib.* p.127

preços mais altos, o que seria a perspectiva do produtor, mas servir o cliente entregando-lhe uma obra realizada com lealdade.

O trabalho era todo orientado para a qualidade. As mercadorias deveriam ser realmente o que elas pareciam ser. Em sua confecção e em sua apresentação, não deveriam aceitar nenhum tipo de fraude para enganar o cliente. A duração do trabalho era regulamentada, não somente com a finalidade de proteger o operário mas, antes de tudo, para lhe garantir uma postura de lealdade. Nesse caso, a atividade noturna não favorecia a qualidade. Exceto a viúva, nenhuma mulher podia exercer ofícios femininos. Nem mesmo podia torna-se aprendiz por preocupação de que não se conseguiria lhe ensinar convenientemente o ofício. Os muitos regulamentos não têm outra razão de ser senão assegurar a execução do trabalho de forma adequada. A única concorrência admitida é a da qualidade. Qualquer outra forma de concorrência é rejeitada como possivelmente inadequada. Existe ainda uma enorme distância de um comportamento agressivo em relação ao concorrente e em relação ao cliente.

De fato, um outro aspecto substancial que caracteriza as *corporações* é a total ausência de competição entre os seus membros internos. Entre eles emerge uma política de subsistência que destitui todo e qualquer tipo de confronto ou beligerância. Naturalmente, esse perfil relacional também foi permanentemente influenciado pelo desafio de superar a racionalidade, sempre presente na estrutura humana. Por outro lado, a força do comportamento moral dos artesãos produziu um estilo de organização marcado por comportamentos de honestidade em relação à evolução da economia pessoal e comunitária. O caráter corporativo, com efeito, gerava atenção e comprometimento com as necessidades de cada um e de todos. Através de uma política interna que procurava assegurar de forma permanente a igualdade de condições, cada associado tornava-se responsável pela subsistência de todos. Weber define assim esse comportamento:

A política interna das corporações lutava para conseguir, por todos os meios inimagináveis, uma igualdade de condições entre os seus membros, da mesma maneira como ocorria entre os camponeses com a distribuição de cotas. Para se chegar a essa igualdade era necessário impedir a formação de capitais poderosos, criando, para isto, obstáculos de crescimento desproporcionado entre os diferentes mestres; nenhum deles devia se colocar acima dos demais.⁷

⁷ WEBER. Max. *História geral da Economia*. São Paulo: Mestre Jou: 1968. p. 140

Entretanto, os primeiros passos da escalada capitalista começam a colocar em crise o sistema econômico comunal impulsionado no mundo urbano pelas *corporações*. Gradativamente os artesãos começam a experimentar um estilo de independência na compra e venda da matéria-prima especializada para o seu trabalho. A comercialização a partir do valor real de cada produto agora passa a ter preços fixos. Através da necessidade e da possibilidade de se ter recursos próprios, vai se configurando um novo perfil no artesão das *corporações*. Esses assumem, então, as feições do capitalismo emergente.

Aos poucos, a prática das relações econômicas orientadas pela moral, objetivando o bem comum e a justiça vai se distanciando do ideal proposto pelas *corporações* que passam a viver um período de declínio e descrédito. O início dessa fase também pode ser explicado pela crescente rigidez que passa a regulamentar a relação entre mestre e aprendiz; pelo surgimento da necessidade do pagamento de taxas; pelos processos de defesa de privilégios por parte dos artesãos; pela intromissão do governo real conferindo mestria a mestres sem competência profissional; e, ainda, como causa central, pela total incapacidade por parte das *corporações* de formar e fornecer mão-de-obra qualificada para o novo estilo de indústria que saía do anonimato para se estabelecer como central na economia.

Esses comportamentos foram gradualmente plasmando o modelo do homem empresarial. Caracterizava-o, especialmente, a coragem de tomar decisões concretas entre graves desafios, perigos e vicissitudes. Tudo com um só objetivo: o lucro. Todas as suas energias eram investidas em um projeto de ganho financeiro exacerbado que lhe possibilitasse equilíbrio sob um aspecto objetivo, ou seja, a realização e sobrevivência pessoal e o crescimento da empresa – mesmo que isso custasse o sacrifício de muitos operários – ; e sob um aspecto subjetivo, isto é, que possibilitasse à sua consciência um sentimento sincero de bem servir aos compradores de seus produtos.

1.2 - Características das relações humanas na economia nas origens do capitalismo

Os sinais preliminares do capitalismo provêm do paralelo surgimento, à margem do enriquecimento dos artesãos nas *corporações*, de estruturas com características de empresa. Weber define esses sinais como “fruto tardio da evolução da *corporação*”. Conclui que “a *corporação* chegara ao limite de suas possibilidades de desenvolvimento, e que, portanto, já

não podia pensar em novas oportunidades de lucro sem atender para a divisão interlocal do trabalho, à exploração capitalista e à ampliação do mercado”⁸.

De fato, já no século XII, algumas *corporações* constituídas por grandes comerciantes apresentavam-se exteriormente como comerciais, mas à medida que cresciam se revelavam como empresas anônimas dominadas pelo capital. Era a erupção da hegemonia comercial do mundo urbano. A mão-de-obra transformava-se em mercadoria e o dinheiro o único objetivo a ser abstraído das massas de artesãos menos qualificados. Esses começam a depender e a serem submetidos às investidas de uma classe centralizadora e interessada em defender os seus próprios interesses e privilégios, sem medir conseqüências: “Uma *commercanzia* se constitui – afirma-se –, e detém o poder contra o povo miúdo, ainda que ela se intitule ‘refúgio dos indigentes, patronato do mundo, porta e asilo dos miseráveis’”⁹.

O século XIII contemplou a passagem para um conflito que produziu conseqüências até ao século XV. Esse se traduziu em um movimento chamado “revolta das gentes comuns” que afrontava a introdução na economia de costumes que negavam o verdadeiro espírito corporativo. Essa postura foi originada pelo fato das *corporações* terem chegado ao limite do seu crescimento. Não era mais possível pensar e gerar situações e oportunidades que favorecessem o lucro sem uma definição dos postos de trabalho nas empresas, sem a exploração ao máximo das condições de trabalho e sem a ampliação do mercado. O espírito das *corporações* estava definitivamente comprometido. E embora apoiado pelas *corporações*, pela nobreza e pela Igreja, os agricultores e os artesãos, protagonistas do movimento, foram vencidos no confronto.

Pirenne lê assim esse fato:

A revolução social que eles desejavam era irrealizável. A constituição econômica que eles queriam derrubar, não repousava somente sobre as cidades. Para destruí-la, teria sido preciso subverter de alto a baixo toda a organização industrial e comercial da Europa.¹⁰

⁸ Ib. p. 142.

⁹ BIGO, Pierre. *A Doutrina Social da Igreja*. Op. cit. p. 131.

¹⁰ Ib. p. 132

Com as descobertas marítimas do fim do século XV e do século XVI o comércio transoceânico e o espírito empreendedor foram estimulados. Especialmente as investidas direcionadas à extração de metais preciosos na África e na América eram impulsionadas pela ganância e pela cruel exploração colonial através do trabalho forçado e imposto à mão-de-obra negra.

A hegemonia e a legitimação da cristandade por parte dos governos passam a se expressar com comportamentos contraditórios. Um dos resultados das equivocadas posturas econômicas derivadas dessa ganância, por exemplo, foi que, já nos séculos XVI e XVII, a Europa quintuplicou o estoque de ouro e prata. O mundo cristão, no entanto, procurava explicar essa atitude com afirmações como a de Sombart: “Nós nos tornamos ricos porque raças inteiras desapareceram para nós. Foi para nós que continentes inteiros foram despovoados”¹¹.

Em contraste com essa atitude, a moral cristã passa a conceber e a apresentar um “humanismo cristão” como forma de colocar a pessoa humana no centro da reflexão e ação econômica. Um novo ideal de sociedade é enfatizado pelos temas de moral social que nascem de modelos espirituais. Esses apregoam um agir ético fundamentado no Evangelho. “Os movimentos espirituais da Idade Média – afirma Vidal – culminam na espiritualidade do século XVI. Tanto o erasmismo, como a espiritualidade inaciana, a mística franciscana e a mística de Santa Teresa e de S. João da Cruz, com as demais escolas de espiritualidade, postulam a volta a uma ética genuinamente evangélica. (...). Ligada ao desejo de volta ao evangelho, verifica-se no século XVI uma sensibilidade especial para com os pobres e marginalizados. Nasce uma ética de atitudes sociais bastante próximas dos valores evangélicos”¹².

Paralelamente, essa nova postura cristã vê nascer no século XVII uma supremacia comercial que projetará grandes problemas sociais para o século XVIII. Esses distúrbios são consequência de alguns fatores como o surgimento da máquina que atinge diretamente os artesãos e os constringe a aceitar o jugo dos novos patrões; a exigência de um grande acúmulo de capital e mão-de-obra, desassociando o capital do trabalho; e o aparecimento da plena liberdade econômica que permite ao empresário medir as suas possibilidades e ousar arriscar seus capitais na criação de uma empresa.

¹¹ Ib. p. 133.

¹² VIDAL, Marciano. *Nova Moral Fundamental. O lar teológico da ética*. Aparecida, São Paulo: Santuário, Paulinas, 2003. p.373.

Como conseqüência, esse comportamento incidirá no definitivo declínio das *corporações* e abrirá as portas para que entre em cena o que representa a sua antítese: o capitalismo.

1.3 - Evolução dos contrastes relacionais do paradigma capitalista

Gradativamente foi se estabelecendo a caracterização do capitalismo como uma nova forma de relação econômica. Da liberdade de produção e da forma como as empresas se estruturavam nasceu então a doutrina liberal. Essa passa a atingir, fundamentalmente, as relações interpessoais.

A aglomeração dos trabalhadores em torno das máquinas e dos bens de produção, a proximidade geográfica das fábricas e usinas e a natural comunicação entre os trabalhadores fora do ambiente de trabalho, provocam o surgimento de uma interdependência de funções produtivas especializadas. Não existe mais a relação centrada no valor singular da pessoa, mas na impessoalidade das relações econômicas, ou seja, na possibilidade de ganho que ela possa oferecer. Bigo cita o comentário de Sombart:

Tudo é impessoal, ao contrário, na época capitalista: as coisas não têm mais alma, elas não são senão o suporte de um valor venal. Anônimas, as relações da direção com o pessoal, as relações comerciais entre os comerciantes e os clientes, sobretudo entre os acionistas e a empresa. O acionista não pode ter outra imagem da empresa que a de um título do qual ele destaca um cupom e do qual ele desconta um lucro. A intervenção maciça do papel nas relações é, ao mesmo tempo, um efeito e uma causa: somente há cifras e assinaturas, não mais faces, nem de pessoas nem de coisas.¹³

O paradigma capitalista vai delineando uma dinâmica econômica distanciada do valor da pessoa humana pregada pelo cristianismo. A partir do século XVIII a história da humanidade passa efetivamente a ver a economia como uma vertente através da qual se obtém bens materiais que favoreçam a quem produz. A empresa assume o papel de instrumento para se chegar a um único fim, ou seja, o lucro. A esse respeito, Weber afirma:

¹³ BIGO, Pierre. *A Doutrina Social da Igreja*. Op. cit. p. 140.

O cálculo penetra no processo das associações tradicionais, desintegrando as velhas relações de caráter piedoso. (...) Dentro de uma comunidade familiar, tudo se calcula, e já não se vive num regime estritamente comunista; cessa a piedade simples e ingênua, e desaparece toda a limitação de ânsia de lucro.(...) A ética econômica *nasceu do ideal* ascético; todavia, perdeu o sentido religioso. Foi possível que a classe trabalhadora tivesse se conformado com a sua sorte, enquanto se pôde prometer-lhe a bem-aventurança eterna. Mas, uma vez desaparecida a possibilidade deste consolo, tinham que se revelar todos os contrastes registrados numa sociedade que, como a nossa se acha em pleno crescimento.¹⁴

A ânsia de lucro torna-se um sentimento universalizado no Ocidente. “A raiz religiosa do homem econômico moderno extinguiu-se”, conclui Weber¹⁵. Sombart, por sua vez, define a essência do capitalismo como “orientação espiritual particular dos agentes econômicos, de onde derivam três critérios fundamentais de conduta: o princípio do lucro, o individualismo e o racionalismo”¹⁶.

1.4 – Projeções ideológicas do capitalismo sobre a ciência econômica

O resultado mais depreciativo do exercício do capitalismo passa a ser, com efeito, a impessoalidade das relações econômicas. A pessoalidade que caracterizava as *corporações* cedeu definitivamente espaço ao impessoalismo e, conseqüentemente à despersonalização. A interlocução passa a ser regida por comportamentos anônimos e distantes em todos os tipos de relação econômica: entre patrões e operários, entre comerciantes e clientes, entre acionistas e a empresa. O perfil do homem capitalista começa se delinear pela racionalidade em relação ao lucro. O homem, com efeito, deve buscar meios para conquistá-lo, independentemente quais sejam. O trabalho, a família, a religião, a sociedade civil são condicionados a uma espécie de “reino” de mercadorias e anonimato.

O avanço do capitalismo evidenciou a evolução da reflexão e das atitudes de alguns pensadores. Por exemplo, o pensamento de Adam Smith (1723-1790), filósofo social considerado o formulador da teoria econômica, quando argumenta que o mercado,

¹⁴ WEBER. Max. *História geral da Economia*. Op. Cit. pp. 311;321.

¹⁵ *Ib.* p.321

¹⁶ Em Dicionário de Sociologia. Verbetes Capitalismo. São Paulo: Paulus. 2005, p. 75.

aparentemente caótico, é, na verdade, organizado para produzir as espécies e quantidades de bens necessários e desejados pela população.

Na sua obra *Riqueza das Nações*, definida como o principal tratado do pensamento econômico moderno e responsável pela origem do estudo da economia, conclui que uma divisão apropriada da mão-de-obra pela sociedade, à medida que cada pessoa se especializa naquilo que sabe fazer melhor, é a melhor maneira de aumentar a produtividade e a riqueza de uma nação. Como consequência, o mercado torna-se um lugar de troca vantajosa que interessa a ambas as partes, permitindo a todos alcançar a independência em relação aos outros e, por isso, eticamente positivo. Constitui-se uma espécie de “capitalismo possível”. Mas isso, efetivamente, continua a produzir impessoalismo nas relações econômicas.

Esse fenômeno, porém, fincou suas bases muito tempo antes. Originou-se através do arrefecimento da influência da moral religiosa provocada pela Reforma Protestante sobre a economia. Segundo Weber¹⁷, se o europeu medieval precisava “descarregar por meio da confissão e de certas penitências, a consciência da culpa e o sentimento de pecado, que foram provocados pelos preceitos éticos da Igreja”, a Reforma rompeu com o sistema e distinguiu a chamada “moral que a todos obriga” de outra com “índole particular e vantajosa” e, com isso, “a unidade e a severidade da vida metódica ficaram atenuadas”. Conseqüentemente, foi adotado um caminho de ascese ultra-humana a ser vivida dentro mundo comum pelas personalidades religiosas que se haviam enclausurado. A racionalidade capitalista emergente e potencializada pela ótica protestante revela um novo estilo de agir econômico. Weber avalia essa fase:

Nas comunidades ascéticas protestantes, a admissão à comunhão dependia de um nível ético; este, porém, se identificava com a honorabilidade nos negócios, enquanto que ninguém indagava pelo conteúdo da fé. Uma tal instituição tão poderosa e inconscientemente refinada para a criação do capitalismo não existiu em nenhuma outra igreja ou religião; em comparação com ele, carece de importância tudo quanto fez o Renascimento em favor do capitalismo.¹⁸

A legitimação do lucro sob o caráter religioso protestante também ficou evidenciada nesse contexto. A Reforma tentou resolver a crise de consciência imposta àqueles que eram

¹⁷ WEBER. Max. *História geral da Economia*. Op. Cit. p. 318.

¹⁸ *Ib.* p. 320

levados a migrar do estilo econômico comunal para o nascente contexto comercial. A crise era resultante, de um lado, da influência da ascese monástica que exigia a pobreza; de outro, da posse da riqueza, porém sem condicionamentos estritamente instintivos. A religião tornou-se apta a definir os parâmetros do acúmulo de riquezas. Weber afirma que “o fato de pertencer a uma seita que não conhecia a distinção judaica entre moral de grupo e moral exterior, assegurava a honorabilidade e a honestidade profissional e, por conseguinte, o pleno êxito da vida. (...) daí [os protestantes] constantemente repetirem: (...) a piedade é o caminho mais seguro para se alcançar a riqueza”¹⁹. O ganho pessoal, portanto, o lucro, era subjetivamente legitimado como expressão da bênção de Deus. O homem “protocapitalista” transferiu para a esfera divina a responsabilidade da culpa pela valorização da atividade lucrativa. Essa postura, até os nossos tempos, permaneceu apoiada em fundamentos racionais.

Desde então, o capitalismo evocou a autonomia do econômico em relação à religião e à moral. O ganho pessoal passa a ter valor em si mesmo e isso não justifica o respeito ao indivíduo. O capital domina o trabalho. A empresa não é mais uma sociedade de homens que nela trabalham. É, com efeito, uma forma transitória que provoca o aumento do capital dos empresários. Isso desestabiliza, e até mesmo destrói, o equilíbrio das relações sociais. O proletariado é explorado sem escrúpulos e a injustiça social se cristaliza. A comunidade humana é afrontada, mesmo se em escalas diferentes, pelo *liberalismo* que, em defesa da liberdade, rejeita toda e qualquer estruturação e ordenação objetiva da economia; e pelo socialismo, que propõe a supressão da propriedade privada como condição enfática à liberdade.

O socialismo teve em Karl Marx e Friedrich Engels os seus expoentes através da publicação do *Manifesto Comunista*, em 1848. A obra define e tem no centro da proposta o materialismo histórico e dialético como nova ontologia do ser social²⁰.

Essa postura, no entanto, confronta-se objetivamente com a visão cristã de favorecer a liberdade dos direitos dos indivíduos como princípio inalienável da conduta social, também no campo da economia. Com efeito, desde sempre a Igreja discerne e condena o princípio que norteia a dialética comunista. Em contrapartida também questiona os abusos do capitalismo absolutizado e transformado em liberalismo.

¹⁹ *Ib.* p. 319.

²⁰ “O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da dominação da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado”. Em MARX & ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista, Texto Integral*. São Paulo: Martin Claret, 2004. p.59

Nesse contexto, muitos caminhos de reflexão e discernimento emergiram ao longo dos dois últimos séculos. Deve-se especialmente ao alemão Max Weber (1864-1920) a tentativa de se estabelecer relação entre o capitalismo e a cultura cristã de corte protestante.

Bruni comenta que, na obra de Weber, “a ciência econômica surge como reflexão autônoma da moral, justamente quando se distingue, na ação do indivíduo, voltado, sobretudo, a maximizar a própria riqueza, o específico no qual ele se concentra”²¹. Com efeito, Weber evidencia que a ciência econômica também pode tender a se transformar em um espaço de afirmação do valor do indivíduo como pessoa. Segundo Bruni²², a premissa de Weber apresenta-se como o núcleo iniciador da ciência econômica no Ocidente ao propor que as coisas, ou seja, os vários aspectos da realidade não são ligados por nexos indivisíveis, mas são separáveis. Nesse sentido, Bruni também afirma:

Em economia, parte-se do pressuposto de que os indivíduos não estão ligados uns aos outros por nexos indivisíveis antes de iniciar a troca; portanto, é possível o exercício intelectual de separação do *ego* (eu) do *alter* (outro), construindo assim uma ciência individualista, na qual o eu, o agente individual, pode ser analisado independentemente de suas relações com o outro.²³

Sob essa linha, Weber passa a contribuir efetivamente com a epistemologia das relações sociais confrontando-as com princípios cristãos. Apesar de vários fatores tenderem a transformar as relações econômicas, tornando-as espaço de relações dicotômicas motivadas pela competição e pela busca desenfreada do lucro pelo lucro, Weber exprime a sua importante reflexão sobre o quanto o cálculo tornou-se o específico do agir econômico em detrimento da humanização das relações nesse âmbito²⁴.

²¹ BRUNI, Luigino (org.). *Economia de Comunhão, uma cultura econômica em várias dimensões*. São Paulo: Cidade Nova, 2002. p. 43

²² *Ib.* p. 43

²³ *Ib.* p. 44

²⁴ A esse respeito, Magatti cita um trecho de Weber de 1995 (pp.55-56): “L’economia razionale è una attività impersonale. Si orienta ai prezzi monetari che si originano a loro volta dallo scontro di interessi di uomini che agiscono sul mercato. Senza stime in prezzi monetari e quindi senza questo scontro di interessi non è possibile calcolo di sorta. Il denaro è la cosa più astratta e impersonale che esista nella vita umana”. In: *Complessità relazionale e comportamento economico – Materiale per un nuovo paradigma di razionalità*. A cura di Pier Luigi Sacco e Stefano Zamagni. Il Mulino: Bologna, 2002. p.134.

A concepção, a abordagem e a atividade econômica passam, definitivamente, a ter uma postura individualista em contraste com o seu caráter ontológico comunitário que valorizava o indivíduo. É a passagem ao individualismo pragmático. “Desse momento em diante, – comenta Bruni – o economista, ao explicar todo tipo de fenômeno, partiu sempre do comportamento individual, separado e independente dos outros, e, a partir dele, interpretou e analisou os fenômenos sociais”. E afirma ainda: “É este o momento no qual o valor do indivíduo degenera em individualismo, no sentido de que fenômenos não redutíveis a ações de indivíduos separados uns dos outros não interessam à ciência econômica convencional”²⁵.

Sinais como esse foram gradualmente interpelando e provocando o pensamento cristão a apresentar de forma sistemática um modelo ético, fundamentado na Sagrada Escritura e na Tradição eclesial, como alternativa para as relações sociais.

1.5 – Primeiros efeitos da moral cristã sobre a economia

Foi na segunda metade do século XIX que a questão social começou a ser efetivamente trabalhada pela Igreja. O ambiente de liberalismo econômico no qual a Europa começava a entrar foi o cenário dessa novidade eclesial. A crescente industrialização, o conseqüente empobrecimento do operariado e a desvalorização dos relacionamentos na atividade econômica, movimentaram a consciência da cristandade. A maioria dos católicos, no entanto, consideraram o processo de empobrecimento e o aumento da desigualdade como resultante da modernidade que avançava. Esses permaneceram indiferentes e tendiam ao continuísmo da religião tradicional com seus princípios éticos de assistencialismo. Não faltaram, porém, pessoas carismáticas que propunham um encaminhamento programático de reflexão e atitudes que respondessem à problemática social vigente.

Na primeira metade do século já se ouviam vozes proféticas como a de Frederico Ozanan (1813-1853), fundador das Conferências de São Vicente de Paulo, em 1833, buscando superar o assistencialismo caritativo e refletindo publicamente sobre o que o cristianismo tem a dizer ao problema econômico gerado pelo conflito entre capital e trabalho. A frase de uma

²⁵ BRUNI, Luigino (org.). *Economia de Comunhão, uma cultura econômica em várias dimensões*. Op. Cit., p. 45.

de suas cartas escritas em 1848 revela isso: “Quero menos a organização do trabalho do que a dos trabalhadores por meio de associações voluntárias, seja entre si, seja com os patrões”²⁶.

Nessa mesma vertente, Dom Wilhelm Emmanuel von Ketteler (1811-1877), bispo de Mogúncia, na Alemanha. Chamado “o bispo combativo”, von Ketteler tinha como ideal de vida a restauração e a penetração do espírito cristão nos diversos setores da atividade humana. Para isso teve que lutar contra as atitudes provenientes da civilização medieval presentes nas incompreensões do laicismo moderno. É considerado o primeiro teórico católico que conseguiu propor uma organização sócio-econômica com base sindicalista.

Na sua principal obra *A Questão Operária e o Cristianismo*, publicada em 1864, argumenta que somente um cristianismo voltado ao Evangelho pode oferecer uma solução adequada e duradoura para a questão social e retribuir ao homem o verdadeiro sentido do trabalho²⁷. No texto, pleiteia o direito de os operários se associarem a fim de promover interesses comuns, como o aumento de salários correspondente ao valor do trabalho; a diminuição das horas de trabalho; a regulamentação dos dias de descanso; e a proibição do trabalho das crianças, das mulheres e das moças nas fábricas. O bispo alemão olhava de frente a questão social, avaliando as decorrências dessa em relação à Revolução Industrial, que estava em pleno vigor. O seu pensamento foi continuado pelo cônego Hitze que, em 1890, publicou *A Quinta-Essência da Questão Social* na qual afirmava que o verdadeiro senhor em nossas sociedades é o capitalista, porque todos, empresários, patrões e operários, estão à mercê do capital. A solução só pode ser encontrada na organização social das profissões.

Paralelamente ao surgimento dessas personalidades carismáticas emergiram, - especialmente na França, na Alemanha e na Itália -, grupos e movimentos articulados por uma minoria eclesiástica. Esses tiveram um papel significativo no despertar da consciência católica ocidental. Tornaram-se famosos, por exemplo, os protestos proféticos de membros do episcopado francês que muitas vezes usavam o púlpito para extravasar a indignação ética através de contundentes sermões. O arcebispo de Lião, Dom De Bonald foi um deles. Nas suas *Instruções Quaresmais*, de 1842, bradou:

O que é o homem para a ambição? Uma máquina que funciona; uma roda que acelera o movimento; uma alavanca que suspende; um martelo que quebra a

²⁶ MATOS, Henrique C. J. *Da Rerum Novarum (1891) à Centesimus Annus (1991): 100 Anos de Evolução da Doutrina Social da Igreja, (Uma abordagem histórica)*. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 51, n. 204, p. 773, 1991.

²⁷ *Ib.* p. 773

pedra; uma bigorna que trabalha o ferro. E a criança? Ela não vê na criança senão uma peça de engrenagem que não possui ainda toda a sua força. Eis a seus olhos toda a dignidade da natureza humana... Aos domingos [dirige-se aos patrões], vós não sofreis com a interrupção dos trabalhos públicos: é necessário que as construções se levantem, que se cavem os canais, que as máquinas funcionem. A Religião vos clama: as forças do operário se esgotam! Mas, vossas entranhas não se comovem. O cansaço embrutece a alma do trabalhador e abrevia sua existência! Vós só sabeis responder: precisamos de produtos e de dinheiro! Mas, a infância fenece!... Uma criança baixa ao túmulo, outra toma o seu lugar na fábrica. Urge que nossos tesouros se acumulem e que as encomendas fiquem prontas!²⁸

Com a eleição de Pio IX, em 1846, começa a despontar uma elaboração mais sistemática do pensamento da Igreja a respeito da problemática social. O novo papa marcará definitivamente a orientação eclesial nesse campo. Seu estilo de homem simples no aspecto cultural e relacional contrasta com sua atitude que condena violentamente os princípios do liberalismo, que considerava errôneo e estéril. Pio IX não conseguiu adaptar-se à profunda evolução política e social que começava a caracterizar o século XIX.

Esse período também se revela como histórico porque nele emergem experiências econômicas provenientes de movimentos nascidos de carismas e, por isso, profundamente relacionados à vida espiritual do homem.

Focando essa vertente encontramos, sempre na Europa, os franciscanos avançando com a proposta dos bancos por eles criados com o objetivo de libertar os pobres das mãos dos agiotas. Também com algumas características de um novo modelo sócio-econômico encontramos a experiência dos jesuítas através de hospitais e escolas e as iniciativas de Dom Bosco possibilitando a formação de mão-de-obra especializada a muitos jovens.

A Carta Encíclica *Rerum Novarum*, sobre a condição dos operários, de Leão XIII, publicada em 1891, e que comentaremos no próximo capítulo, trouxe efetivamente a argumentação eclesial mais precisa sobre a realidade social que assolava o mundo no século XIX.

De fato, Leão XIII tinha uma visão clara da situação de injustiça social que reduzia à condição de quase escravidão uma multidão de operários. O desaparecimento das *corporações* sem a sua substituição por outro modelo de economia associativa revelava que o

²⁸ Ib. p. 775.

mundo tinha entrado em uma escalada de monopólio do trabalho e do crédito. A Igreja, porém, através de um pequeno grupo de leigos, padres e bispos assumiram a questão operária não somente no campo da caridade mas, sobretudo, pela ótica da justiça.

Aubert comenta assim essa posição:

Mais importante era o fato de os católicos sociais das décadas de 1860 a 1890 encararem a ação social – concebida quase sempre dentro de uma perspectiva bastante paternalista – como um meio de conseguirem a adesão das massas populares para a sua causa, para a sua luta contra a oligarquia burguesa anticlerical, por eles duplamente detestada: porque era anticlerical e porque pretendia substituir as antigas autoridades sociais pelo poder do dinheiro. Compreende-se então o fato das preocupações dos católicos sociais terem sido geralmente inspiradas por um ideal nostálgico de volta ao passado patriarcal e corporativo, muito mais do que uma adaptação realista à nova e irreversível situação criada pela Revolução Industrial.²⁹

Um novo contexto, efetivamente, estava se delineando. A Revolução Francesa que se seguiu à Revolução Industrial formalizou esses acontecimentos e determinou uma classe econômica dominante. Os donos do capital, apesar do sucesso econômico conquistado durante a Revolução Industrial, ainda permaneciam sem poder político até o final do século XVIII. Estavam vinculados a uma aristocracia decadente e inativa que vivia do trabalho dos operários e do dinheiro das indústrias.

Durante o período da Revolução Francesa foi também promulgada a Primeira Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, tentando criar o conceito de direitos para todos. Entretanto, o processo originário do liberalismo terá profunda influência nas décadas subseqüentes por definir uma simbiose entre o Estado e uma espécie de “coisificação” das relações sociais da sociedade civil.

Não por acaso atribui-se à Revolução Francesa a implantação do liberalismo por colocar nas legislações que lhe seguiram a figura de um sujeito, e de um sujeito operário, abstrato do direito, separado de seus vínculos e de suas emoções. Enfim, um sujeito abstraído das condições materiais, ou seja, com pouca carne, osso, alegria e sofrimentos. Protótipo do anonimato absorvido pela grande massa.

²⁹ AUBERT, R. *Nova História da Igreja, A Igreja na Sociedade Liberal e no Mundo Moderno I*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 142.

Emerge um estilo de organização social que se exprime através de uma espécie de institucionalização da liberdade dos proprietários, impossibilitando que os trabalhadores, as mulheres e as crianças tenham direitos. Torna-se, então, mais evidente o esforço filosófico dos industriais e empresários para administrar os seres humanos em vista do favorecimento dos seus projetos pessoais.

Nesse cenário, a economia do final do século XVIII e da primeira metade do século XIX, e conseqüentemente o homem que estava à sua frente, cada vez mais se caracteriza por atitudes individualistas. Os argumentos deixados pela Revolução Francesa assumem um caráter paradoxal. Sob uma vertente revelava que a atividade econômica começava a se interessar e a se relacionar com fatores referentes ao trabalho, à população, à ética, à psicologia, à luta de classes, à felicidade e a políticas públicas. Era dessa forma que avançava o diálogo da economia com outras ciências. Por outro lado, os católicos também foram envolvidos nessa interlocução e progrediam na reflexão e ação eclesial concretamente interessadas no desenvolvimento integral do homem.

Com efeito, a conexão entre essas duas vertentes aconteceu mais decididamente a partir da repercussão da *Rerum Novarum*. A novidade trazida pela encíclica, permitiu ao catolicismo contemporâneo sair de uma condição de circunscrição intra-eclesial para uma relação dialógica e operacional mais objetiva com a sociedade e causou um grande impacto na sociedade de então. Também entre os católicos nasceram sentimentos de entusiasmo, indiferença e rejeição. Com efeito, o advento da modernidade resultou em uma maior complexidade na análise e desenvolvimento sociais. Nesse sentido, a Igreja percorre um caminho sempre mais decisivo e determinante no campo moral e ético. Foi impulsionada a não mais ficar fechada sobre si, mas valorizar o aspecto social da sua doutrina procurando responder adequadamente aos novos problemas que se apresentavam. Dava-se o encontro da mensagem do Evangelho e as suas exigências éticas com os problemas específicos da vida das pessoas em sociedade.

Projetado nessa ótica, Valadier afirma:

Uma reflexão moral que não levasse em conta essa realidade para defender a pureza dos princípios poderia ser louvada por ter mãos limpas, ou princípios admiráveis, mas – o que é mais grave – poderia ser acusada de não ter mãos machucadas pelo rude contato com as coisas, ou de colocar princípios sem indicar as vias pelas quais são respeitados. Seria, pois, uma moral de fato

imoral, porque incapaz de ajudar os homens a assumir humanamente sua vida na complexidade de suas determinações.³⁰

Os sucessivos papas oscilavam entre uma espécie de amortecimento da reflexão e ação e o surgimento de pequenos grupos de católicos voltados para um compromisso social mais concreto. Não obstante as marcas da Primeira Guerra Mundial terem influenciado internamente a Igreja, muitos grupos eclesiais, fiéis às orientações políticas e sociais de Leão XIII, conseguiram aprofundar e ampliar as posições doutrinárias inerentes ao desenvolvimento humano.

A respeito dessa postura Pierrard enfatiza:

Isso representou o “fim de uma época”. Livrando-se dos laços com o passado, muitos católicos passaram a se entregar a uma ação temporal encarnada na democracia, uma ação muito bem alimentada espiritual e intelectualmente. Nos anos 30, proliferou um tipo de católico preocupado em dar testemunho de sua fé e confrontar sua época com dados evangélicos.³¹

1.6 – Influências ideológicas sobre a economia do século XX

As encíclicas de cunho social lançadas no século XX foram enriquecendo e amadurecendo a reflexão e a ação social da Igreja. Fundamentalmente, essas encíclicas³²

³⁰ VALADIER, Paul. *Moral em desordem, um discurso em defesa do ser humano*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 15.

³¹ PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982. p. 264.

³² Essas encíclicas, por exemplo, afirmam: “Visto como o regime econômico moderno se baseia principalmente no capital e no trabalho, é preciso que as normas da reta razão ou da filosofia social cristã, relativas a estes dois elementos e à sua colaboração, sejam melhor conhecidas e postas em prática. Para evitar o escolho quer do individualismo quer do socialismo, ter-se-á em conta o duplo caráter individual e social tanto do capital ou propriedade, como do trabalho. As relações mútuas de um com o outro devem ser reguladas segundo as leis de uma corajosa justiça comutativa, apoiada na caridade cristã” (PIO XII. *Quadragesimo Anno*. 4 ed. S. Paulo: Paulinas, 2001. n.110); “Repare-se ainda que no setor agrícola, como aliás, em qualquer outro setor produtivo, a associação é atualmente uma exigência vital, (...). Os trabalhadores da terra devem sentir-se solidários uns dos outros, e colaborar na criação de iniciativas cooperativistas e associações profissionais ou sindicais. Umas e outras são necessárias para tirar proveito dos progressos científicos e técnicos na produção, contribuir eficazmente para a defesa dos preços, e chegar a um plano de igualdade com as profissões, ordinariamente organizadas, dos outros setores produtivos, e para que a agricultura consiga fazer-se ouvir no campo político e junto dos órgãos da administração pública. Porque, hoje, as vozes isoladas quase não têm possibilidade de chamar sobre si as atenções, e muito menos de se fazer atender” (JOÃO XXIII. *Mater et Magistra*. 11 ed. S. Paulo: Paulinas, 2001. n.143); “A nossa segunda recomendação dirige-se àqueles que são trazidos pelos seus negócios a países recentemente abertos à

confrontavam com o que se chamou de “individualismo metodológico” que tentava explicar todo tipo de fenômeno social a partir de um comportamento individual, separado e independente dos outros. Esse estilo do homem econômico individualista que se solidificava, Bruni o explica ponderando que “a análise de um indistinto social passou a concentrar-se nas ações do solitário e solipsístico “*homo economicus*”, propenso a aumentar ao máximo o próprio proveito individual”³³.

Nas décadas subseqüentes, como conseqüência desse comportamento, o liberalismo econômico, subjetivista, injusto e desigual, típico dos fortes e poderosos, continuou avançando e produzindo desequilíbrios sociais com efeitos intransponíveis. Fundamentado na liberdade que afirma possuir razão de ser em si mesma, o liberalismo econômico abriu um caminho de arbitrariedade para legitimar a satisfação de necessidades básicas e até mesmo supérfluas do homem moderno. Na esfera econômica e social, a luta para se obter um espaço de concorrência enfatizou a ruptura do discurso ético com o sujeito concreto, ou seja, a pessoa do trabalhador e o verdadeiro papel da empresa. Em relação à ética na economia, insurge um sujeito universal sobre quem são imputadas regras de caráter filosófico-transcendental que não contemplam nem respeitam a consciência em si mesmo e no outro, em relação aos seus valores mais intrínsecos.

Ao evocar a influência filosófica que os acontecimentos iniciais do século XX exerceram sobre os valores do homem, também do homem econômico, tendo como base o pensamento de Lévinas, Pivatto comenta:

O saber é uma relação do mesmo com o outro em que o outro é reduzido ao mesmo e despojado de seu ser em-si ou alteridade. Tal esquema teórico conduz tudo à imanência. A própria transcendência fica compreendida ora como ilusão, ora como projeção, ora como realidade que supera a experiência e suas condições de possibilidade, conseqüentemente, sem foro de legitimidade filosófica. (...) Quando a consciência racional é entendida como um saber – logos do se – o outro no seu ser-em-si ou alteridade cede ao poder racionalizador do mesmo, na mediação ontológica. (...) Neste esquema, a

industrialização: industriais, comerciantes, chefes ou representantes de empresas maiores. Se no seu próprio país não se mostram faltos de sentido social, porque não de regressar aos princípios desumanos do individualismo quando trabalham em países menos desenvolvidos. (...) Que pelo menos as relações entre chefes e súditos sejam sempre baseadas na justiça e regidas por contratos regulares de obrigações recíprocas. Que ninguém, seja qual for a sua situação, se mantenha injustamente entregue às arbitrariedades”. (PAULO VI. *Populorum Progressio*, 12 ed. S. Paulo: Paulinas, 1990. n. 70)

³³ BRUNI, Luigino (org.). *Economia de Comunhão, uma cultura econômica em várias dimensões*. Op. cit. p.44

relação inter-humana fica registrada na correlação sujeito-objeto e anulada no seu impacto ético-prático. O saber construído na relação ontológica é mediado pelo ser – “termo neutro” – em que o outro, configurando na relação como pensado na interioridade da consciência e no modo da temporalidade que privilegia o presente, perde sua especificidade de outro, sua alteridade.³⁴

Com efeito, o liberalismo plenamente realizado está configurado pela liberdade absoluta do indivíduo na busca do seu próprio interesse; no exercício da concorrência sem limites; na não intervenção do Estado e até mesmo da ciência; e na consciência em relação à economia. Essa espécie de racionalismo econômico, pautado somente na vontade do homem e profundamente desassociado do impacto ético-prático, faz com que o liberalismo emergente aceite injustiças e desigualdades como fatores normais e inerentes ao processo de desenvolvimento sócio-econômico. Aconteceu uma dicotomia dos setores empresariais e industriais com toda e qualquer regra associativa ou corporativa. Isso gerou uma ordem social artificial, mais conformada à abstração momentânea do que poderia responder aos específicos interesses autônomos em contrapartida ao avanço da reflexão sobre a racionalidade econômica em termos de “instrumentabilidade e egoísmo filosófico”³⁵.

Bruni, comentando a postura subjetivista assumida pela ciência econômica e citando um texto recente de Matins Hollis, a quem atribui a denominação desse fenômeno como *egoísmo filosófico*, afirma: “Pode-se assumir que os indivíduos tenham todos um conjunto de desejos imaginável e complicado, que procuram satisfazer por meio de aquisição. Os desejos podem ser ‘bons’, ‘maus’, ‘egoístas’, ‘altruístas’, qualquer que seja”. E conclui, afirmando que a única exigência é que esses objetivos sejam ‘individuais’³⁶.

O estilo individualista de comportamento, com efeito, encontrou espaço no ambiente sócio-econômico e passou sempre mais a sustentar um princípio que deu origem ao processo de *globalização*³⁷. O pós-guerra provocou a continuidade do crescimento econômico do

³⁴ PIVATTO, Pergentino. *Ética da Alteridade*. In OLIVEIRA, Manfredo A. de (organizador). *Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2001. p.81-82

³⁵ Bruni define serem esses os dois pilares da racionalidade econômica. BRUNI, Luigino (org.). *Economia de Comunhão, uma cultura econômica em várias dimensões*. Op. cit. p. 46.

³⁶ *Ib.* p. 47

³⁷ Entendemos por *globalização* o fenômeno capitalista e complexo, que se desenvolveu a partir da Revolução Industrial e que passou despercebido por muito tempo. Atualmente, muitos economistas analisam a *globalização* como resultado do pós-Segunda Guerra Mundial, ou como conseqüência do colapso do bloco socialista e o conseqüente fim da Guerra Fria entre 1989 e 1991, ou ainda do refluxo capitalista com a estagnação econômica da URSS (a partir de 1975).

³⁷ *Neoliberalismo* toma forma no final da década de 1970 e consiste essencialmente em uma tentativa de recompor a primazia e recuperar o âmbito da produção de mercadorias. Renegando as formas

mundo ocidental. Isso, efetivamente, impulsionou o surgimento do *neoliberalismo*³⁸ que se solidificou a partir da década de setenta. Também nesse novo comportamento sócio-econômico o fator “subjetivismo” continuou a imperar. No esforço de legitimar essa postura, os neoliberais se defendiam através do confronto excessivo dos próprios interesses com as propostas de valorização do homem em nível de Estado. Como consequência, o enfraquecimento da classe trabalhadora diminuía ou neutralizava a força das associações e sindicatos. A situação gera uma grande massa de excluídos à margem dos mecanismos de concentração de renda e técnicas e tecnologias poupadoras de mão-de-obra. É a pobreza estrutural se configurando e questionando o mais profundo da mensagem e do testemunho sócio-cristão.

1.7 – Sinais de emergência de um novo paradigma de solidariedade e comunhão

Com efeito, o *neoliberalismo* fragmentou e hiperindividualizou o mundo e alimentou o processo de dominação em vários níveis. Gerou um mecanismo fragmentado que tem consequências profundas. Deformou a realidade na qual os sujeitos não se concebem como sendo parte integrante desta mesma realidade. Tudo é fragmentado e, neste processo o homem não se vê como parte de um todo. O *eu* e o *outro* estão distantes e, por isso, o *outro* é sempre um ser perigoso de quem é preciso proteger-se. Este modelo atinge os vínculos entre as pessoas e daí surge o hiper-subjetivismo que desagrega, que desestimula as lutas coletivas e torna moralmente infecundo o espaço de relação entre os homens.

A esse respeito, Cambón comenta:

Hoje se afirma de modo irreversível a globalização das finanças, mas não cresce do mesmo modo a mundialização da solidariedade. O fato de que tudo o que acontece em cada esquina no mundo nos interessa a todos, porque a humanidade é uma única realidade, uma só família, é uma nova consciência que se começou a ter há muitos anos, mas avança lentamente.³⁹

social-democratas, nega a crise estrutural e histórica do capitalismo e se volta às origens desse, no tempo do liberalismo, daí decorre o nome *neoliberalismo*.

³⁹ CAMBÓN, Enrique. *Assim na Terra como na Trindade. O que significam as relações trinitárias na vida em sociedade?*. São Paulo: Cidade Nova, 2000. p. 68.

Paradoxalmente, se de um lado o homem é levado a abdicar da sua real natureza, ou seja, de ser relação e relação de solidariedade e comunhão, por outro, a *globalização* e o *neoliberalismo* trazem em si elementos que podem favorecer o encontro entre os homens.

Valadier afirma:

A mundialização realiza de fato, e pouco a pouco, uma unificação da humanidade, destruindo as barreiras que isolam os homens e contribuem para a sua incompreensão; dá corpo assim, graças à economia e às técnicas, a essa universalização de fato, com a qual certos filósofos tinham sonhado, ou ao menos a um cosmopolitismo pelo qual a sociedade civil torna-se uma; oferece possibilidades de reconhecimento mútuo mais abertas do que nunca.⁴⁰

Uma das motivações que explicam essa tendência é a tentativa de legitimação da necessidade de se repensar algumas categorias centrais da reflexão e ação econômica. Através dessa tentativa busca-se sempre mais uma compreensão nova em relação aos comportamentos para que não estejam somente induzidos ao lucro. Bruni afirma que uma dessas motivações consiste “na convicção, desde sempre presente na mente dos economistas, de quem, embora no comportamento concreto existam diversos componentes (altruísmo, egoísmo, irracionalidade e outros), uma ciência, para ser ciência, deve utilizar modelos abstratos, isto é, deixar o que é secundário para deter-se no essencial”⁴¹.

O fato é que, nos últimos anos cresceu o número de experiências ainda sob a lógica da economia civil que, tendencialmente, procura resgatar as grandes formas de economia associativa do passado. Efetivamente, não se pode condenar os movimentos econômicos que antecederam o modelo hegemônico atual porque, também esse, está em etapa de transformação. Em cada uma dessas etapas, a humanidade avança para uma maior compreensão e a história questiona naturalmente os absurdos cometidos. Através deles, incita a genialidade humana a seguir as inspirações do Espírito de Deus agindo sobre a humanidade.

A contemplação da realidade econômica atual permite verificar que, diferentemente daquilo que nas últimas décadas se desenvolveu como modelo hegemônico de economia desassociada do social, hoje é possível contemplar o ressurgimento de um modelo econômico reconciliado com as necessidades sociais. Emerge uma economia mais liberal do que

⁴⁰ VALADIER, Paul. *Moral em desordem, um discurso em defesa do ser humano*. Op. cit. p. 17

⁴¹ BRUNI, Luigino. *Para uma teoria econômica de comunhão: “coisas antigas e coisas novas”*. In: *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho. Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação da Economia de Comunhão*. São Paulo: Cidade Nova, 1999. p. 49.

sociológica, caracterizando a passagem de um paradigma vertical e assimétrico para um comportamento econômico relacional, horizontal e ético. Bruni defende a presença de sinais desse modelo no pensamento dos grandes teóricos:

“Nas obras de Smith ou de Malthus, de Keynes ou de Sen, encontramos, unida ao louvor e à liberdade de mercado, a consciência de que os mercados somente constroem a sociedade civil se inseridos em instituições justas e eficazes (esfera política) e apoiados na confiança e no capital social, virtudes civis dos cidadãos (esfera privada). Por outro lado, também os clássicos do pensamento social, mais propensos a salientar os aspectos conflituosos do vínculo economia-sociedade, não negaram que as relações de mercado, em seu próprio âmbito, podem ser expressão de civilização e de autêntica sociabilidade”.⁴²

É, então, possível perceber o mercado como espaço onde se combinam a estrutura econômica e a dinâmica social. Nesse contexto, a relação interpessoal pode torna-se fundamento da relação econômica, admitindo a entrada no processo de elementos como a ética, a dádiva, a gratuidade, o amor, a reciprocidade; para os quais, entendemos que a economia está organicamente se abrindo.

Na visão teológica, esse movimento relacional está intrinsecamente ligado ao dinamismo do amor na relação Trinitária entre o Pai, o Filho e o Espírito. Não por acaso, hoje, aumenta o interesse pelas relações humanas nos responsáveis de empresas e instituições, nos empregados e destinatários da produção. Isso, com efeito, faz com que a teologia da Trindade seja [re]visitada, encarnada e manifestada à sociedade.

⁴² BRUNI, Luigino. *Comunhão em as novas palavras em Economia*. São Paulo: Cidade Nova, 2005. p. 18.

A Economia de Comunhão requer que se coloque no centro o homem e as relações interpessoais, evitando comportamentos contrários ao amor do Evangelho. Pede que se viva a cultura da ética... Além disso, que não se esqueça de deixar espaço à intervenção de Deus, à sua Providência, inclusive na atuação econômica concreta.
Chiara Lubich

CAPÍTULO II

PERCEPÇÕES E CRITÉRIOS CRISTÃOS SOBRE A ÉTICA ECONÔMICA

Neste Capítulo apresentaremos uma visão de conjunto a respeito de algumas percepções, critérios e perspectivas teológicas relacionadas à ética econômica. Partiremos dos efeitos que o dom da comunhão e da unidade, inerente ao relacionamento da Trindade, vivido em Deus e manifestado por Jesus Cristo através da ação do Espírito Santo realizou no cristianismo, desde as primeiras comunidades.

Em decorrência da abrangência teológico-cultural dessa experiência comunitária, aprofundaremos alguns ensinamentos e características referentes aos valores morais e éticos dos comportamentos humanos típicos do cristianismo na vida eclesial nascente, a partir do ensinamento da *Didaqué*. Abordaremos o pensamento de alguns Padres da Igreja, valorizando as características que evidenciam a necessidade do despojamento material de cada membro da comunidade e da comunidade inteira sinalizada nos *Atos dos Apóstolos*: “Ninguém considerava exclusivamente seu o que possuía” (cf. *At* 4,32); o visível relacionamento de partilha e comunhão entre os membros da comunidade cristã: “A multidão dos que haviam crido era um só coração e uma só alma” (cf. *At* 4,32); os sinais emergentes de um novo paradigma de comunhão possível à sociedade: “Não havia entre eles nenhum necessitado” (cf. *At* 4,34).

Desejamos confrontar esse paradigma sócio-eclesial de comunhão com o avanço histórico do pensamento e do agir econômico ao longo dos séculos, com enfoque nas décadas nas quais emergiu o paradigma capitalista-neoliberal, com uma pergunta de fundo: “É possível, em quê e de que forma esse paradigma teológico de comunhão, característico do início da Igreja, poderá incidir moral e eticamente no atual agir econômico hegemônico?”

Queremos também apresentar uma fundamentação metodológica do caminho eclesial feito pela Igreja a partir do surgimento da sua Doutrina Social. Para isso, retomaremos o caminho da Igreja desde a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, passando pelo pensamento dos sucessivos Papas até João Paulo II, mais especificamente ao lançamento da *Centesimus Annus* que servirá como uma das inspirações para o lançamento do Projeto Economia de Comunhão na Liberdade de Chiara Lubich, em 1991, ano do lançamento dessa Carta Encíclica.

Focalizaremos a emergência da necessidade do testemunho de um diálogo sócio-cultural “profético” com a sociedade hodierna e o quanto a Igreja é chamada a estabelecer essa interlocução através de modelos de pensamento e valorização de um comportamento relacional de diálogo e inclusão.

1.1 – A comunhão como valor ético-teológico

A ação do Espírito de Deus sobre a história é sempre imprevisível e sempre fecunda. O Espírito na sua missão específica de perscrutar as interpelações, os anseios e as necessidades humanas, impulsiona a Igreja a dar respostas consistentes às nevrálgicas situações em que a sociedade imergiu ao logo dos séculos. Não foi diferente no atual modelo social moderno e pós-moderno.

De fato, os dois últimos séculos foram positivamente marcados pelo esforço das ciências sociais no sentido de encontrar uma possibilidade de tornar mais humano o contexto social. O encontro com esse novo paradigma deverá provocar a transformação de situações de desintegração, intolerância, injustiças, conflitos e guerra em espaços de integração, diálogo, relações de partilha, de concórdia e benevolência recíproca entre os homens. Dentre as ciências sociais, a economia se transformou em espaço de poder, impondo critérios, comportamentos, valores e métodos às pessoas, às instituições e aos povos, produzindo dessa forma uma cultura de desigualdade e desintegração social. É, portanto, evidente a necessidade de uma alternativa às posturas mercadológicas que promovem tal desequilíbrio social. Esse comportamento, paradoxalmente, abre espaço para que outros valores possam se tornar princípio de orientação para todos os setores da vida humana.

Sabe-se que a característica fundamental do capitalismo neoliberal é a negação ao acesso e à participação da maior parte da sociedade aos bens produzidos e acumulados e à distribuição mais adequada dessas riquezas. A abrangência desse comportamento econômico, com efeito, não tem se desenvolvido na mesma medida que a necessidade de uma ética social solidária. Essa, por ser inerente ao homem, somente se torna possível quando aqueles que compõem a sociedade são capazes de se reconhecerem como pessoas chamadas à felicidade, através do esforço para promover o bem comum. Com muita propriedade, Santos comenta que esse estilo de comportamento começa a avançar como novidade e a questionar o comportamento humano dentro da economia:

As marcas da modernização neoliberal tiveram seu lado perverso claramente exposto na medida em que avançava na aplicação de seus preceitos à vida econômica das pessoas. O fortalecimento da concentração da receita, o aumento das populações pobres e miseráveis, o crescimento do desemprego e da economia informal, o aumento da dependência econômica, social, política e, sobretudo, cultural, a intensificação da violência e da desintegração das

instituições básicas da sociedade foram minando o discurso neoliberal até que as crises econômicas e a volatilidade dos movimentos financeiros produziram seu questionamento radical.⁴³

É a partir desse instável contexto que o cristianismo, através da sua vasta e consistente tradição, pode oferecer um testemunho coerente de valorização da pessoa e da sua intrínseca capacidade de estabelecer relações éticas na economia. Esse modelo, que tem sempre referência no estilo de vida trinitária revelado por Jesus Cristo, pode se tornar o eixo central da experiência eclesial como contribuição vital a toda sociedade. De fato, a Igreja possui na relação vital de comunhão da Santíssima Trindade o referencial para a sua posição moral e ética.

Sobre isso, Vidal comenta:

Tendo o cuidado de não esvaziar o conteúdo histórico-salvífico do mistério trinitário, não se pode deixar de reconhecer a importância e a funcionalidade que tem a Trindade enquanto estrutura básica não só da experiência cristã senão da compreensão da realidade. Essa sua condição de estrutura básica da experiência cristã e da realidade humana é a que, entre outras funcionalidades, faz da Trindade um paradigma ético de primeira ordem para a vida moral.⁴⁴

A compreensão do paradigma de comunhão está, portanto, intrinsecamente ligado ao fundamento da moral cristã que, como também afirma Vidal, no presente e no futuro “deve ser formulada como uma moral trinitária”⁴⁵.

1.2 - A incidência do comportamento ético-cristão sobre a organização social

Desde o início da experiência eclesial, o ensinamento moral e ético dos *Atos dos Apóstolos* e da *Didaqué* sobre a prática da comunhão espiritual e da comunhão dos bens apresenta uma nova proposta de vida em sociedade. Essa prática vivenciada evoca a ontologia trinitária da vivência eclesial fundamentada na comunhão e projetada para o mundo.

Cambón comenta a esse respeito:

⁴³ SANTOS, Theotônio dos. *Do Terror à Esperança. Auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida: Idéias & Letras, 2004. p. 434.

⁴⁴ VIDAL, Marciano. *Nova Moral Fundamental. O lar teológico da ética*. Op. cit. p. 52.

⁴⁵ *Ib.* p. 53.

A Igreja cristã, quando explicita as potencialidades de seu ser ‘corpo de Três’ (Tertuliano), transforma-se em fermento na história, mostra com os fatos o destino último do mundo, constitui uma experiência-piloto daquilo a que são chamados todos os seres humanos. Quem quisesse saber o que significa viver fraternalmente, como pessoas sábias, livres e felizes, poderia obter a resposta observando o tipo de relacionamento que se vive na Igreja, ‘família de Deus’ em sentido trinitário.⁴⁶

A ética cristã é, portanto, fundamentalmente baseada no amor de comunhão vivido na Santíssima Trindade. Esse é, efetivamente, o núcleo da catequese nas primeiras comunidades cristãs⁴⁷.

Já em *Atos*, Lucas sublinha que entre os membros da comunidade nascente existe uma relação especial de comunhão, uma *koinonia*⁴⁸, que os une entre si em Cristo. Esse conceito de comunhão não tem somente o sentido grego da amizade, mas adquire um significado original e novo porque é usado para descrever a dimensão religiosa e social da vida em comunidade.

Para verificar a originalidade dessa postura, visitemos *At* 2,42.44-46 e *At* 4,32.34-35:

Eles mostravam-se assíduos ao ensinamento dos apóstolos, à comunhão fraterna, à fração do pão e às orações. (...) todos os que tinham abraçado a fé reuniam-se e punham tudo em comum: vendiam suas propriedades e bens, e dividiam-nos entre todos, segundo as necessidades de cada um. Dia após dia, unânimes, mostravam-se assíduos no Templo e partiam o pão pelas casas, tomando o alimento com alegria e simplicidade de coração.

⁴⁶ CAMBÓN, Enrique. *Assim na terra como na Trindade*. Op. cit. p. 203.

⁴⁷ Os nos. 5 e 6 da *Didaqué*, de fato, afirmam: “Dê a quem pede a você e não peça para devolver, pois o Pai quer que os seus bens sejam dados a todos. Feliz aquele que dá conforme o mandamento, porque será considerado inocente. Ai de quem recebe: se recebe por estar necessitado, será considerado inocente; mas se recebe sem ter necessidade, deverá prestar contas do motivo e da finalidade pelos quais recebeu. Será posto na prisão e interrogado sobre o que fez; e daí não sairá até que tenha devolvido o último centavo. A esse respeito, também foi dito: que a sua esmola fique suando nas mãos, até que você saiba para quem está dando”.

⁴⁸ Em Lucas o termo *koinonia* refere-se, antes de tudo, ao modo como eles colocavam em comum os bens materiais e espirituais. “O aspecto dinâmico da *koinonia* é expresso pela fórmula “participar ativamente”, o que equivale a partilhar com os irmãos a mesa comum (a comida), os bens (ou a comunicação dos mesmos), a fé apostólica (fé na esperança), os sofrimentos (ajuda fraterna), e a unanimidade (comunhão no mesmo Espírito). Em resumo, a Igreja é solidariedade de pessoas e participação no Espírito do Ressuscitado, mediante a Eucaristia, para ávida do mundo”. FLORISTÁN, Cassiano e TAMAYO-ACOSTA, Juan-José. *Comunhão*. In: *Dicionário de Conceitos Fundamentais do Cristianismo*, São Paulo: Paulus, 1999, p. 101.

A multidão dos que haviam crido era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava exclusivamente seu o que possuía, mas tudo entre eles era comum. (...) Não havia entre eles necessitado algum. De fato, os que possuíam terrenos ou casas, vendendo-os, traziam os valores das vendas e os depunham aos pés dos apóstolos. Distribuía-se então, a cada um, segundo a sua necessidade.

É evidente que não se pode conceber o contexto social do início do cristianismo como um ambiente no qual a atitude de uns colocarem os bens à disposição dos outros era movida apenas por sentimentalismo. A dinâmica dos relacionamentos na comunidade de Jerusalém, com efeito, era toda direcionada à solução do problema da indigência de seus membros. O conceito de autoridade passava fundamentalmente pelo sentido de colegiado, ou seja, o primado de Pedro era vivido na relação com toda a comunidade.

Os cristãos dessas comunidades são pessoas de fé que passaram por um processo de conversão pessoal e, por isso, sentem-se impelidos a viver objetivamente um relacionamento na comunhão em todos os níveis. Não por acaso, ao lado da expressão grega “uma só alma”, Lucas acrescenta “um só coração”⁴⁹, que exprime a profunda unidade espiritual, mas também material, vivida entre os membros da comunidade. Essa intradependência espiritual e material, com efeito, questionava e incomodava a sociedade da época que considerava os cristãos como um movimento messiânico ideológico, estritamente intra-religioso e, por isso, pouco apto a influenciar a sociedade.

A prática da comunhão dos bens, no entanto, era marcada pela liberdade de adesão, ou seja, nunca ia “contra a liberdade dos homens interiormente convertidos; (...) a real comunhão dos bens é facultativa, (...) ninguém tem obrigação de entrar em tal comunidade”⁵⁰. Liberdade, espontaneidade e organização são inerentes a esse estilo de vida. Despojamento, gratuidade e doação também.

Portanto, são comportamentos sociais abrangentes que emergem da consciência de cada um e de toda a comunidade de que Deus dá os bens para a “comunhão dos bens” e por isso o cristão deve ser capaz de repartir com aqueles que não têm. Ao mesmo tempo, aquele que recebe deve saber determinar a sua necessidade sem nenhum indício de acúmulo ou desperdício. A contribuição não pode reverter somente em privilégio de alguns, mas o espírito de comunhão deve atingir a medida do bem comum. Verifica-se também que não basta ajudar

⁴⁹ Cf. *At* 4,32

⁵⁰ BIGO, Pierre. *A Doutrina Social da Igreja*. Op.cit. p. 36-37.

materialmente o necessitado para aliviar a consciência. É necessário, contudo, que esse espírito penetre a situação integral do homem e principalmente do homem pobre, porque a ajuda material é apenas um dos aspectos relacionados à dignidade humana.

Contemplando esse contexto, notamos que a sociabilidade das primeiras comunidades que *Atos* e a *Didaqué* revela o livre interesse pelos pobres e indigentes como resposta ao seguimento de Jesus Cristo. Os pobres, com efeito, não são vistos como o fim da beneficência. O desafio é eliminar a pobreza e não simplesmente considerar o pobre como “objeto” destinado a receber os efeitos da caridade inclusiva. São considerados iguais em dignidade em relação aos outros membros da comunidade e isso faz com que a vida de fé seja traduzida em relacionamentos sociais também caracterizados pelas riquezas espirituais.

Nesse sentido, percebe-se o íntimo vínculo entre a vida do cristão e da comunidade com uma consistente responsabilidade social. A comunidade cristã, com efeito, reconhece que tudo o que ela é e possui é dom de Deus e está destinado à comunhão com os pobres e marginalizados. A atitude pessoal e comunitária de posse é superada pelo conceito de necessidade do uso e da partilha. Viver em comunidade, portanto, supõe que cada um se liberte da preocupação individual e calculista com o futuro e assuma um comportamento social de comunhão.

E é justamente desse estilo de vida fundamentado na comunhão trinitária que nasce um novo sentido para o comportamento em sociedade. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja confirma que “é o próprio mistério de Deus, o *Amor trinitário*, que funda o significado e o valor da pessoa, da sociabilidade e do agir do homem no mundo, na medida em que foi revelado e comunicado à humanidade, por meio de Cristo, no Seu Espírito” (*DSI* n. 54). Um comentário de Cambón evidencia essa intuição:

A unitrinitariedade garante às relações humanas a superação da dualidade, fechada em si mesma ou reduzida a uma dialética conflituosa; é um impulso contínuo a superar tanto o individualismo egoísta quanto o comunitarismo massificante e uniformizador. Ao mesmo tempo, essa experiência trinitária feita nas relações primárias interpessoais, oferece luz para a ação em todos os âmbitos da vida social, inclusive para o repensar das estruturas em que ela se cristaliza.⁵¹

⁵¹ CAMBÓN, Enrique. *Assim na terra como na Trindade*. Op. cit. p. 188

O conceito de que o projeto de Deus é que todos repartam a vida entre todos, na comunhão do que cada um é e possui, transforma-se, portanto, em comportamento social que desfaz as desigualdades e permite que as relações político-econômico-culturais interfiram positivamente no desenvolvimento humano. É dessa forma que nasce a interlocução entre a ética cristã e as objetivas interpelações sociais provenientes principalmente das vítimas da exclusão. Não se pode afirmar que existe emergência da comunhão sem a implementação da igualdade de oportunidades. É essencial focar a participação para gerar a inclusão social.

A partir da experiência das comunidades cristãs, o pensamento dos Padres da Igreja interpelam o contexto social. Esses são unânimes em afirmar que Deus destinou os bens da terra para todos os seus filhos. No entanto, tal distribuição pacífica tornou-se impossível devido ao pecado que desperta no homem os instintos egoístas que causam a exclusão. A apropriação coletiva dos bens, que seria feita pelo homem inocente, transformava-se, por causa do pecado, em fonte de tensões intoleráveis, ameaçando a sobrevivência da espécie que emergia para a grande aventura humana.

Sobre a distribuição dos bens, S. Basílio faz uma interessante comparação:

Você diz: a quem estarei agravando, retendo o que me pertence? Diga-me então: o que é que lhe pertence? Que coisas são suas? Por acaso você a tomou em algum lugar e veio para a vida com elas? É como se alguém, por ter sido o primeiro a tomar assento num teatro, se julgasse no direito de expulsar os que entram depois dele, apoderando-se para si mesmo do que está ali para o uso comum. Assim são os ricos. Por se haverem apoderado do que é comum, tomam posse dele a título de ocupação primeira. Se alguém se apoderasse apenas do suficiente para satisfazer suas necessidades e deixasse o supérfluo para os necessitados, ninguém seria rico, mas também ninguém seria pobre.⁵²

A nitidez da imagem impressiona pelo caráter irracional daqueles que não querem abrir mão dos bens que possuem e privam o próximo desses bens. Nesse sentido, Santo Agostinho, comentando a frase da carta de São João que diz: “Se alguém, possuindo os bens deste mundo, vê o seu irmão na necessidade e lhe fecha o coração, como permanecerá nele o amor de Deus?” (1Jo 3,17), afirma:

⁵² GAMBIM, Valdir. *Ensino Social da Igreja e o destino comum dos bens*. Petrópolis: Vozes, 1992, pp.15-16.

Eis onde começa a caridade. Se ainda não estás pronto a morrer pelo irmão, que estejas disposto a dar um pouco dos teus bens. Que a caridade impulsiona o teu coração, para que ele aja com abundância de misericórdia... Teu irmão não tem nada e tu tens; é teu irmão, fostes redimidos juntos, o preço do vosso resgate foi o mesmo. Ambos fostes redimidos com o sangue de Cristo.⁵³

Santo Ambrósio sustenta que os bens deste mundo são para o homem e devem ser usados comunitariamente. Seu uso deve exprimir e reforçar a solidariedade humana. “Todo homem é responsável pela fome e pela liberdade de seu companheiro, pois que formamos todos um só corpo”⁵⁴. Ele conclui:

Vestis as paredes e despis os homens. O nu clama diante de tua casa e tu o negligencias. Clama o homem nu e tu estás preocupado com que espécie de mármore cobrirás os pavimentos de tua casa. O pobre necessita de dinheiro e não tem. Um homem pede pão e teu cavalo morde freios de ouro. Mas tu te deleitas com enfeites preciosos enquanto outros não possuem o pão necessário. Como é grave o juízo que preparas para ti!⁵⁵

Os Padres sustentam a linha do Evangelho como proposta de desapego do coração e da renúncia real aos bens que ultrapassam as necessidades pessoais. O desapego do coração e a renúncia se encontram associados, pois a realização plena do homem humana e espiritual, na terra e no céu, é o relacionamento com o pobre adquirido através da comunhão. Existe, portanto, o direito do pobre, mas também o direito de posse; o direito do pobre não destrói a propriedade como administração⁵⁶.

S. Clemente afirma que as riquezas por si só, não são nem boas nem más, pois assimilam o reflexo do estado em que se encontra a alma de cada pessoa. São os vícios do coração que vão terminar na avareza de uns e na cobiça de outros. Em um outro trecho desta homilia ele pondera:

⁵³ AYTER, Rosa M. “*A relação Igreja-Mundo segundo os Padres da Igreja*”, São Paulo: Apostilas Escola Social, 1986, p. 9.

⁵⁴ *Ib.* p. 9

⁵⁵ *Ib.* p. 9

⁵⁶ BIGO, Pierre. *A Doutrina Social da Igreja*. Op.cit. p. 44-45

Mas quem possui ouro, prata, casas e o tem como dons de Deus, e com isso serve a Deus que lhe deu estes bens, para a salvação dos homens, e sabe que os possui mais em favor dos irmãos que seu, e é superior àquilo que possui, e não é escravo daquilo que possui, e não carrega estas coisas no coração, e não faz delas o limite e o fim da própria existência, mas continuamente se dedica a obras boas, divinas... E encontrando-se em dificuldades sabe sustentar com ânimo alegre a perda, assim como a abundância: um homem assim é proclamado bem-aventurado pelo Senhor, é proclamado pobre de espírito, digno de herdar o Reino dos Céus.⁵⁷

Os escritos dos Padres, com efeito, corroboram com a centralidade do pensamento da Igreja nascente e ao longo dos séculos a respeito da interlocução com a sociedade. Diferentemente da sistemática e operacionalidade que determinam a organização social, a experiência cristã parte do outro como fator de construção da ética sócio-econômica. E o outro, efetivamente o próximo, é o sentido primeiro da existência da Igreja. O Concílio Vaticano II afirma que “a Igreja acredita poder ajudar muito a tornar mais humana a família dos homens sua história”⁵⁸ e o Compêndio da Doutrina Social da Igreja acentua que “o Magistério social da Igreja quer oferecer as respostas que os sinais dos tempos invocam, indicando primeiramente no amor recíproco entre os homens, sob o olhar de Deus, o instrumento mais potente de mudança no plano pessoal assim como no social” (DSI n. 55).

Confrontando essa postura ética de abertura ao próximo com os desafios que interrogam a humanidade de ontem e de hoje, Valadier afirma que é “impossível acreditar que o individualismo contemporâneo esteja à altura dos desafios da mundialização”.

Conclui ainda:

A ética da alteridade, (...) depende também de uma filosofia da subjetividade que, pode-se rezear, fica aquém dos desafios de uma situação humana em que o outro homem, embora sem rosto perceptível e sensível, permanece contudo um alter ego impossível de esquecer, negligenciar ou ignorar.⁵⁹

⁵⁷ AYTER, Rosa M. Op. Cit. p. 9-10

⁵⁸ GS, n.323

⁵⁹ VALADIER, Paul. *Moral em desordem*. Op. cit. p.18.

De fato, na vida de solidariedade anunciada e proposta pela teologia evoca a própria natureza da Igreja como instrumento de valorização e emergência da dignidade de cada homem, do outro, como princípio da ética cristã. Vidal, ao citar a postura de Lévinas a respeito da inclusão social, afirma que a ética deve se transformar em afirmação e ação apaixonada pelo outro, e esse entendido como o esquecido, o excluído. E conclui que:

A moral cristã do futuro, se quiser prestar um serviço de humanidade, tem de concentrar suas preocupações na defesa apaixonada do “outro”: denunciando todas as formas de exclusão por razão de tipo, de cultura, de etnia, de religião de classe social; propondo caminhos eficazes para “incluir” no bem comum da humanidade os imigrantes, os marginalizados; os pobres, os países subdesenvolvidos, os grupo de excluídos etc.⁶⁰

O cristianismo, portanto, apresenta a categoria do amor mútuo que promove a comunhão como fundamento para a inclusão. Essa dimensão moral, no entanto, não se exprime da mesma forma como no mercado. Nesse, geralmente, a defesa da inclusão dos pobres exclui os ricos e vive-versa.

A relação de comunhão cristã é mais abrangente, mais aberta, mais inteligente. Consiste na multiplicação de atitudes que diminuam para o outro o peso da obrigação como núcleo da relação, seja de qual lado for.

A comunhão é uma permanente interlocução entre liberdade e dever, entre dom e responsabilidade. As grandes linhas de uma vida em comunhão, com efeito, tornam-se compreensíveis quando são interpretadas segundo o princípio da liberdade de relação entre todos em qualquer estado de divisão, segregação ou conflito.

Nesse sentido a alteridade poderá e deverá ser valorizada e respeitada em ambas as partes. Valadier enfatiza isso afirmando que “a perspectiva do ‘nunca sem o outro’ oferece o quadro de decisões éticas e morais respeitadas da dignidade do homem”⁶¹.

A Igreja, por sua vez, define que:

⁶⁰ VIDAL, Marciano. *Nova Moral Fundamental. O lar teológico da ética*. Op. cit. p. 610.

⁶¹ VALADIER, Paul. *Moral em desordem*. Op. cit. p. 153.

A realização da pessoa humana, posta em ato em Cristo graças ao dom do Espírito, matura na história e é mediada pelas relações das pessoas, relações que, por sua vez, alcançam a sua perfeição graças ao empenho de melhorar o mundo, na justiça e na paz. O agir humano na história é em si mesmo significativo e eficaz para a instauração definitiva do Reino, ainda que este continue a ser dom de Deus, plenamente transcendente. Tal agir, quando respeitoso da ordem objetiva da realidade temporal e iluminado pela verdade e pela caridade, torna-se instrumento para uma atuação sempre mais plena e integral da justiça e da paz e antecipa no presente o Reino prometido.⁶²

1.3 - Algumas características do início da Doutrina Social da Igreja

Desde as suas primeiras comunidades, a Igreja influenciou o campo social. A valorização e a defesa da dignidade do homem sempre foi a condição prévia para a experiência da fé vivida comunitariamente. A Igreja, no entanto, procura ultrapassar a lógica das análises estratégicas da sociedade apresentando um modelo de comportamento social⁶³ cuja centralidade é a pessoa humana.

Mas foi, efetivamente, a *Rerum Novarum*, encíclica de Leão XIII, publicada em 15 de maio de 1891, que marcou o início do movimento histórico da Igreja em relação à questão social. O desafio fundamental da moderna Doutrina Social católica teve seu foco no “endurecimento do liberalismo econômico, com a crescente industrialização e conseqüente empobrecimento dos operários empregados neste setor”⁶⁴.

Não obstante o fato que “os católicos não podem ser considerados como os ‘pioneiros’ quanto ao encaminhamento sistemático de uma solução para a questão social”⁶⁵.

⁶² PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. 2005. São Paulo: Paulinas, n. 58.

⁶³ Afirma João Paulo II na Carta Encíclica *Laborens Exercens*: “A questão social não cessou de ocupar a atenção da Igreja. São testemunho disso os numerosos documentos do Magistério, emanados quer dos Sumos Pontífices, quer do Concílio Vaticano II; são testemunho disso, igualmente, as enunciações dos diversos Episcopados; e é testemunho disso, ainda, a atividade dos vários centros de pensamento e de iniciativas concretas do apostolado, quer a nível internacional, quer a nível das Igrejas locais. É difícil enumerar aqui, de forma pormenorizada, todas as manifestações da viva aplicação da Igreja e dos cristãos no que se refere à questão social, porque elas são muito numerosas” (n.2).

⁶⁴ MATOS, Henrique C. J. *Da Rerum Novarum (1891) à Centesimus Annus (1991): 100 Anos de Evolução da Doutrina Social da Igreja, (Uma abordagem histórica)*. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 51, n. 204, p. 771, 1991.

⁶⁵ *Ib.* p. 772.

Foi através dessa encíclica que a Igreja iniciou o processo de interpelação e protesto, afirmando que a enorme desigualdade econômica entre capitalistas e operários era contrária à dignidade humana e, por isso, ao ensinamento evangélico. Abriu-se, portanto, um novo espaço de atuação da doutrina cristã que procurava responder aos novos problemas verificados na sociedade.

A *Rerum Novarum*, com efeito, condena as ilusões do socialismo, os abusos do capitalismo e o refluxo da riqueza nas mãos de poucas pessoas em contraposição à miséria da massa operária maltratada e explorada sinalizando que “os bens da natureza e da graça são patrimônios comuns do gênero humano”⁶⁶. Afirma também que o Estado deve intervir em favor dos mais fracos, deve assumir o bem comum, abolir as diferenças de classe e observar os princípios da justiça na distribuição, para garantir a todos um salário digno⁶⁷. Mas, sobretudo, expõe que “o exemplo da ação da Igreja, para quem todos os homens de todas as classes são iguais, porque filhos do mesmo Pai, orienta para a solução da justiça e da caridade, na concorde colaboração das classes”⁶⁸.

O texto da encíclica evidencia que o princípio da destinação universal dos bens não pode deixar de estar submetido à vocação do homem à caridade e que, para atuar uma justa distribuição das riquezas é necessário viver a fraternidade obedecendo aos preceitos do cristianismo (n.19).

Valorizando o modelo social marcado pela caridade recíproca presente nas primeiras comunidades eclesiais Leão XIII afirma que “será no amor fraterno que a união há de se realizar”⁶⁹ e propõe o “regresso à vida e às instituições do cristianismo”⁷⁰.

Ressalta também que a virtude da caridade mútua dos primeiros cristãos não permitia a indigência entre eles e prefigurava a Igreja como “mãe comum dos ricos e dos pobres”⁷¹ e que “tal é a economia dos direitos e dos deveres que ensina a filosofia cristã” ponderando que a incisão desses ensinamentos sobre a sociedade tornaria iminente a paz⁷².

⁶⁶ Cf. n. 21.

⁶⁷ Ib. n. 26-28.

⁶⁸ Assim se exprime Iginio Giordani (1894-1980; político, jornalista, escritor, patrólogo e humanista que é considerado co-fundador do Movimento dos Focolares com Chiara Lubich), na apresentação da *Rerum Novarum*, São Paulo: Paulinas, 2002. 13a. edição. p. 7.

⁶⁹ Ib. p. 28.

⁷⁰ Ib. p. 30.

⁷¹ Ib. p. 32.

⁷² Ib. p. 29.

Não obstante a força profética, Matos comenta que a encíclica “causou um grande impacto na sociedade de então” porque, “se de um lado houve entusiastas adesões, de outro, verificou-se uma total indiferença ou até rejeição, mesmo entre os católicos”. Entre esses, “muitos entendidos e peritos da época em questões sociais apreciavam o documento em termos de ‘anacrônico’, ‘inadequado’, ‘paternalista’” e se perguntavam “qual a competência de um, chefe espiritual para pronunciar-se sobre questões sociais?”⁷³

Através da *Rerum Novarum*, portanto, a Igreja expôs-se a um amplo debate em relação ao ensinamento social. Não como portadora de uma doutrina cristalizada, mas aberta ao diálogo e ao amadurecimento da reflexão moral que, como conclui Matos, “tem sua origem no encontro da mensagem Evangélica e das suas exigências éticas com os problemas que surgem na vida da sociedade” e tal reflexão “que matura na Igreja” se dá “através da investigação científica e também através da experiência da comunidade cristã”⁷⁴.

A Doutrina Social da Igreja começa a se formar e a iluminar os aspectos éticos da vida humana com critérios da moral cristã. Nesse sentido, conta com a contribuição efetiva dos leigos que a traduzem em forma muito mais pastoral do que doutrinária. Esses são capazes de uma leitura objetiva dos acontecimentos e dos processos econômicos, políticos, tecnológicos e culturais vigentes e de se organizarem em pastorais, grupos, associações e sindicatos para darem uma resposta aos novos desafios sociais. Bigo sintetiza assim esse passo:

A Rerum Novarum marca a tomada de consciência por parte da Igreja, não de uma missão nova a respeito do mundo, mas de uma nova maneira de desempenhar sua missão eterna. A Igreja teve sempre consciência de ser o fermento do mundo, e esta fé se exprime nas épocas mais humilhadas do cristianismo, quando em meio às perseguições a oportunidade de desviar o curso da história parecia mais improvável. (...) De agora em diante é todo o povo cristão que é chamado pelos papas para cooperar na construção da sociedade. A era dos absolutismos acabou. São os povos que, daqui para frente, fazem a história. É o conjunto dos cristãos que é convocado para fazê-la com eles.⁷⁵

⁷³ MATOS, Henrique C. J. *Da Rerum Novarum (1891) à Centesimus Annus (1991): 100 Anos de Evolução da Doutrina Social da Igreja, (Uma abordagem histórica)*. Op. cit. p. 780.

⁷⁴ *Ib.* p.781.

⁷⁵ BIGO, Pierre. *A Doutrina Social da Igreja*. Op. cit. p. 58.

Quarenta anos depois, Pio XI (1922-1939), com o mesmo estilo profético de Leão XIII publicou em 15 de maio de 1931 a sua grande encíclica social, a *Quadragesimo Anno*, para comemorar o aniversário da publicação da *Rerum Novarum*. São os anos posteriores à Primeira Guerra Mundial e, não obstante o convite à paz e à solidariedade pronunciado no Pontificado dos Papas anteriores, - Pio X (1903-1914) e Bento XV (1914-1922) -, o egoísmo impera no âmbito nacional e internacional. Paradoxalmente o grande desenvolvimento da indústria transforma-se em questão social, porque muitas indústrias, bancos e comércios entram em falência originando o fenômeno do desemprego. Também a evolução do socialismo, contrário á fé cristã, contribui para o caos social.

Com a *Quadragesimo Anno* (QA), Pio XI declara o direito da Igreja de intervir nas questões sociais afirmando que o depósito da verdade a ela confiado e a missão de tornar conhecida a lei moral, oportuna e inoportunamente, interpretá-la e cumpri-la, sujeitam e subordinam a ordem social e as mesmas questões econômicas ao seu juízo (QA. n. 41) evidenciando ainda a impossibilidade da economia subtrair-se à ética (QA n. 42). O Papa afirma o caráter individual e social da propriedade (QA n. 46) e que a sua utilização é tanto para o bem dos indivíduos como para o bem comum. A relação entre capital e trabalho é vista em chave de colaboração valorizando a co-participação dos operários na administração e nos lucros da empresa (n. 58).

Essa proposta vai ao encontro do absurdo desequilíbrio de distribuição de riquezas existente entre os poucos muito ricos e os inúmeros indigentes (n. 60). Através dela configura-se a necessidade do surgimento de um terceiro caminho entre capitalismo e socialismo para provocar uma recíproca colaboração entre as diversas classes sociais.

Não por acaso, Pio XI critica os resultados emergentes do capitalismo que possuía como base o individualismo e o socialismo de expressão comunista. Evoca a revalorização do espírito que norteava as *corporações*, apresentando a proposta de um corporativismo cristão baseado na dignidade e liberdade da pessoa humana e nos princípios da solidariedade. Afirma que “para evitar o escolho quer do individualismo quer do socialismo, ter-se-á em conta o duplo caráter individual e social tanto do capital ou propriedade, como do trabalho”⁷⁶.

⁷⁶ PIO XI. *Quadragesimo Anno*. 4 ed. São Paulo: Paulinas, 2001, n. 110.

E continua defendendo que, também nesse momento histórico, “as relações mútuas de um com o outro devem ser reguladas segundo as leis de uma rigorosa justiça comutativa, apoiada na caridade cristã”⁷⁷.

Nos anos seguintes, Pio XII no seu Pontificado (1939-1958) não escreveu nem publicou nenhuma encíclica social, mas expressou seu pensamento através de numerosos discursos e mensagens radiofônicas com as quais precisou, formulou e reivindicou os princípios ético-sociais, visando promover a reconstrução da sociedade no pós-Segunda Guerra Mundial. Seus discursos possuíam um caráter doutrinal. Reiterava o pensamento social de seus predecessores definindo o uso dos bens materiais, o trabalho e a família como valores fundamentais da vida social e econômica. Em plena Segunda Guerra, no dia 1º de junho de 1941, na mensagem radiofônica da Festa de Pentecostes, por ocasião do cinquentenário da *Rerum Novarum*, alerta que a guerra poderá dar origem a ondas imprevistas, capazes de abalar a economia e a sociedade. Avalia também que “é difícil designar e prever na hora presente quais os problemas e assuntos particulares, talvez totalmente novos, que a vida social virá a apresentar à solicitude da Igreja depois do conflito que põe frente a frente tantos povos”⁷⁸.

Abria-se, com efeito, um desafio profético ao comportamento ético cristão⁷⁹.

1.4 - Os “sinais” da comunhão na nova fase da Doutrina Social da Igreja

Com o Pontificado de João XXIII (1958-1963) inicia-se uma outra etapa de desenvolvimento da Doutrina Social da Igreja. Acontece uma mudança na linguagem e no estilo. Até Pio XII predominou um estilo filosófico e a argumentação baseada nos princípios do direito natural. Com João XXIII, abre-se uma forma de questionamento que se apóia mais no empírico e no sociológico e é movido por profundas motivações teológicas.

⁷⁷ Ib. n. 110.

⁷⁸ PIO XII. *Mensagem radiofônica da Festa de Pentecostes, por ocasião do 50o. aniversário da Rerum Novarum*. 1o. de junho de 1941. Disponível em <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/documents/hf_p-xii_spe_19410601_radiomessage-pentecost_po.html>. Acesso em: 25 novembro 2006, 10:05:15.

⁷⁹ Diante dessa intuição de Pio XII, é possível entrever que se manifestou exatamente nesse período o Carisma da unidade, doado a Chiara Lubich e do qual emergiu a experiência sócio-cultural-espiritual-ecclesial do Movimento dos Focolares, que mais tarde se apresentaria com uma novidade em vários campos da vida civil e eclesial. Aprofundaremos esse assunto no próximo capítulo.

Com efeito, no pós-guerra, o cenário econômico mundial conquistou uma ascensão e provocou novas posturas éticas. Santos confirma isso comentando que nesse período, “no plano internacional, a expansão econômica das economias centrais gera melhores condições de crescimento na periferia e colocam na ordem do dia a necessidade de redefinir as relações econômicas internacionais em favor das economias periféricas e dependentes”⁸⁰. É dentro desse contexto que João XXIII publica a encíclica *Mater et Magistra* em 15 de maio de 1961, no 70º aniversário da *Rerum Novarum*, abrindo a sociedade de então a uma contemplação e diálogo planetário em relação à questão social. O papa afirma no n. 54 da encíclica que o “maior problema da época moderna talvez seja o das relações entre as comunidades políticas economicamente desenvolvidas e as que se encontram em fase de desenvolvimento econômico”. Evidencia o que é visível na sociedade mundial de então: de um lado países desenvolvidos que se consolidam num equilíbrio econômico com “alto nível de vida”. De outro, países subdesenvolvidos que não conseguem estabelecer etapas para alcançar tal equilíbrio, marcados por “condições de escassez e miséria”. Verifica-se, então, que o conceito de comunhão avança e incide gradualmente no campo social. Prova disso é que João XXIII, categoricamente, propõe a solidariedade e a comunhão como postura ética capaz de solucionar os problemas emergentes:

A solidariedade, que une todos os seres humanos e os torna membros de uma só família, impõe, aos países que dispõe com exuberância de meios de subsistência, o dever de não permanecer indiferentes diante das comunidades políticas cujos membros lutam contra as dificuldades da indigência, da miséria e da fome, e não gozam dos direitos elementares da pessoa humana. Tanto mais que, dada a interdependência cada vez maior entre os povos, não é possível que entre eles reine uma paz durável e fecunda, se o desnível das condições econômicas for excessivo.⁸¹

Seguindo a linha de abertura de toda a sociedade à reflexão sobre a conjuntura social, na *Pacem in Terris*, de 11 de abril de 1963, João XXIII se dirige aos “homens de boa vontade” com uma nova abordagem temática.

⁸⁰ SANTOS, Theotonio dos. *Do Terror à Esperança. Auge e declínio do neoliberalismo*. Op. cit. p. 158.

⁸¹ JOÃO XXIII. *Mater et Magistra*. 11 ed. S. Paulo: Paulinas, 2001. n. 154.

Convida-os a discernir os “sinais dos tempos” em vista da paz internacional. Indica a contemplação dos valores contidos nas transformações sociais e políticas da humanidade como caminho para a conquista de relacionamentos éticos coligados à proposta do Evangelho.

Validamente, apresenta como “sinais” que tornam visível o Reino hoje: “a promoção econômica e social das classes trabalhadoras; o ingresso da mulher na vida pública; a organização jurídica das comunidades políticas; os organismos internacionais com atribuições importantes no campo econômico, social, cultural, educacional e sanitário e, simultaneamente, o fenômeno – já analisado na *Mater et Magistra* – da socialização em todos os níveis”⁸².

Essa abrangência de perspectivas para o desenvolvimento dos povos não é outra coisa senão o início das motivações históricas para o equilíbrio social que será abordado no Concílio Vaticano II. De fato, o forte impulso dado pelo pensamento econômico-social de João XXIII colocou as premissas para essa virada epocal manifestada nesse importante acontecimento eclesial.

O Concílio, portanto, retoma o conceito de “sinal dos tempos” aplicado pelos papas anteriores em seus documentos magisteriais, apontando a perscrutação e a interpretação desses “sinais” à luz do Evangelho como vertente que responda às interrogações da humanidade.

Com a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes (GS)*, de 7 de dezembro de 1965, sobre “A Igreja no mundo de hoje”, o Concílio tornou próprias “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens (...), sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem” como sendo também “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo”, pois “não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração”⁸³.

Os problemas econômico-sociais são contemplados a partir dos princípios já afirmados pelos papas posteriores a Leão XIII e apresentam-se como caminhos para o comportamento ético fundamentado na comunhão. O n. 69 afirma:

Deus destinou a terra e tudo que ela contém, para o uso de todos os homens e povos, de tal modo que os bens criados devem bastar a todos, com equidade,

⁸² MATOS, Henrique C. J. *Da Rerum Novarum (1891) à Centesimus Annus (1991): 100 Anos de Evolução da Doutrina Social da Igreja, (Uma abordagem histórica)*. Op. cit. p. 785.

⁸³ Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. In VATICANO II, *Compêndio do. Constituições, Decretos, Declarações*. Petrópolis: Vozes. 1984, n. 1.

sob as regras da justiça, inseparável da caridade (...) Por esta razão, usando aqueles bens, o homem que possui legitimamente os bens materiais não os deve ter só como próprias dele, mas também como comuns, no sentido em que eles possam ser úteis não somente a ele, mas também aos outros.

A *Lumen Gentium* já defendia essa postura afirmando que “Em virtude da catolicidade, cada uma das partes traz seus próprios dons às demais partes e a toda à Igreja. Assim o todo e cada uma das partes aumentam, comunicando entre si todas as riquezas e aspirando à plenitude na unidade” (LG n.13). Com efeito, a *Gaudium et Spes* também evidencia que “os bens criados devem bastar a todos, com equidade, sob as regras da justiça, inseparável da caridade” porque “o homem que possui legitimamente os bens materiais não as deve ter só como próprias dele, mas também como comuns, no sentido em que elas possam ser úteis não somente a ele, mas também aos outros” (GS n. 69). É a confirmação de que a ética cristã fundamentada na comunhão é insubstituível para a valorização da pessoa humana e para o equilíbrio social. “Também na vida econômico-social, – define a Constituição Pastoral –, a dignidade da pessoa humana, com sua vocação integral, bem como de toda a sociedade, deve ser honrada e promovida. O homem, com efeito, é o autor, centro e fim de toda a vida econômica” (GS n. 63). Essa definição concentra no homem o valor da dignidade, da liberdade e da responsabilidade.

A economia almejada pelo Concílio é, com efeito, uma economia a serviço do homem todo e de todos os homens, considerando as suas necessidades materiais, intelectuais, morais, espirituais e religiosas. Portanto, a atividade econômica “deve ser exercida dentro dos limites da ordem moral de tal modo que se cumpra o plano de Deus a respeito do homem” (GS n. 64).

Ao Pontificado de Paulo VI (1963-1978), impõe-se, naturalmente, a realização da proposta do Concílio. A encíclica *Populorum Progressio*, de 26 de março de 1967, constitui-se na aplicação prática dessa mensagem.

O motivo fundamental que impulsionou Paulo VI a escrever esta encíclica é a constatação de que a questão social adquiriu dimensões planetárias e a grave situação de miséria e de subdesenvolvimento, na qual vivem milhões de seres humanos, interpela a consciência política mundial. Essa não pode permanecer estática diante de uma condição de disparidade econômica e social entre países do Terceiro mundo e países desenvolvidos. Fundamentalmente o assunto “desenvolvimento” é o eixo da *Populorum Progressio* no âmbito integral do homem e entre os povos.

Nesta Encíclica, Paulo VI enfatiza que o autêntico desenvolvimento do homem deve ser integral, não podendo ter referência apenas no crescimento econômico. A sua célebre visão cristã do desenvolvimento revela isso: “É necessário promover um humanismo total. Que vem ele a ser senão o desenvolvimento integral do homem todo e de todos os homens?”⁸⁴. Esse desenvolvimento deve ter como objetivo “reduzir as desigualdades, combater discriminações, libertar o homem da servidão, torná-lo capaz de, por si próprio, ser o agente responsável do seu bem-estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual (PP n. 34).

O contexto é de grave situação de desigual distribuição dos bens materiais, tão necessários à vida e destinados originalmente por Deus para todos os homens. E isto não acontece certamente por culpa das populações mais pobres. Com efeito, o Paulo VI faz um apelo a todos os responsáveis pela causa pública e aos cidadãos dos países ricos, lembrando-lhes que possuem a obrigação moral de levar em consideração a interdependência existente entre o próprio comportamento e a miséria de milhões de pessoas que representam então denominado “Terceiro mundo”.

A Igreja, naturalmente, nunca poderá justificar o fato de que grandes somas de dinheiro, podendo ser utilizadas para incrementar o desenvolvimento destas populações são, paradoxalmente, destinadas à aquisição de armas e ao enriquecimento egoísta de poucos homens ou de alguns grupos.

Paulo VI afirma que para realizar o desenvolvimento integral do homem é necessário um desenvolvimento solidário da humanidade e que muitos são os chamados à obrigação moral de uma solidariedade econômica entre as nações, também através de uma política mais aberta que produza colaboração e intercâmbio. A economia almejada pela encíclica, portanto, é uma economia a serviço do homem, através da qual os bens materiais são instrumentos para o crescimento sócio-cultural. Uma economia, - como define o n. 43 -, na qual se “trabalhe juntos” e se promova o diálogo e a colaboração entre as diferentes culturas. Um agir econômico vivido “na compreensão e amizade mútua”, na “comunhão sagrada” para “construir o futuro comum da humanidade”. Um processo econômico que encontre as formas adequadas para “pôr em comum os recursos disponíveis e realizar uma verdadeira comunhão entre todas as nações”.

⁸⁴ PAULO VI. *Populorum Progressio*, 12 ed. São Paulo: Paulinas, 1990, n. 42.

Essa posição evidencia que a Igreja começa a assumir a comunhão como categoria capaz de transformar relações e estruturas. A eclesiologia conciliar está, efetivamente, sintonizada com a realidade sócio-cultural.

Uma postura também marcante na Carta Apostólica *Octogésima Adveniens*, publicada em 14 de abril de 1971, por ocasião dos oitenta anos da *Rerum Novarum*. Na Carta, Paulo VI ressalta que “de todas as partes, se sente o despertar de uma aspiração a mais justiça e se eleva o desejo de uma paz melhor assegurada, num clima de respeito mútuo entre os homens e entre os povos”⁸⁵.

Apresenta uma Igreja que não possui respostas prontas para os diversos problemas de ordem social e econômica, mas reconhece a maturidade da inserção dos leigos nas realidades temporais e na sua capacidade criadora no campo sócio-político. Esses são movidos pela esperança inerente ao homem e se empenha na construção de uma sociedade nova, mais humana, justa e fraterna.

Trata-se da “imaginação prospectiva para, ao mesmo tempo, perceber no presente o possível ignorado, que aí se acha inscrito, e para orientar no sentido de um futuro novo; ela apóia, deste modo, a dinâmica social pela confiança ela dá às forças inventivas do espírito e do coração humano; e, se não rejeita nenhuma abertura, ela pode encontrar também o apelo cristão”⁸⁶.

A discussão em relação ao pensamento e ao agir ético radicado na comunhão, com efeito, está aberta e deverá ter importantes conseqüências no Pontificado seguinte. Na eclesiologia de João Paulo II, a comunhão emerge como força propulsora.

1.5 - Alguns sinais proféticos do ensinamento social de João Paulo II

Se o núcleo da Doutrina Social da Igreja foi sempre a preocupação com a dignidade e a inviolabilidade da pessoa humana e seus inalienáveis direitos, o Pontificado de João Paulo II (1978-2005) concentra-se ainda mais nesse aspecto e, também por isso, adquire caráter eminentemente profético.

⁸⁵ PAULO VI, Carta Apostólica *Octogésima Adveniens*. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens_po.html. Acesso em 26 novembro 2006, 13:10:02.

⁸⁶ Ib. n. 37.

Contempla-se uma sociedade que percorre, efetivamente, uma estrada neoliberal. Parece distante de ser concretizada a utopia de uma sociedade nova, gerada segundo o projeto do Evangelho e, por isso, impregnada de valores verdadeiramente humanos e cristãos. Na visão desse papa, o cumprimento das etapas para que se realize essa nova sociedade “pressupõe o primado do homem sobre as coisas, a prioridade do trabalho sobre o capital e a promoção integral do homem com a superação das situações estruturais de pobreza e injustiça em que se encontram povos inteiros”⁸⁷. O cenário mundial, dá sinais de desordens econômicas, profundas insatisfações políticas e desespero espiritual. Santos avalia esse contexto comentando:

Era um aparente contra-senso: um governo anti-socialista aumentava drasticamente o planejamento centralizado da economia, embutido dentro dos gastos militares. Ao mesmo tempo um governo ultraliberal, para sustentar essa política, gerava o maior déficit do Tesouro, jamais imaginado (...). Nunca a humanidade viveu uma contradição tão brutal (e evidente!) entre a retórica e a realidade.⁸⁸

As encíclicas publicadas por João Paulo II – *Laborem Exercens* (LE), *Solicitudo Rei Socialis* (SR) e *Centesimus Annus* (CA) – não têm outra centralidade senão a verificação e a consideração do problema sócio-econômico mundial, oferecendo uma postura relacionada à revisão radical dos mecanismos e das estruturas geradoras do grande desequilíbrio social.

A *Laborem Exercens*, de 14 de setembro de 1981, comemora os noventa anos da *Rerum Novarum*, com a elaboração de uma verdadeira antropologia teológica do trabalho. Enquanto nas encíclicas precedentes o ponto central era a situação dos trabalhadores dependentes, nesta, João Paulo II defende que o homem e o trabalho são inseparáveis porque a existência humana é caracterizada pelo trabalho e porque o homem, por sua vez, imprime no trabalho a sua dignidade. Por este motivo o trabalho humano tem um alto valor ético (LE n.6). O trabalho é um bem porque, com este, o homem transforma a natureza adaptando-a às suas necessidades, porém, ao mesmo tempo, o realiza e o torna mais homem (LE n. 9).

⁸⁷ MATOS, Henrique C. J. *Da Rerum Novarum (1891) à Centesimus Annus (1991): 100 Anos de Evolução da Doutrina Social da Igreja, (Uma abordagem histórica)*. Op. cit. p. 801

⁸⁸ SANTOS, Theotonio dos. *Do Terror à Esperança. Auge e declínio do neoliberalismo*. Op. cit. p. 170.

No entanto, a questão que mais preocupa a Igreja é que, através do trabalho, se possa chegar a uma efetiva promoção do trabalhador. Nesse sentido, a encíclica faz uma crítica em relação ao coletivismo que confere o poder unicamente a um grupo de pessoas, e ao capitalismo, que trata o homem como um instrumento de produção. Como resposta a esse desafio, João Paulo II ratifica o sustento a ser dado à livre iniciativa econômica das pessoas, sempre em vista do bem comum. Com efeito, todo o documento ressalta a prioridade do trabalho em relação ao capital. O trabalho é causa eficiente primária, enquanto o capital é apenas o instrumento do processo produtivo (*LE* n. 12). Na produção, o capital e o trabalho são inseparáveis e, portanto, não podem estar contrapostos. Na prioridade do trabalho sobre o capital deve ser considerada a eficiência econômica em relação à sua finalidade fundamental, isto é, o desenvolvimento integral do homem.

O homem, com efeito, tem o direito sobre as coisas. Por detrás do capital e do trabalho estão pessoas concretas e já que o direito de propriedade privada está subordinado aquele de uso comum e à destinação universal dos bens, a posse privada dos meios de produção não deve humilhar o trabalho, permitindo a sua exploração.

Os meios de produção, mesmo se pertencem a proprietários privados, representam o fruto do trabalho de gerações que assim contribuíram para o bem comum. Estes não podem ser possuídos contra o trabalho, mas para realizar a destinação universal dos bens; estes devem servir ao trabalho (*LE* n. 14), como bem “criado” para todos os homens e para ser colocado em comunhão.

A segunda encíclica social de João Paulo II, é a *Sollicitudo Rei Socialis*, de 30 de dezembro de 1987, escrita por ocasião do vigésimo aniversário da *Populorum Progressio*. O discurso desta encíclica gira em torno do tema sobre o desenvolvimento dos povos, visto e analisado na atual situação mundial. De fato, após dar uma visão dos problemas do mundo contemporâneo, o Pontífice traça as linhas sobre as quais deve ser orientada a ação dos cristãos.

É aceitável que após vinte anos da *Populorum Progressio* surge a necessidade de se rever o conceito de desenvolvimento e determinar os seus conteúdos. Isso porque a situação mundial revela um desnível entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, não somente persistindo, mas se ampliando. Muitos povos sofriam o drama da miséria e da total indigência. As ostentações de riqueza e abundância de serviços dos países das regiões desenvolvidas contrapõem-se ao desconcertante atraso das regiões subdesenvolvidas.

E isso se revela não apenas em nível econômico (falta de alimentos, casa, trabalho, infra-estrutura), mas também cultural (analfabetismo, discriminações) e político (negação dos direitos humanos, como a liberdade religiosa, liberdade de associação e de participação na construção da sociedade) (cf. *SR* n.15). Nesse contexto, João Paulo II denuncia os mecanismos econômicos internacionais que favorecem os próprios interesses e sufocam as economias dos países em vias de desenvolvimento.

A “avidez do lucro” e a “sede de poder” são, segundo o papa, as “causas que entram o desenvolvimento integral. Estas ‘estruturas de pecado’, - continua -, só poderão ser vencidas (...) com uma atitude diametralmente oposta: a aplicação voltada para o bem do próximo, com a disponibilidade, em sentido evangélico, para ‘perder-se’ em benefício do próximo em vez de o explorar, e para ‘servi-lo’ em vez de o oprimir para proveito próprio” (*SR* n. 38). São esses, afirma a encíclica, os mecanismos que promovem as “formas modernas de imperialismo (...) e de idolatria do dinheiro, da ideologia, da classe e da tecnologia” (*SR* n. 37).

O documento também aponta como “valor positivo e moral a consciência crescente da interdependência entre os homens e as nações”. Trata-se de um estilo de interdependência apreendida como sistema determinante de relações, com as suas componentes econômica, cultural, política e religiosa e assumida como categoria moral. O texto conclui que, “quando a interdependência é reconhecida assim, a resposta correlativa, como atitude moral e social e como ‘virtude’, é a solidariedade. (...) Porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos” (*SR* n. 38).

Mas a solidariedade entre os povos, da qual fala João Paulo II, e que exprime o verdadeiro sentido da ética cristã, deve estar ancorada em Deus porque é Ele quem nos permite ver o outro como nosso semelhante. Nesse sentido, a *Sollicitudo Rei Socialis* afirma:

A solidariedade ajuda-nos a ver o “outro” – pessoa, povo ou nação – não como um instrumento qualquer, de que se explora, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, para abandoná-lo quando já não serve; mas sim como um nosso “semelhante”, um “auxílio” (cf. *Gn* 2,18-20) que há de tornar-se participante, como nós, do banquete da vida, para o qual todos os homens são igualmente convidados por Deus.⁸⁹

⁸⁹ JOÃO PAULO II. *Sollicitudo Rei Socialis*. S. Paulo: Paulinas, 1988, n.39.

Esse caráter ético da encíclica, mesmo se é dirigida a todos os homens, constitui um forte chamado à conversão para os cristãos no sentido de não permitir que um anacronismo social-teológico-cultural impeça o impulso de Deus na condução da história.

Cambón provoca:

“Enquanto no mundo se encontrarem cifras semelhantes [faz referência ao abismo econômico entre ricos e pobres], pelo menos nós, cristãos, devemos estar conscientes de que tais realidades são anti-trinitárias. E isso por um fato muito simples: na Trindade, essas aberrações e injustiças não existem e, portanto, contradizem o projeto de Deus sobre a humanidade”.⁹⁰

É, porém, com a *Centesimus Annus*, publicada em 1º de maio de 1991 para comemorar o centenário da *Rerum Novarum*, que João Paulo II reafirma, com autoridade profética, a doutrina da destinação universal dos bens e examina vários problemas referentes ao trabalho, à propriedade, à empresa, ao lucro, ao mercado e à dívida internacional. O papa retoma a reflexão doutrinária a partir de alguns documentos⁹¹ da *DSI*, do Concílio e da III Conferência do Episcopado Latino-americano de *Puebla*. Assume como base que “o ‘uso’ das coisas, confiado à liberdade, está subordinado ao seu originário destino comum de bens criados e ainda à vontade de Jesus Cristo, manifestada no Evangelho”⁹² e que “o homem que possui legitimamente as coisas materiais não as deve ter só como próprias dele, mas também como comuns, no sentido de que elas possam ser úteis não somente a ele mas também aos outros”⁹³.

Com esta encíclica, João Paulo II evoca a experiência social do passado, o presente momento histórico e o futuro da humanidade. O passado é contemplado através dos tempos em que foi publicada a *Rerum Novarum*. Focaliza o capitalismo, defendendo uma nova forma de propriedade, e o capital como uma nova forma de trabalho, marcada por ritmos de produção finalizados unicamente no aumento do lucro. Pontua o socialismo sustentado pelo rígido coletivismo negador da propriedade privada, e a linha católica iniciada por Leão XIII e continuada por seus sucessores, na defesa do homem, do operário, da propriedade privada e na colaboração entre as classes.

⁹⁰ CAMBÓN, Enrique. *Assim na terra como na Trindade*. Op. cit. p. 111.

⁹¹ De fato, os documentos mais incisivos na *Centesimus Annus* são: *Rerum Novarum*, *Gaudium et Spes*, *Laborem Exercens*, *Sollicitudo Rei Socialis* e Conclusões da Conferência de *Puebla*.

⁹² JOÃO PAULO II. *Centesimus Annus*. 5 ed. São Paulo: Paulinas, 2002, n.30.

⁹³ *Gaudium et Spes*, n. 69.

O presente histórico é explicado pela queda do comunismo nos países do Leste Europeu. O fato que milhões de pessoas foram, durante anos, privadas do espírito de iniciativa, da liberdade religiosa, do sentimento nacionalista e dos direitos sobre o trabalho impunha à Igreja e à sua Doutrina Social atender aos legítimos anseios de libertação da pessoa humana com a afirmação de seus direitos fundamentais no combate da marginalização e do sofrimento⁹⁴.

Santos comenta que nesse mesmo período da publicação da encíclica, mais precisamente entre 1989 e 1993, “o sistema capitalista mundial se aproximou de seu auge e ao mesmo tempo de seu mais agudo abismo. (...) As lideranças dos países socialistas se aventuraram num complexo processo de transição a economias de mercado que foi apresentado ao mundo como o fracasso total do socialismo e o triunfo do sistema de livre mercado”⁹⁵.

A *Centesimus Annus*, com efeito, sinaliza como desafio à construção de uma sociedade nova o trabalho humano funcionando como fator produtivo das riquezas materiais e espirituais; o livre mercado que assegura a satisfação de todas as exigências fundamentais do homem; e o não considerar o lucro como único indicador de progresso e bem-estar⁹⁶.

A convergência de todo o texto é impulsionar, “em nome da justiça”, a iniciativa e a criatividade das pessoas num “grande e fecundo campo de empenho e luta”, estimulando o surgimento de uma “sociedade do trabalho livre, da empresa e da participação (cf. CA n. 35). Esforçando-se para que estabeleça uma relação de “comunhão com os outros homens, em ordem ao crescimento comum” (CA n. 36). É a profecia de que diante da necessidade de atitudes éticas no campo sócio-econômico, não se pode dar uma resposta puramente financeira e econômica. O objetivo a ser alcançado é justamente o desenvolvimento integral do homem, de todos os homens e estabelecer a comunhão entre eles.

⁹⁴ *Centesimus Annus*, n. 26

⁹⁵ SANTOS, Theotonio dos. *Do Terror à Esperança. Auge e declínio do neoliberalismo*. Op. cit. p. 177

⁹⁶ O n. 34 revela isso na afirmando que “Existem numerosas carências humanas, sem acesso ao mercado. É estrito dever de justiça e verdade impedir que as necessidades humanas fundamentais permaneçam insatisfeitas e que pereçam os homens por elas oprimidos. Além disso, é necessário que estes homens carenciados sejam ajudados a adquirir conhecimentos, a entrar no círculo de relações, a desenvolver as suas aptidões, para melhor valorizar as suas capacidades e recursos. Ainda antes da lógica da comercialização dos valores equivalentes e das formas de justiça, que lhes são próprias, existe algo que é devido ao homem porque é homem, com base na sua eminente dignidade. Esse algo que é devido comporta inseparavelmente a possibilidade de sobreviver e de dar um contributo ativo para o bem comum da humanidade”.

A Igreja que sempre “colocou a dignidade da pessoa no centro das suas mensagens sociais” encontra-se diante de “coisas novas” e de novos desafios (cf. CA n. 61). Tendo em vista que a relação moral é fundada sobre uma ordem espiritual, a resposta a esses desafios será, antes de tudo, moral e espiritual de acordo com a fidelidade e mudança de mentalidade e comportamento ético indicado pelo Evangelho e esse na sua essência: o amor que é capaz de dar a vida pelo irmão (cf. Jo 15,13).

De fato, não se pode prever a superação da assimetria estabelecida entre culturas, povos e realidades sociais sem uma experiência que funde novos paradigmas relacionais segundo o “mandamento do amor”. Um verdadeiro sistema social inclusivo, portanto, não poderá não promover a descontinuidade de um processo ambíguo de divisão e injustiça. Deverá, no entanto, evocar a transcendência de um Deus “de quem recebeu a dignidade essencial e com ela a capacidade de transcender todo o regime da sociedade, rumo à verdade e ao bem” (CA n. 38). Esse sistema inclusivo deverá envolver todos, valorizar todos os segmentos sociais e religiosos em vista de uma comunhão muito mais ampla e mais profunda.

Não se pode deixar de citar que foi no Pontificado de João Paulo II que se evidenciou ainda mais na trajetória da Igreja na América Latina a reflexão ética cristã a respeito do homem, do amor preferencial pelos pobres e a sua libertação integral. Com efeito, o episcopado latino-americano já havia expresso esse pensamento nas indicações dadas por Medellín⁹⁷ afirmando que “a Igreja quer servir ao mundo irradiando sobre ele uma luz e uma vida que cura e eleva a dignidade da pessoa humana, consolida a unidade da sociedade e dá um sentido e um significado mais profundo a toda atividade dos homens”⁹⁸.

Em Puebla (DP)⁹⁹, os bispos confirmaram essas escolhas a partir de uma linha de “comunhão e participação”. Fizeram uma síntese “clara, profética, e solidária da opção preferencial e solidária pelos pobres” (DP n.1134) e manifestaram “confiança” e “esperança” nos jovens fazendo também sobre eles uma opção preferencial (DP n.1186).

Com efeito, o texto define alguns parâmetros dessa atuação, afirmando que “se a Igreja se faz presente na defesa ou na promoção da dignidade do homem, o faz na linha de sua missão.

⁹⁷ Trata-se da *II Conferência do Episcopado Latino-Americano*, realizada em Medellín, na Colômbia, em 1968.

⁹⁸ MEDELLIN, *Conclusões da II Conferência do Episcopado Latino-Americano*. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1977, p. 11.

⁹⁹ Trata-se da *III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano*, realizada em Puebla de los Angeles, no México, em 1979, com o título *A Evangelização no presente e no futuro da América Latina*.

Mesmo sendo de caráter religioso e não social ou político, não pode deixar de considerar o homem na integridade de seu ser”¹⁰⁰.

Essa postura provocou uma criativa releitura da realidade latino-americana despertando um corajoso espírito profético de promoção humana que, como afirma o texto, “implica atividades que ajudam a despertar a consciência do homem em todas as suas dimensões e a lutar por si mesmo como protagonista do seu próprio desenvolvimento humano e cristão. Educa para a convivência, dá impulso à organização, fomenta a comunicação cristã dos bens, ajuda de modo eficaz à comunhão e a participação” (DP n. 477).

A figura ética do cristão que emerge de Puebla é, de fato, a de “um homem de vida frugal e austera” que não se deixa sufocar pela voragem do consumismo, nem precisa acumular injustamente o supérfluo. Por isso o sistema que supervaloriza o “ter” em detrimento do “ser”, é condenado como incoerente e desumano; faz parte da “subversão de valores” que está na raiz de muitos males e “vai afogando o homem contemporâneo num imanentismo que o fecha aos valores evangélicos do desprendimento e da austeridade, paralisando-o para a comunhão solidária e a participação fraterna (DP n. 56).

A *Conferência de Santo Domingo (SD)*¹⁰¹, realizada num momento decisivo da história dos povos latino-americanos, mostra uma Igreja fortemente empenhada em operar eficazmente como fermento de unidade e vida nova, através da libertação dos homens e mulheres latino-americanos.

As *Conclusões da Conferência* aprofundam e reforçam a evangélica “opção preferencial pelos pobres” por constatar o aumento da pobreza em termos relativos e absolutos (cf. nn. 178, 179) onde a Igreja entrevê o rosto do Cristo sofredor, presente nos novos pobres:

Aqueles desfigurados pela fome, conseqüência da inflação, da dívida externa e das injustiças sociais; os rostos desiludidos pelos políticos que prometem, mas não cumprem; os rostos humilhados por causa de sua própria cultura, que não

¹⁰⁰ PUEBLA, *Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano*. Texto Oficial. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1979, p. 25.

¹⁰¹ É a IV edição da *Conferência do Episcopado Latino-Americano*, realizada em Santo Domingo, na República Dominicana, em 1992, com o título *Nova Evangelização, Promoção Humana, Cultura Cristã*.

é respeitada, quando não desprezada; os rostos aterrorizados pela violência diária e indiscriminada; os rostos angustiados dos menores abandonados que caminham por nossas ruas e dormem sob nossas pontes (...) os rostos envelhecidos pelo tempo e pelo trabalho dos que não têm o mínimo para sobreviver dignamente. (...) O Senhor nos pede que saibamos descobrir seu próprio rosto nos rostos sofridos dos irmãos.

Nas “linhas pastorais” referentes a uma “nova ordem econômica” afirma que “não pode haver uma economia de mercado criativa e ao mesmo tempo socialmente justa, sem um sólido compromisso de toda a sociedade e seus atores com a solidariedade” (SD n. 195). O texto também incentiva a promoção de “iniciativas de cooperação, no contexto de uma economia de mercado”, a educação “aos valores da laboriosidade e da comunhão, da honestidade e da austeridade, do sentido ético-religioso da vida, para que desde a família – primeira escola – formem-se homens novos par uma sociedade mais fraterna, onde se viva a destinação universal dos bem em contexto de desenvolvimento integral” (n. 200).

Assinalamos enfim, um trecho do antológico discurso de João Paulo II ao inaugurar a *Conferência*. Nesse, interrompido por um prolongado aplauso da Assembléia, o Papa evoca as obrigações da comunidade internacional e encoraja a América Latina a contar com os seus valores e a sua criatividade para contribuir eficazmente com a transformação da sua realidade social:

O mundo não pode ficar tranqüilo e satisfeito diante da situação caótica e desconcertante que se apresenta diante dos nossos olhos (...). Tudo isso é o testemunho eloqüente de uma desordem real e de uma injustiça institucionalizada (...). Diante de tudo isso, impõe-se uma ‘mudança de mentalidade, de comportamentos e estruturas’, a fim de superar o abismo existente entre os países ricos e os países pobres (...). Numa palavra: é preciso fazer valer o novo ideal de solidariedade diante da falaz vontade de dominar.¹⁰²

E, num tom profético, continua afirmando que “é preciso aumentar os meios e distribuir com maior justiça a riqueza, para que todos possam participar equitativamente dos bens da criação”.

¹⁰² SANTO DOMINGO. *Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino-americano*. Texto Oficial. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1992, n. 15.

Enfatiza que, para isso, “são necessárias soluções a nível mundial, instaurando uma verdadeira economia de comunhão e participação de bens, tanto na ordem internacional como nacional”¹⁰³.

O retorno do discurso ético ao conjunto do meio econômico abre espaço à experiência de Chiara Lubich e do Movimento dos Focolares, especialmente através da novidade ético-teológica referente à experiência da comunhão presente no Projeto Economia de Comunhão na Liberdade.

¹⁰³ Ib. n. 15.

Não se pode fazer uma economia nova, uma política nova,
uma ciência nova, sem “homens novos”.

É preciso que haja pessoas que tenham o carisma da unidade na própria alma
e que possam dá-lo a mancheias, de modo a transformar o mundo, a nossa sociedade.

Chiara Lubich

CAPÍTULO III

A COMUNHÃO

NO PROJETO ECONOMIA DE COMUNHÃO NA LIBERDADE,

DE CHIARA LUBICH

Este Capítulo conclusivo é voltado especificamente a expor a origem, a fundamentação teórica e experiência do Projeto Economia de Comunhão na Liberdade. A EdC, que desponta como uma contribuição específica ao pensar e ao agir econômico, nasceu da experiência do Movimento dos Focolares, ou Obra de Maria, movimento eclesial surgido em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, em Trento, no norte da Itália, tendo Chiara Lubich e um grupo de moças e rapazes como protagonistas.

Evidenciaremos os sinais de comunhão presentes na vida dos primeiros focolarinos e focolarinas que desejam repetir entre eles a experiência das nascentes comunidades cristãs. Esse estilo de vida humano-espiritual engendrou um novo comportamento de diálogo e inclusão social amadurecido ao longo de várias décadas nas comunidades do Movimento, hoje presentes em mais de 200 países de todos os Continentes.

Apresentaremos o Projeto Economia de Comunhão na Liberdade como sinal emergente de um novo paradigma econômico com suas atuais características e conseqüências sócio-político-econômico-culturais. Nesse, o homem com suas capacidades e necessidades de ser valorizado no que diz respeito à sua dignidade, é o centro da atividade econômica. Não o lucro. Objetivamos oferecer elementos que possibilitem o conhecimento e o aprofundamento desse Projeto como uma das resultantes do caminho de amadurecimento ético-teológico feito pela Igreja desde o nascimento da sua Doutrina Social, passando pelo Concílio Vaticano II até a necessidade de uma nova interlocução com as urgentes necessidades da humanidade.

Questionaremos quais são os elementos presentes no desenvolvimento do Projeto Economia de Comunhão na Liberdade de Chiara Lubich que podem corresponder aos profundos anseios de diálogo, de solidariedade e de comunhão, do homem de hoje, também na atividade econômica.

1.1) Atualidade ético-teológica da comunhão na vida social

A crise do socialismo e do capitalismo que marcou o final do século XX impôs a muitos campos da vida social, sobretudo à economia, um esgotamento e um vazio antropológico e social. Esses fenômenos ideológicos sempre foram objetos da reflexão ética. Porém, nesse tempo essa reflexão tornou-se ainda mais oportuna e desafiante. Não poderia ser diferente tendo em vista a constante busca da humanidade em equilibrar o movimento pendular histórico que a faz visitar um extremo ideológico e retornar a outro em períodos cíclicos.

Trata-se de encontrar um sistema racional e operacional que não mais corresponda somente aos interesses unilaterais de uma ideologia ou de um grupo. Esse sistema, necessariamente, deverá contemplar o homem e a sociedade de forma mais abrangente. Deverá conter um conhecimento ético orientador para o indivíduo, para as instituições, para a sociedade e para as nações. Um conhecimento que anule da sociedade a ignorância do individualismo, a perda de sentido do rumo a seguir, do objetivo a atingir, do fim último a alcançar.

É evidente a necessidade de uma ética que atenda às expectativas mais urgentes da humanidade. A chance de sobrevivência do mundo passa indiscutivelmente pela superação das éticas diferentes, contraditórias e conflitantes através de uma vertente dialogal. Um mundo *uno* necessita de uma ética baseada na unidade. Isso não significa a convergência de religiões e segmentos filosóficos e culturais para um eixo religioso único, nem para uma ideologia totalitária. Deve ser, porém, um conjunto de normas, de valores, de ideais e de objetivos que interliguem todas as pessoas e que todas sejam válidas.

Também a teologia deverá encaminhar-se para isso. E o caminho não poderá ser outro senão o da percepção e da valorização do amor mútuo, a exemplo da dinâmica vivida na Santíssima Trindade, como núcleo do desenvolvimento da dignidade humana e, conseqüentemente, no diálogo com a sociedade. Essa interlocução, muitas vezes amortecida na sua dimensão profética, deverá ser resgatada pela teologia e, conseqüentemente pela Igreja, para que a novidade transformadora manifestada em Jesus Cristo não perca sua força; e a vida eclesial intra-específica adquira sempre mais liberdade de diálogo com a cultura, com a ciência, com a política e com a economia.

M. Anjos comenta essa expectativa:

O estremecimento das relações institucionais entre Igreja e Sociedade favoreceu uma tendência em reduzir a religião à esfera do privado, dificultando, em muitos ambientes, a explicitação de motivações religiosas. Estas ficaram em parte identificadas com outras motivações institucionais ou com posições isoladamente individuais. Superadas estas barreiras, é possível reconhecer os pontos de encontro.¹⁰⁴

O atual contexto, de fato, parece afirmar que a queda das ideologias estabeleceu uma crise de relacionamento do homem com as instituições. Podemos intuir que a resposta ao vazio que restou do relacionamento do homem com as instituições não poderá ser a re-institucionalização das instituições, nem o retorno de normas e de dogmas em relação às mesmas. Nesse tempo, o Espírito de Deus parece direcionar a mulher e o homem eclesial, à uma re-fundação do comportamento ético-teológico sobre bases dialogais e assim contribuir ainda mais eficazmente com a sua transformação. Abre-se, então, um espaço onde poderão emergir novos paradigmas para preencher o esvaziamento provocado por esses relacionamentos.

O Compêndio da Doutrina Social da Igreja focaliza essa necessidade afirmando que:

A transformação do mundo se apresenta como uma instância fundamental também no nosso tempo. A esta exigência o Magistério social da Igreja quer oferecer as respostas que os sinais dos tempos invocam, indicando primeiramente o amor recíproco entre os homens, sob o olhar de Deus, o instrumento mais potente de mudança, no plano pessoal assim como no social. Com efeito, o amor recíproco, na participação no amor infinito de Deus, é o autêntico fim, histórico e transcendente, da humanidade.¹⁰⁵

Vários sinais comprovam que já se está esboçando um paradigma com envergadura histórico-universal fundamentado no amor mútuo que gera a comunhão. Também a reflexão teológica demonstra que o tempo presente é fecundo nesse aspecto. De fato, a posição do Concílio Vaticano II que caracterizou a Igreja como “povo de Deus”, mais presente na reflexão teológica e eclesiológica das décadas de 60 e 70, e a Igreja como “mistério, comunhão e missão”, mais presente a partir dos anos 80, parece estar se encaminhando para

¹⁰⁴ ANJOS, Márcio Fabri dos. *Teologia da Libertação e bioética*. In: Dicionário de Bioética. Vila Nova de Gaia - Portugal: Perpétuo Socorro e Aparecida: Santuário. 2001. p. 1071.

¹⁰⁵ Cf. n. 55.

uma síntese¹⁰⁶ entre duas realidades: entre o divino e o humano, o eterno e o temporal, o permanente e o histórico, o místico e o social¹⁰⁷.

Portanto, a comunhão gerada pelo amor entre os homens é a categoria através da qual a teologia e a eclesiologia podem, hoje, corresponder às expectativas éticas da humanidade. Nesse sentido, João Paulo II define que “fazer da Igreja *a casa e a escola da comunhão*” é o “grande desafio que nos espera no milênio que começa, se quisermos ser fiéis ao desígnio de Deus e corresponder às expectativas mais profundas do mundo”¹⁰⁸.

Entre os muitos sinais emergentes da ação do Espírito Santo sobre a humanidade¹⁰⁹, está uma proposta econômica que constitui não apenas uma resposta à mentalidade comunista ou capitalista, não apenas uma resposta para as novas exigências da nossa época, mas também para as expectativas da Igreja no campo social. É o Projeto Economia de Comunhão na Liberdade.

1.2) A ontologia do Projeto Economia de Comunhão na Liberdade

O Projeto Economia de Comunhão na Liberdade (EdC) tem raízes na Doutrina Social da Igreja e na experiência do Movimento dos Focolares¹¹⁰. Com algumas características de

¹⁰⁶ O teólogo catarinense Víctor Feller afirma no Subsídio Teológico 1, em preparação ao 15º Congresso Eucarístico Nacional, realizado em Florianópolis, em maio de 2006: “Cada uma das três categorias [Igreja como mistério-comunhão-missão] em particular e as três juntas, encontram seu verdadeiro sentido, quer na medida em que se enraízam na concepção básica de povo de Deus, quer na medida em que assumem esse enquadramento histórico-social que marca a atualidade da Igreja. (...) O quadro teológico-teológico como seu enquadramento histórico-social fazem parte do “ser”, da identidade da Igreja. É, no entanto, o enquadramento de povo de Deus, ressaltado de modo explícito pelo Concílio, (...) que ajudará a Igreja a perceber mais claramente sua relevância para a história” (p. 20)

¹⁰⁷ Cf. LG 8

¹⁰⁸ Cf. Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte*, n.43.

¹⁰⁹ Evidenciando esse fenômeno, Bruni cita Becattini, 2004, p.1: “Posso estar enganado, naturalmente, mas, se não estou errado, nesse momento se está preparando muito sutilmente, marginalmente, quase clandestinamente, uma revolução paradigmática nos estudos econômicos. Uma nova ‘economia da riqueza’ está ameaçando o domínio, aparentemente indiscutível, da análise econômica daquele que, à luz do paradigma dominante se crê ser a realidade social”.

¹¹⁰ Movimento de amplo alcance religioso, social e cultural, nascido em 1943, em Trento, no norte da Itália, durante a II Guerra Mundial é reconhecido pela Igreja Católica com o nome de *Obra de Maria*, e hoje está difundido em mais de 200 países. Tem como carisma a *unidade* pedida por Jesus ao Pai em Jo 17, 21: “Que todos sejam um” através do qual deseja contribuir para o diálogo dentro da própria Igreja Católica, o diálogo ecumênico, o diálogo inter-religioso, o diálogo com aqueles que não possuem um referencial religioso e no diálogo com a cultura contemporânea em vários setores e níveis.

“economia solidária”, a proposta foi feita por Chiara Lubich¹¹¹, em maio de 1991, no Brasil, durante uma de suas visitas às comunidades dos Focolares do país. O objetivo do Projeto é resgatar o que existe mais genuíno no homem: sua capacidade de amar, de se doar livremente, gratuitamente, com um amor que se traduz em comunhão, em reciprocidade aberta para o outro, para as suas necessidades, elevando esse comportamento ao nível de comportamento econômico.

A idéia fundamental da EdC é a conjugação de economia e comunhão, desde que os agentes produtivos (empresário e trabalhadores) coloquem como base de sua ação econômica uma cultura diferente da *cultura do ter* que aumenta o acúmulo e o desperdício. Esses são chamados a agir segundo o paradigma cultural da comunhão que emerge em nossos dias. É um novo modelo que provoca o surgimento da *cultura da comunhão*, ou seja, da doação recíproca, do dar, do compartilhar, do uso moderado dos bens, da mudança de estilos de vida já consolidados.

Com efeito, Chiara Lubich comenta em um de seus discursos sobre a EdC, feito em Rocca de Papa, Itália, no dia 10 de setembro de 1991:

Ao contrário da economia consumista, baseada na cultura do *ter*, a Economia de Comunhão é a economia do *dar*. Isto pode parecer difícil, árduo, heróico. Mas não é assim, porque o homem, feito à imagem de Deus, que é Amor, encontra a própria realização justamente no amor, na doação. Essa exigência está no mais profundo do seu ser, quer ele tenha fé em Deus, quer não. E é justamente nesta constatação, comprovada pela nossa experiência, que está a esperança de uma difusão universal da Economia de Comunhão.¹¹²

A metodologia da EdC consiste em direcionar a firma, empresa ou indústria a se constituir como comunidade de pessoas altamente responsáveis e motivadas, inseridas na produção de bens e serviços, e a usar os lucros para contribuir na emergência de uma sociedade solidária com os marginalizados e excluídos. Trata-se da criação ou da reestruturação de estruturas econômicas, firmas, empresas, indústrias pequenas ou grandes, entendidas como comunidade de pessoas, cujos proprietários livremente distribuem os lucros

¹¹¹ CHIARA LUBICH, fundadora e atual presidente do Movimento dos Focolares, nasceu em Trento, em 22 de janeiro de 1920. Figura de projeção internacional, é reconhecida como uma mulher que conseguiu colocar em comunhão recíproca milhões de pessoas de todos os credos, convicções e culturas.

¹¹² LUBICH, Chiara. *Economia de Comunhão. História e Profecia*. São Paulo: Cidade Nova. 2004. p. 51

de acordo com o novo critério. A novidade está na liberdade da distribuição dos lucros para três finalidades:

- 1) A ajuda de emergência aos necessitados e a criação de postos de trabalho, para que, a exemplo das comunidades primitivas, “não haja mais indigentes”;
- 2) O incremento e a consolidação das empresas para produzirem, proporcionarem justos salários e respeitarem as leis vigentes;
- 3) O desenvolvimento e o sustento de estruturas de formação de “homens novos”¹¹³ capazes de viver a *cultura da comunhão* e serem protagonistas de uma sociedade nova.

A proposta teve uma resposta imediata nas várias regiões do Brasil e, progressivamente, foi se difundindo entre os membros do movimento de outras nações e continentes. Este novo modelo de gestão, com efeito, tem sido aprofundado por estudiosos e empresários de diversas partes do mundo, fazendo emergir um quadro multifacetado sobre os possíveis modos de conceber e desenvolver o setor econômico.

O Projeto, de fato, propõe a comunhão àqueles que atuam no campo da economia, em vários níveis: dos lucros, dos conhecimentos científicos, das capacidades profissionais e relacionais. Essa postura confronta-se naturalmente com o reducionismo competitivo que impõe paradigmas contrastantes ao verdadeiro fim do método econômico, ou seja, o bem comum. É um pensar e agir segundo um novo paradigma de inclusão que oportuniza a transformação do ambiente econômico em espaço de fraternidade.

A esse respeito Burckart comenta que a força da EdC não é outra senão o “paradigma interdisciplinar da unidade” através do qual a vivência de uma cultura baseada na gratuidade da comunhão incide sobre a dimensão econômica da sociedade¹¹⁴. A EdC, com efeito, potencializa a relação da economia com as categorias ético-teológicas de justiça, verdade e relacionalidade. Apresenta a comunhão como o eixo sistêmico, como “lugar” dialógico

¹¹³ Para Chiara essas mulheres e homens animados pelo amor cristão são indispensáveis para o mundo de hoje, porque “sem homens novos, não se forma uma sociedade nova” (cf. discurso de lançamento da EdC). Tal expressão evoca a expressão paulina de *Ef* 2, 14-15: “Ele [Cristo] é a nossa paz: de ambos os povos fez um só, (...) a fim de criar em si mesmo um só Homem Novo, estabelecendo a paz”; e *Cl* 3,9-10: “Vós vos revestistes do homem velho com as suas práticas e vos revestistes do novo, que se renova para o conhecimento segundo a imagem do seu Criador”.

¹¹⁴ BURCKART, Hans. Desenvolvimento sustentável e gerenciamento empresarial: elementos para um novo paradigma de gestão. In: BRUNI, Luigino (org.). *Economia de Comunhão, uma cultura econômica em várias dimensões*. São Paulo: Cidade Nova, 2002. p. 79.

substitutivo do método da luta de classes e do estilo defensivo e intransigente de movimentos históricos que na tentativa de reorganizar a sociedade se demonstraram insuficientes em termos de doutrina e prática.

Com efeito, a matriz teológica da EdC é a centralidade do amor-comunhão que provoca uma novidade no movimento econômico. Essa se traduz na possibilidade de introduzir na lacuna relacional existente entre o homem e o sistema mercadológico atual o valor da relação que gera a comunhão. Um valor que transcende e marca esse sistema com sinais de um novo estilo de agir econômico baseado na comunhão trinitária. Vidal define esses sinais como orientação ética que justifica no paradigma da vida trinitária o duplo princípio ético da união entre todos os filhos de Deus e da entrega sincera de um a serviço dos demais. Reitera ainda que o pedido de Jesus ao Pai “que todos sejam um, como nós somos um” (cf. *Jo* 17,21-22), oferece perspectivas inacessíveis à razão humana e sugere certa semelhança entre a união das Pessoas divinas e a união dos filhos de Deus na verdade e no amor¹¹⁵.

No entanto, para que esse estilo de economia enraizado na gratuidade não corra o risco de se tornar um processo assistencialista é preciso entender o verdadeiro sentido da comunhão vivida como princípio da moral social. Cambón propõe que “em toda atividade social é necessário confrontar permanentemente as próprias idéias e experiências, não só para melhorá-las no que for preciso, mas também para adaptá-las às circunstâncias econômicas, culturais e políticas, constantemente expostas a mudanças e sujeitas à evolução”¹¹⁶. E essa é uma das perspectivas da EdC, ou seja, abrir-se ao diálogo com a sociedade, promovendo e amadurecendo uma doutrina que represente uma alternativa para o desenvolvimento sócio-econômico.

Isso permite um avanço em relação às importantes propostas, iniciativas e estruturas de solidariedade, que positivamente se apresentam no campo social. A *cultura da comunhão*, que define a EdC, com efeito, transcende o sentido do solidário, do cooperativo e do corporativismo. Evoca a originalidade de um paradigma que está emergindo¹¹⁷ e

¹¹⁵ CAMBÓN, Enrique. *Assim na Terra como na Trindade*. Op. cit. p. 58.

¹¹⁶ *Ib.* p. 51.

¹¹⁷ “Negli ultimi anni si è sviluppato nell’alveo di riflessione della sociologia economica, un profondo lavoro di elaborazione concettuale orientato esplicitamente alla ridefinizione di un paradigma esplicativo del comportamento umano, capace di reimmettere l’agire economico all’interno di un quadro concettuale di tipo sociologico. La presa di coscienza dei profondi limiti delle teorie in qualche modo figlie dell’assiomatica utilitarista si sono moltiplicati, a partire dall’ormai classica elaborazione della razionalità limitata, dando vita a numerosi tentativi di approfondimento e di superamento concettuale.” PRESENTI, Luca. *Altruismo, dono, radicamento sociale: sulle origini comunitarie del*

determinando a epistemologia de um princípio comunitário com bases teológicas e sociais na gratuidade.

A esse respeito, Bruni comenta:

A cultura da gratuidade não deve ser confundida com *altruísmo*, com *filantropia* e, muito menos, com assistencialismo: gratuidade não significa ser “bons” ou altruístas mais do que os outros; é uma atitude interior que nasce da consciência de que *é impossível ser feliz sozinho* e que “não podemos fazer a nossa felicidade sem fazer a felicidade dos outros”¹¹⁸

Partindo desse pressuposto, a proposta da EdC é atual e orientada para contribuir com um modelo de organização social que tem na relação da Trindade o seu modelo e o seu núcleo. Com razão, Vidal afirma que “A Trindade, além de paradigma, é princípio da vida moral. Essa dimensão ontológica da Trindade na vida moral é a que justifica a vertente paradigmática. A comunhão trinitária não só é modelo da moral cristã, mas também sua conformação ontológica”¹¹⁹. Para Chiara, esse paradigma é definido pela centralidade do amor ensinado por Jesus em profunda relação com a vida pessoal e social¹²⁰.

privato sociale. In SACCO, Pier Luigi, ZAMAGNI, Stefano. *Complessità relazionale e comportamento economico, Materiali per un nuovo paradigma di relazionalità*. Bolonha: Società Editrice Il Mulino, 2002. p. 255.

¹¹⁸ BRUNI, Luigino (org.). *Economia de Comunhão, uma cultura econômica em várias dimensões*. São Paulo: Cidade Nova, 2002. pp. 48-49.

¹¹⁹ VIDAL, Marciano. *Nova Moral Fundamental. O lar teológico da ética*. Op. cit. p. 68.

¹²⁰ “Quando Chiara Lubich, alla luce del carisma dell’unità, dice che le relazioni sociali sono chiamate a essere, in Gesù, immagine della Trinità, richiamandosi a Gv 17,21: “Che tutti siano una sola cosa. Come tu, Padre, sei in me e io in te, siano anch’essi in noi una cosa sola, perchè il mondo creda che tu mi hai mandato”, compie quest’operazione epocale di collegare la teologia e l’antropologia, con tutte le sue manifestazioni, in questa realtà nuova che é la più antica, perchè é il vangelo: la realtà del regno di Dio, che è Trinità, portata da Gesù nella storia degli uomini”. CODA, Piero. *Teologia e Antropologia di Comunione*. BRUNI, Luigino; CRIVELLI, Luca (edd.). *Per una economia di comunione. Un approccio multidisciplinare*. Roma: Città Nuova. 2004. p. 18

1.3) A inspiração da Economia de Comunhão

Ao verificar a inspiração da EdC notamos que foi provocada por alguns fatores relacionadas à história do Movimento dos Focolares e à realidade mundial e eclesial¹²¹ que se constituíram como um cenário na visita de Chiara ao Brasil, em 1991, e o conseqüente surgimento da EdC.

Uma premissa foi a observação do estilo de vida social renovado pelo amor evangélico que gera comunhão, experimentado nas Mariápolis¹²². Outro aspecto importante foi a leitura e o aprofundamento feito por Chiara da Carta Encíclica *Centesimus Annus*, publicada em 1º maio de 1991, poucos dias antes de sua viagem para o Brasil. À confirmação de João Paulo II a respeito do objetivo social e universal da propriedade, da solidariedade e da necessidade do surgimento de uma economia mundial, expressa na *Centesimus Annus*, uniu-se a intuição de Chiara sobre o papel social das “cidades-testemunhos”, levando-a a considerar “um elemento essencial da espiritualidade do Movimento: o seu aspecto socioeconômico”¹²³. De fato, no discurso de lançamento da EdC ela evidencia a experiência da comunhão dos bens, já praticada de modo livre nas comunidades do movimento¹²⁴ a partir da observação da primitiva comunidade cristã¹²⁵ tem força para ser ampliada em nível empresarial e se tornar um modelo econômico.

Nestes dias nasceu a idéia (..) de que talvez Deus esteja chamando o nosso Movimento no Brasil (...) a por em prática a comunhão dos bens, enriquecida com todos os princípios da Doutrina Social da Igreja, globalmente, todo o

¹²¹ Diz respeito aos acontecimentos de 1989 nos países da Europa oriental e central, palco da queda da ideologia socialista que “considerava cada homem simplesmente como um elemento e uma molécula do organismo social, de tal modo que o bem do indivíduo aparece totalmente subordinado ao funcionamento do mecanismo econômico-social”, temática abordada na *Centesimus Annus*.

¹²² São “cidades-testemunho” nas quais convivem, de forma mais ou menos permanentes, pessoas de qualquer condição, vocação e idade que dão testemunho de um “esboço” de convivência humana renovada, em todos os seus aspectos, pelo Evangelho. Procuram viver o amor mútuo, proposto por Jesus em *Jo 15,12* como a lei fundamental dessa convivência. Atualmente existem trinta e três dessas cidades no mundo. Três estão no Brasil e uma delas é a Mariápolis Ginetta, em Vargem Grande Paulista, região metropolitana de São Paulo.

¹²³ LUBICH, Chiara. *Economia de Comunhão. História e Profecia*. Op. cit., n. 13

¹²⁴ A comunhão dos bens é praticada no Movimento de diferentes formas, cada membro de acordo com a sua vocação específica: os focolarinos, consagrados que vivem em comunidades no meio das cidades, doam tudo o que possuem como resultado do próprio trabalho; os focolarinos casados, que também fazem parte dessas comunidades, porém vivendo nas famílias, colocam em comum o supérfluo do que recebem. Os demais membros, adultos e jovens, possuem formas específicas de acordo com o estado de vida, porém sempre de forma livre e concreta.

¹²⁵ LUBICH, Chiara. *Economia de Comunhão. História e Profecia*. Op. cit. p. 13.

Movimento junto. Pensamos que esse testemunho poderia ser experimentado, de fato, a começar pela nossa Mariápolis (...). Aqui, nessa cidadezinha, deveriam surgir algumas indústrias, algumas empresas (...). Tais empresas, de diferentes tipos, deveriam ser apoiadas por pessoas do Brasil inteiro, constituindo sociedades em que cada um teria uma participação própria; participações talvez pequenas mas muito difundidas. A gestão, obviamente, deveria ser confiada a pessoas competentes e capazes, que fizessem essas empresas funcionar com o máximo de eficiência e, assim, obtivesse lucro delas. E aqui está a novidade: esse lucro não deveria ser repartido entre todos os que participam do capital, mas deveria ser “posto em comum”. Disso haveria de nascer uma “Economia de Comunhão”, da qual a Mariápolis seria um protótipo, uma cidade-piloto”.¹²⁶

Outro fator que contribuiu com o nascimento da EdC exatamente no Brasil foi a constatação do grave desequilíbrio entre ricos e pobres verificado por Chiara especialmente na periferia da cidade de São Paulo. O trajeto que fazia do centro de São Paulo até à Mariápolis Araceli¹²⁷, no município de Vargem Grande Paulista, oferecia dados significativos nesse sentido. A essa reflexão, somou-se uma metáfora esboçada por D. Paulo Evaristo Arns, então arcebispo de São Paulo, comparando o cinturão de pobreza e miséria dos bairros da periferia que circundam a metrópole com a “coroa de espinhos” colocada sobre a cabeça de Cristo durante a sua flagelação.

Esses elementos convergentes para um novo comportamento ético de reciprocidade na economia, no dizer de Chiara, traduzem-se em uma “contribuição específica” do Movimento dos Focolares para a realização da Doutrina Social da Igreja e para “estimular uma nova mentalidade, um novo estilo de vida no campo socioeconômico”¹²⁸.

¹²⁶ *Ib.* p.14

¹²⁷ Hoje, esta Mariápolis é denominada *Ginetta*, em homenagem a Ginetta Calliari, italiana, falecida em 2001, uma das companheiras de Chiara Lubich no início do Movimento dos Focolares, a quem foi confiada a missão de iniciar as primeiras comunidades dos Focolares no Brasil, em Recife-PE.

¹²⁸ LUBICH, Chiara. *Economia de Comunhão. História e Profecia*. Op. cit. p. 16.

1.4) A novidade espiritual, social e antropológica da Economia de Comunhão

Na base da EdC, está uma visão trinitária das relações interpessoais¹²⁹, sinaliza Chiara. Evidencia também que o discurso e o comportamento ético das empresas que aderem ao Projeto, devem ser reconduzidos às suas origens evangélicas e humanísticas. Reitera que todos os que estão envolvidos na empresa possuem a mesma dignidade porque a reciprocidade do amor evangélico deve superar o assistencialismo e o aspecto mercadológico. A esse respeito, afirma:

Cultura da partilha não significa somente dar o lucro ou dar alguma coisa, jóias, terras, casas. Não é isso. É aquele dar que aprendemos do Evangelho, que significa amar a todos. Portanto, é a cultura do amor: amar também os empregados, amar também os concorrentes, amar também os clientes, amar também os fornecedores, amar a todos. O estilo de vida empresarial deve ser todo mudado: tudo deve porvir do Evangelho, do contrário, não temos Economia de Comunhão.¹³⁰

Com efeito, como em outras realidades econômicas permeadas por motivações ideais, os que aderem ao projeto EdC fazem com que o ser humano com as suas exigências e aspirações e as instâncias do bem comum estejam, de fato, no centro de toda atividade econômica. Nesse âmbito, procuram de modo especial:

- estabelecer relações de lealdade e respeito, movidos por um sincero espírito de serviço e de colaboração, com os clientes e fornecedores, com a administração pública e também com os concorrentes;
- valorizar os funcionários, formando-os e envolvendo-os em variadas medidas na gestão da empresa;
- manter uma linha de condução da empresa inspirada na “cultura da ética”;
- dar uma grande atenção ao ambiente de trabalho e ao respeito à natureza, mesmo se o investimento tiver custo elevado;

¹²⁹ Cf. Aula ministrada na Universidade Católica de Piacenza, em 29 de janeiro de 1999, quando lhe foi conferido o título de doutor *honoris causa* em Economia e Comércio. In: LUBICH, Chiara. *Economia de Comunhão. História e Profecia*. Op. cit. n. 28.

¹³⁰ LUBICH, Chiara. *Economia de Comunhão. História e Profecia*. Op. cit. p. 53.

- cooperar com outras realidades empresariais e sociais presentes no território, abertos inclusive à comunidade internacional, com quem se sentem solidários.

Isso, efetivamente, exige um processo contínuo de formação das pessoas para que compreendam que, ao contrário da práxis neoliberal, a atividade econômica também pode se transformar em espaço aberto de reciprocidade na dimensão da gratuidade. Bruni defende que:

A gratuidade inicial tem um grande valor nas relações humanas, inclusive nas de caráter econômico. Experiências recentes em teoria econômica mostram que as intenções (ou jogos) baseados na confiança, se o sujeito sabe que recebeu confiança (incondicionada) do outro, ele é levado a devolver a confiança, a retribuir; o fato de sentimo-nos dignos de confiança nos transforma, tornando-nos mais capazes de reciprocidade.¹³¹

Podemos notar, em síntese, como essa postura, com efeito, define a EdC em nível espiritual, sociológico e antropológico:

Espiritual porque para poder realizar a EdC é preciso ser renovados espiritualmente, e ter a certeza de que todos os homens são irmãos, filhos do mesmo Pai;

Social porque se trata do um uso ativo dos bens e não de renunciá-los. De fato, esses são multiplicados e colocados em comunhão para outros objetivos, não para si mesmos. Em prática, na EdC, está presente a insistência de S. Paulo “O que furtava não mais fure, mas trabalhe com as suas próprias mãos, realizando o que é bom, para que tenha o que partilhar com quem tiver necessidade” (*Ef* 4,28). O Projeto, de fato, evidencia uma nova forma de relações sociais que parte da sensibilidade para com a necessidade do outro. Não apenas dar, mas para doar-se totalmente ao outro naquilo que ele tem necessidade. Eis porque Chiara Lubich fala do nascimento de uma nova mentalidade quando se refere à “cultura da comunhão”, capaz de despertar o sentido do social nas pessoas e, conseqüentemente nas estruturas econômicas.

¹³¹ BRUNI, Luigino (org.). *Economia de Comunhão, uma cultura econômica em várias dimensões*. Op. cit. p. 64.

Antropológico porque no centro da Economia de Comunhão está o homem e o seu crescimento integral. Essa é uma economia voltada para o homem na qual se procura resgatar o que ele possui de mais genuíno, ou seja, a sua capacidade amar, de doar livremente, gratuitamente, com um amor que se traduz em comunhão.

Esses aspectos, expressos em muitos princípios da Doutrina Social da Igreja, ressaltam o quanto EdC pode oferecer uma contribuição efetiva à condição social, espiritual e antropológica da sociedade atual. A necessidade de buscar uma maior originalidade e profundidade nas respostas a serem dadas às expectativas da sociedade, a EdC exprime-se com uma linguagem nova, sintonizada com o pensamento da Igreja. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja, com efeito, define:

A transformação das relações sociais que responde às exigências do Reino de Deus não está estabelecida nas suas determinações concretas uma vez por todas. Trata-se antes de uma tarefa confiada á comunidade cristã, que a deve elaborar e realizar através da reflexão e da práxis inspiradas no Evangelho. É o próprio Espírito do Senhor que conduz o povo de Deus e, concomitantemente, preenche o universo, inspirando, de tempos em tempos, soluções novas e atuais à criatividade responsável dos homens, à comunidade dos cristãos inserida nos dinamismos do mundo e da história e, por isso mesmo, aberta ao diálogo com todas as pessoas de boa vontade, na busca comum dos germes de verdade e de liberdade disseminados no vasto campo da humanidade.¹³²

1.5) A Economia de Comunhão como esboço de uma nova ordem socioeconômica

Paradoxalmente ao mercado ter se tornado espaço de poder, nos seus critérios, valores e métodos, percebe-se a iminência de um novo embasamento de pontos fundamentais da economia sobre o princípio da comunhão. O interesse do mundo acadêmico pela EdC insere-se no horizonte da pesquisa teórica já encaminhada por economistas, sociólogos e estudiosos de diversas disciplinas. A EdC, com efeito, demonstra a possibilidade de uma nova teoria econômica de comunhão, mesmo se ainda a sua doutrina ainda não está totalmente elaborada em nível científico.

¹³² Cf. n. 53.

Percebendo a convergência de elementos entre a EdC e a economia atual, pode-se afirmar que a práxis econômica desse Projeto é traduzida como um novo estilo de interlocução sócio-cultural e eclesial. Eclesial porque é um discurso perpassado por elementos ético-teológicos, já explicitados em pontos importantes da Doutrina Social da Igreja.

A *Rerum Novarum*, por exemplo, defende que “é vergonhoso e desumano usar dos homens como vis instrumentos de lucro” e “aos patrões compete velar para que a isto seja dada plena satisfação, que o operário, não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras, que nada venha enfraquecer o espírito de família nem os hábitos de economia”¹³³. A EdC, com efeito, sublinha o aspecto ético do fato econômico valorizando a pessoa, seja ela quem for, na sua integridade e nas suas dimensões individual, social e espiritual. Sendo, portanto, um projeto voltado para o homem, projeta que ele se realize, se salve, seja competente, dinâmico, responsável e participativo.

A EdC evoca Deus como centro da ordem moral porque separada dele, se desintegra¹³⁴ e o apresenta como um “acionista invisível”¹³⁵ que se manifesta e “abre a caixa Celeste”¹³⁶ no momento oportuno.

Quando a EdC coloca a pessoa no centro do agir econômico, define uma nova lógica no qual o trabalho readquire o seu significado original e o seu valor humano e espiritual porque é visto como contribuição à obra criadora de Deus. Esse conceito é afirmado na *Populorum Progressio* quando define que “não há verdadeiro humanismo senão o aberto ao Absoluto, reconhecendo uma vocação que exprime a idéia exata do que é a vida humana”¹³⁷.

A escolha de doar os lucros feita livremente no projeto EdC é para o bem comum. Esta liberdade deve ser perpassada por uma verdadeira conversão do coração, ou seja, passar do egoísmo à solidariedade com uma adesão primordial ao projeto de Deus sobre o homem. A *Centesimus Annus* afirma que “o homem recebe de Deus a sua dignidade essencial e com ela a capacidade de transcender todo o regime da sociedade, rumo à verdade e ao bem”¹³⁸.

Portanto, a EdC não se apresenta somente como uma nova forma de gerenciar empresas, mas como fator de transformação do homem e das estruturas empresariais usuais, baseando todas as relações, fora e dentro da empresa, em um estilo de vida de comunhão. Nesse contexto, aqueles que se encontram em dificuldades econômicas, os destinatários de

¹³³ Cf. n. 12.

¹³⁴ Cf. n. 205.

¹³⁵ LUBICH, Chiara. *Economia de Comunhão. História e Profecia*. Op. cit. p. 56.

¹³⁶ *Ib.* p. 45.

¹³⁷ Cf. n. 42.

¹³⁸ Cf. n. 38.

uma parte dos lucros, não são vistos simplesmente como beneficiários da empresa, mas são membros essenciais do projeto, para o qual contribuem com a doação das suas necessidades. Eles também vivem a *cultura da comunhão*, se recuperam e adquirem independência econômica. Quando isso acontece, renunciam à ajuda que recebem e, geralmente, repartem com outros necessitados o que possuem. De fato, na EdC cada um dá e recebe, com igual dignidade através de uma relação de substancial reciprocidade.

Portanto, não se trata de um projeto circunscrito, pelo contrário, está cada vez mais se ampliando. Após o primeiro ano após do seu lançamento, as empresas cujos sócios haviam aderido ao Projeto eram 230; já no final de 1993 eram 328, funcionando em 38 países. Os sócios das empresas da EdC, em 1993, eram 1362 e as empresas apresentavam um total de 2.505 funcionários. Quinze anos após o seu lançamento, a EdC conta hoje com 735 empresas de vários países envolvidas de formas diversas na proposta. Graças à contribuição das empresas com os seus lucros e a contribuição dos membros do Movimento dos Focolares, tem-se conseguido anualmente suprir as necessidades de cerca de 12.000 pessoas pobres, de vários lugares do mundo que desejam testemunhar à sociedade atual a pertinência do sonho de Chiara Lubich, com todo o Movimento dos Focolares e com muitas pessoas de boa vontade que vivem a espiritualidade da unidade:

O amor pelos pobres não falta em nossa vida. Obras e mais obras de caridade e obras sociais surgiram no mundo inteiro justamente com esse objetivo. Mas o que nos deu certa esperança de conseguir socorrer regularmente os pobres, começando por aqueles que pertencem ao Movimento, foi a idéia da Economia de Comunhão. Se nós a atuarmos, com o tempo poderemos ver realizada, na nossa Obra, uma página maravilhosa da Igreja nascente: “A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma [...] tudo entre eles era comum. [...] e não havia entre eles necessitado algum” (At 4,32-34). É esse o ideal ao qual devemos propender com todas as nossas forças, é esse o Ideal que se deve tornar realidade entre nós.¹³⁹

¹³⁹ LUBICH, Chiara. *Economia de Comunhão. História e Profecia*. Op. cit. p. 63.

1.6 - Experiências de comunhão em algumas empresas da EdC

Já vimos que a fragmentação do saber, das idéias e do pensamento pós-moderno sinaliza a manifestação de uma cultura da comunhão. Essa deverá ser capaz de colocar a pessoa humana e suas exigências de plena dignidade, de capacidade relacional, de abertura à transcendência no centro dos interesses culturais. Somente assim um sistema cultural promoverá sujeitos idôneos e aptos a doar à sociedade uma resposta dinâmica e transformadora segundo as aspirações das pessoas e dos povos.

Através do testemunho de amor mútuo entre empresários, empregados e estudiosos ligados à EdC está se configurando uma nova postura cultural como resposta à essas exigências. Trata-se do desenvolvimento de um diálogo aberto com quantos sentem a urgência de elaborar um pensamento e uma doutrina econômica inspirados e fundamentados em um paradigma de comunhão segundo o modelo trinitário de relacionamento. Sua consolidação passa por um discurso plural com todos os pensamentos, idéias e perspectivas, atuais e também do passado, para gerar uma inovadora cultura econômica.

O esforço dos protagonistas da EdC é o de atuar esse diálogo de comunhão entre eles, em nível da produção de bens e serviços e de pesquisa científica. Com efeito, as empresas de EdC devem ser, no parecer de Bruni, uma “empresa plural”, ou seja, colocar a comunhão no cerne da vida econômica e da empresa afirmando que o ‘princípio da reciprocidade’ é o princípio fundamental: a autoridade apóia-se nele, reconhecendo antes de tudo que se é irmão do outro, que são iguais em dignidade e depois, em segundo nível, se possuem funções, tarefas e, conseqüentemente, responsabilidades diferentes¹⁴⁰.

Isso é efetivamente revelado, seja nas empresas coligadas que nasceram por causa do Projeto ou já funcionavam nas cidades, seja nas empresas instaladas nos pólos produtivos ou industriais, ambientes que se exprimem através de dinâmicos núcleos empresariais de trabalho, de relação e de elaboração doutrinal da EdC.

A idéia dos Pólos industriais faz parte dos elementos básicos que compõem a primeira intuição de Chiara Lubich a respeito da EdC. Ela estimulou o surgimento dos Pólos nas proximidades das Mariápolis permanentes, a fim de que essas “cidades-testemunho” pudessem contribuir para manter vivo o espírito do Projeto. Ela, de fato, afirma no discurso de lançamento do Projeto que, para testemunhar a concretização desse novo modelo econômico, as Mariápolis deveriam ter duas dimensões; por um lado seriam “cidades celeste” constituídas

¹⁴⁰ BRUNI, Luigino. *Comunhão em as novas palavras em Economia*. São Paulo: Cidade Nova, 2005. p. 82.

pelas instituições do Movimento e escolas para a formação de “homens novos”; e a “cidade terrena”, composta justamente pelas empresas e por outras estruturas sociais¹⁴¹.

Os Pólos também são concebidos como laboratórios visíveis e pontos de referência ideal e operativo para as outras empresas ligadas ao Projeto. Atualmente no Brasil são dois: o Pólo *Spartaco*, em Cotia – SP, próximo à Mariápolis Ginetta; e o Pólo *Ginetta*, em Igarassu, próximo a Recife – PE. Em outros países já estão implantados o Pólo *Solidariedad*, em O’Higgins, próximo a Rosário, na Argentina; o Pólo *Lionello*, em Loppiano, próximo a Florença, na Itália; e estão em fase de implementação outros pólos em Portugal, França, Bélgica e Estados Unidos.

O Pólo *Spartaco*¹⁴², atualmente o mais desenvolvido de todos, conta com sete empresas que desejam testemunhar em conjunto que o modelo econômico alternativo da EdC é viável. É administrado por uma sociedade anônima de capital fechado, a *Espri S.A.* - Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais - que transformou a área de 37.466 m² onde está instalado o Pólo em um espaço econômico e produtivo destinado à implantação de pequenas e médias empresas inspiradas na EdC. Seus recursos operacionais são provenientes da subscrição de ações ordinárias e preferenciais, realizadas por acionistas de todo o Brasil e alguns do exterior. Através desses recursos foi viabilizada a compra e a infra-estrutura do terreno, além da construção e locação dos galpões para as empresas que ali já se instalaram.

Apresentamos algumas experiências de protagonistas¹⁴³ de algumas das 123 empresas brasileiras aderentes à EdC, instaladas nos Pólos ou coligadas ao Projeto. São fatos que ressaltam os elementos constitutivos e os resultados da adesão pessoal e empresarial à *cultura da comunhão* proposta no Projeto de Chiara Lubich. Escolhemos o testemunho de representantes de duas empresas instaladas no Pólo *Spartaco* (*Eco-Ar* e *Prodiel*) e de outras duas inseridas no universo metropolitano de São Paulo (*Ágape* e *Sabor de Vida*).

¹⁴¹ *Ib.* p. 15.

¹⁴² Nome em homenagem a Spartaco Lucarini, falecido em 1975, italiano, focolarino casado, e jornalista que dirigiu por muitos anos a revista *Città Nuova*, do Movimento dos Focolares e tinha uma grande sensibilidade à dimensão social deste.

¹⁴³ Depoimentos escolhidos dentre os muitos apresentados por empresários em Congressos nacionais e internacionais relacionados à EdC ou em encontros em nível sócio-acadêmico. Demonstram que na EdC diversos aspectos: científicos, acadêmicos, teológico-vitais, metodológicos, mercadológicos estão em profunda consonância, ou seja, possuem o mesmo grau de importância quanto ao desempenho da empresa e ao alcance do objetivo da EdC.

Eco-Ar Indústria e Comércio Ltda

Ercília Teixeira Fiorelli, formada em Matemática e Biologia. Diretora Comercial

End.: Pólo Empresarial *Spartaco*

Estrada Água Espraiada, 5536 – Aguassai

06700-000 – Cotia – SP

Fone: Fábrica (11) 4611-0771 - Comercial (11) 4158-6664

E-mail: ecoarvendas@uol.com.br

- Toda a minha experiência profissional passa pela aérea financeira. Desde que Chiara lançou a EdC senti um forte desejo de fazer algo por esse Projeto. Inseri-me na *Espri* e continuei no banco onde trabalhava, há quinze anos. Diante da importância da EdC questionei-me o porquê eu estava investindo as minhas capacidades em um sistema econômico excludente. Dei alguns passos e com um grupo de pessoas interessadas na EdC demos início a uma empresa que mais tarde se transferiria para o Pólo *Spartaco*. Um dia, porém, voltava do meu trabalho, chovia muito e fiquei parada no trânsito diante de uma favela, observando a realidade de pobreza extrema. Naquele momento entendi que devia ter coragem de deixar a minha carreira e começar algo novo voltado para aqueles que também eram meus irmãos. Foi quando pedi demissão do banco e, em 1994, inaugurei a *Eco-Ar Indústria e Comércio Ltda.*, fabricante de produtos de limpeza, sem capital nem conhecimento do ramo. Deixei a mesa de mármore do ambiente bancário e, desde aquele tempo, me vejo descarregando caminhão com os funcionários. Começamos num espaço de 40 m² e fomos ganhando credibilidade junto ao mercado. Dois anos depois nos transferimos para o Pólo num galpão de 300 m². As dificuldades se apresentaram de várias formas, mas o nosso entusiasmo em levar para frente a proposta da EdC era maior. Esse processo foi muito importante para nós porque nos fez perceber que uma empresa de EdC deve se apresentar ao mercado preservando a ética e a seriedade. Eis alguns fatos que confirmam essa necessidade: 1) – Atualmente os produtos da *Eco-Ar*, além de mercados de pequeno e médio porte, também estão nas maiores redes de supermercados que atuam no Brasil como *Rede Econ*, *CBA*, *Dia Brasil*, *Carrefour* e *Wal-Mart*. Entramos nessas grandes redes porque uma empresa de representação veio nos procurar. Quisemos saber por que eles tinham deixado de representar

uma outra empresa que já tinha nome no mercado para se interessar pela *Eco-Ar*, ainda sem força de marketing. Eles responderam: “O que nos faz mudar é a referência da seriedade de vocês. Não queremos mais trabalhar com empresas que não agem eticamente. Queremos trabalhar com pessoas sérias”. Um fato inesperado aconteceu quando começamos a fornecer produtos para o *Wal-Mart*. Foi levantada a suspeita de que estávamos trabalhando sem o registro de nossos produtos junto aos órgãos oficiais. Isso significou o cancelamento por dois meses do fornecimento e conseqüentemente do faturamento. Para valer a ética, não fizemos nenhum comentário a respeito de quem promoveu o episódio, apenas apresentamos os documentos provando que a suspeita não procedia. Após uma visita de inspeção à *Eco-Ar*, um diretor daquela empresa nos disse: “Vocês perderam dois meses de faturamento, mas com a atitude de não incentivarem conflitos, ganharam para sempre a credibilidade junto ao *Wal-Mart*”. Outra experiência foi com um fornecedor com quem rompemos o contrato de fornecimento por termos conseguido preços melhores no mercado. Meses depois ficamos sabendo que tanto aquela empresa quanto seus proprietários passavam por dificuldades financeiras, inclusive sem ter o que comer em casa, porque a *Eco-Ar* era um dos clientes que lhes possibilitavam manter o equilíbrio financeiro. Ficamos em uma encruzilhada: de um lado uma empresa para viabilizar e dar lucro, de outro, pessoas humanas, o “homem” com necessidades objetivas. Telefonamos para eles, abertos ao diálogo e à possibilidade de continuarmos a trabalhar juntos. Eles ficaram felizes e decidiram apresentar outra proposta de preços. Outro fato: recentemente recebemos o telefonema de uma universidade altamente reconhecida e conceituada, interessada em comprar uma grande quantidade de nossos produtos. Perguntamos como tinham nos encontrado. Responderam que, apesar de não sermos conhecidos, eles tinham feito uma análise laboratorial e constatado que possuíamos o melhor produto do mercado. Mais uma vez, constatávamos que, pela seriedade em colocar a dignidade humana no centro de nossos empreendimentos, Deus nos dava a possibilidade de ampliar nossa atuação no mercado. Hoje estamos

instalados em 2.000 m² de área construída, produzimos 1 milhão de litros ao mês e trabalhamos com 25 funcionários.

***Prodiet* Farmacêutica Ltda.**

Armando Tortelli – formado em Estudos Sociais, Diretor da empresa com sede em Curitiba-PR, com uma filial instalada no Pólo *Spartaco* e outra em Brasília.

End. (matriz): Rua General Potiguara, 1428 - Novo Mundo
81.050-500 – Curitiba-PR

Home Page: <http://www.prodiet.com.br/>

Fone/ fax: (41) 2169-4848

E-mail: contato@prodiet.com.br

Sou casado, pai de seis filhos. Trabalhei em diversas indústrias farmacêuticas até iniciar as atividades da *Prodiet* Farmacêutica. Logo percebi que havia um grande espaço para o crescimento, no entanto, devido a práticas pouco éticas que predominavam nas ações deste mercado, com muita sonegação de impostos e acordos ilícitos entre fornecedores e clientes, comecei a enfrentar grandes dificuldades na adaptação dentro desse sistema. De 1989 a 1991 o nosso crescimento foi bastante expressivo, mas, não posso dizer o mesmo quanto a minha realização pessoal. Presenciava diariamente muitas situações das quais eu não queria participar e me intrigava muito pensar como eu poderia sobreviver dentro deste modelo de mercado. Quando em 1991, Chiara Lubich lançou a EdC, encontrei a grande resposta que buscava. O que mais me impressionou nesse Projeto é que não se falava apenas que nossas atividades deveriam ser norteadas por valores, mas devia ir além, ou seja, Chiara me mostrou a importância social da minha atividade empreendedora e acima de tudo que uma empresa pode ser um forte meio de evangelização. A partir daí entendi que crescer era preciso, mas que o fruto do crescimento não se resumia ao resultado financeiro e sim a uma “nova cultura” que através da empresa poderia influenciar a vida de muitas pessoas. Procuramos, então, a preparar a empresa e a mim mesmo para quase um ano depois coligar a *Prodiet* à EdC. Esta atitude foi muito importante porque entendi que a decisão deveria também exprimir a participação e a realização dos funcionários. Se por um lado a divisão dos lucros dependia unicamente dos sócios, no caso eu e

minha esposa, a vida da empresa dependia de todos. Constatei que essa proposta, uma verdadeira mudança de paradigma, foi muito bem aceita. Todos estavam felizes por saber que seriam construtores de algo que ia muito além da própria sobrevivência. Cresceu a comunhão entre todos nós, a administração passou a ser mais participativa e tudo era discutido em conjunto. E não é exagerado dizer que todos “sentiam” a empresa como se fosse própria. A partir dessa novidade organizamos a empresa buscando várias parcerias de consultorias de gestão, financeira, contábil. Tudo isso para que pudéssemos crescer solidamente, sem perder os valores da EdC e valorizar os relacionamentos entre nós, com os clientes, com os concorrentes e com o Estado e com aqueles a quem somos convidados a partilhar a nossa experiência pessoal e empresarial. Isso tem ajudado muitos a acolherem a novidade da EdC e um dos resultados é o fato que, em 2006, nove empresas com quem temos contato regular, se coligaram ao Projeto. No início do Pólo *Spartaco*, aceitamos o convite para montar uma filial em São Paulo. Parecia uma grande loucura, algo impensável para alguém do Sul do Brasil. No entanto, a loucura transformou-se em grande alternativa para o crescimento. Através da nossa atuação em São Paulo, percebemos que tínhamos potencial para, hoje, atuarmos nos 27 estados do Brasil. Essa filial, mesmo com dificuldades, sofrendo vários assaltos e não muito bem localizada para o comércio, tem nos realizado especialmente por estarmos dando nossa pequena contribuição para a concretização da EdC nesse Pólo. Mas não poderíamos parar. Com o início das construções do Pólo Ginetta, próximo a Recife, fomos ver como poderíamos oferecer o nosso incentivo. A primeira idéia era abrir uma outra filial *Prodiel*, mas por vários motivos isto não foi possível. Procurávamos alguns sinais quando, junto com outros empresários do Nordeste tivemos a idéia de abrir uma fabrica de doces, aproveitando da rica variedade de frutas tropicais que a região oferece. São muitos os frutos da EdC que podemos colher na nossa empresa. Devido ao grande giro de fornecedores no interior da *Prodiel* é comum escutar eles dizerem: “aqui existe um ambiente diferente, algo difícil de explicar, mas muito bom de saber que existe”; “a equipe de vocês é muito bem

treinada, todos falam e agem de forma semelhante”. Na verdade, nós sabemos que esse “treinamento” é a vida que circula entre nós e que faz com que todos respirem e transpirem os mesmos valores que, depois, se transformam em atitudes de coerência e transparência. O diálogo com os concorrentes é sempre muito interessante. Meses atrás, convidamos os principais concorrentes da região sul do Brasil para discutir problemas comuns da nossa atividade. Primeiramente eles receberam a proposta como se fosse uma "cilada" de nossa parte. Após duas reuniões, todos se sentiram como se estivessem em casa, como em uma grande família. E o diálogo continua. Em relação aos órgãos do Estado, no início e por vários anos, sofremos uma forte fiscalização e até mesmo perseguição. Depois, quando nos fizemos conhecer, nasceu entre nós uma grande amizade a ponto de não sermos fiscalizados há mais de quatro anos. Os tributos não são para nós uma carga tão pesada porque, através de um bom planejamento tributário tem sido possível continuar nossa atividade sem deixar de repassar, através dos impostos, aquilo que pertence à sociedade. Com os clientes não tem sido diferente. Pelo fato dessa atividade trabalhar predominantemente na área pública e devido ao alto nível de corrupção, mesmo se esta realidade está mudando, todos ficam impressionados e se espantam por constatarem que o nosso crescimento acontece sem participarmos desse terrível jogo. Com os funcionários é comum escutá-los dizer que aquilo que mais agrada a todos é a proximidade entre a direção e eles. Todos se sentem iguais e valorizados, como se fosse uma “família”. Um dia, uma das funcionárias me disse: “Impressiona-me o modo simples como sou tratada por vocês. Descobri que todos somos iguais”. Este estilo de liderança, fundamentado nos valores da EdC, nos mostra que não se perde a autoridade quando amamos o irmão. Pelo contrário, a autoridade nasce daquilo que somos e, se estamos a serviço, valorizando os funcionários, reconhecendo o valor de todos, cresce a admiração recíproca e a autoridade e hierarquia mantêm-se dentro daquilo que é necessário para o bom andamento da empresa. Um outro aspecto interessante é a influência desse agir empresarial no mundo político e acadêmico. A comum proximidade entre empresários e

políticos ocorre conosco com uma medida diferente. Vários são os políticos que nos procuram, não para buscar ajuda financeira, mas para conhecer a nossa experiência. Percebemos que quando conhecem a EdC nasce ou aumenta neles o desejo de construir algo diferente também no ambiente onde atuam. Vários citam a nossa experiência por onde passam e nota-se que cresce neles o desejo de transformar a política em um espaço de fraternidade. Com os acadêmicos e pesquisadores não é diferente. Cada um que passa pela empresa para pesquisar a EdC nos ajuda muito. Ganhamos nós porque doamos a vida que vivemos e ganham eles porque dividem conosco suas aspirações. Cresce, então, a esperança de serem profissionais voltados para a construção de um mundo melhor. Hoje empregamos 180 pessoas entre funcionários e representantes e o nosso faturamento tem crescido a cada ano. Muitas, no entanto, são as dificuldades, mas o acreditar na grande causa da EdC não permite que paremos. Para o ano de 2007 estamos esperando um crescimento bem menor, ou até mesmo não crescer. Para o momento entendemos que é necessário reduzir o crescimento e proporcionar estabilidade para os próximos anos, visando especialmente a qualidade de vida dos de todos os que conosco trabalham.

Policlínica *Ágape*

Darlene Ponciano Bonfim – Farmacêutica-bioquímica, Sócia-Diretora .

End.: Rua Ambrosina Maria de Jesus, 290

Centro – Vargem Grande Paulista – SP.

Home page: <http://www.saudeagape.com.br/>

Tel.: (11) 4158-8000

E-mail: saudeagape@terra.com.br

- Ouvindo Chiara Lubich propor a EdC, com meu marido e quatro filhos nos transferimos do interior de São Paulo para Vargem Grande Paulista. Temos a alegria ser uma das primeiras empresas da EdC. Desde a sua constituição entendemos que no agir econômico da Policlínica *Ágape* não se tratava de *fazer* EdC, mas de *ser* EdC. Começamos em 1992 quando uma médica recém-formada decidiu disponibilizar, como comunhão de bens, uma quota do capital obtido com a venda de jóias herdadas de sua mãe, para dar início a uma

atividade econômica de prestação de serviços na área de saúde. Outros profissionais aderiram a essa iniciativa e realizou-se uma comunhão profunda de vidas, sonhos, coragem, tempo, competência, capital, equipamentos, a fim de tornar tangível o desejo de construir um novo conceito e uma nova prática na área da saúde. Não por acaso o nome escolhido foi Policlínica *Ágape*, que vem do grego e quer dizer “o tipo de amor mais perfeito”. Atualmente a Policlínica dispõe de uma equipe de 54 profissionais e de um diversificado campo de atendimento: 17 especialidades médicas, diagnóstico por imagem e ambulatório de psicologia, fonoaudiologia e fisioterapia. Trabalham conosco profissionais com ou sem referenciais religiosos. O princípio que rege a nossa atividade é a “Regra de Ouro” proposta no Evangelho, ou seja, “fazer ao outro o que gostaria fosse feito a conosco para fazer uma especialização decidi retornar à Policlínica porque, segundo ele, nos outros ambientes nos quais trabalhou ou estudou sentiu a falta do respeito, da honestidade e da alegria que existem na *Ágape*. Um outro exemplo é de um médico que sempre se mostrava muito fechado diante das pessoas. Era um comportamento que destoava no clima de alegria e espontaneidade na *Ágape*. Diante dessa situação perguntei-me: “Será que eu consegui demonstrar que lhe queremos bem?” A resposta a essa pergunta veio através de uma frase que certa vez escutei: “Todo ser humano possui pelo menos dez qualidades; quando não conseguimos reconhecê-las, o problema não está no outro, mas em nós”. A partir desse momento esforcei-me para aumentar o diálogo com esse médico, evidenciando as qualidades que possuía. Depois de algum tempo, esse colega me disse: “Eu era um monstro e vocês estão fazendo de mim um homem”, passando a dialogar e ter maior tolerância no contato com funcionários e pacientes. Esse é, de fato, o ponto comum a todos os que trabalham na *Ágape*: a busca de um novo horizonte na área da saúde para melhor servir os mais de trinta mil clientes que acompanhamos. Eles são o nosso patrimônio primordial, a quem queremos oferecer a experiência do *Ágape*. No campo da ética procuramos sustentar uma prática pautada no estabelecimento de relações respeitadas e solidárias em todos os níveis. Certa vez, por exemplo, uma empresa da área de

convênio médicos nos pressionou a fim de não credenciarmos outra empresa do mesmo ramo sob pena de termos o nosso contrato rescindido. Conscientes de que nos encontrávamos num jogo de interesses mercadológicos, mantivemos nossa posição de não compactuarmos com a concessão de privilégios e, mesmo assim, garantimos a continuidade do contrato. Ao longo desses anos, temos percebido que essa práxis tem causado um forte efeito na comunidade local, propiciando aos clientes o reconhecimento da identidade que nos distingue como atividade empresarial no campo da saúde.

Sabor & Vida Pães e Delicatessen Ltda.

Maria do Carmo Guimarães – formada em Sociologia Política e Pedagogia, Sócia proprietária.

End.: Rua Augusto Farinha, 934 – Butantã
05594-001 – São Paulo - SP

Home Page: <http://www.congeladossaborevida.com.br/>

Fone/ fax: (11) 3731-6573 / 3735-5557

E-mail: sabor.vida@uol.com.br

- Em 1998, junto com mais duas sócias abrimos a fábrica de alimentos congelados *Sabor & Vida* e passamos a participar da EdC. Eu tinha me aposentado depois de uma experiência de muitos anos na área da educação e desejava fazer algo em benefício da humanidade. Com pouca experiência empresarial, o primeiro grande desafio que enfrentamos foi a crise da desvalorização do Real e as suas conseqüências no ramo de alimentos. Outro grande desafio ocorreu em junho de 2001 com a crise energética, que nos impôs desligar os freezer e perder 60% do nosso faturamento. Tudo indicava que seria melhor encerrar as atividades. Porém, para comprovar a ação do “acionista invisível” nas empresas da EdC, recebemos inesperadamente a oferta de uma Carteira de clientes e tecnologia no segmento de pratos congelados. Apresentaram-se novos desafios. Uma das sócias retirou-se e fizemos uma proposta à funcionária encarregada da produção para assumir esse lugar. Passamos por um processo de mudança radical. Conseguimos recursos para novos investimentos, desenvolvemos novos fornecedores e treinamos a mão-de-obra para a fabricação e

comercialização de pães, bolos, doces, sobremesas, biscoitos, tortas, lanches, produtos alimentícios, congelados e afins. Com o crescimento da demanda, iniciamos as vendas através da *internet*. O *site* foi elaborado por um cliente especialista em informática que, providencialmente, nos fez a proposta de reverter o valor do seu serviço em créditos para a aquisição de nossos produtos. As vendas através do *site* ampliou o quadro de clientes e significativamente o faturamento. Com a chegada de uma outra sócia, formada em Tecnologia da informação, a *Sabor & Vida* ganhou uma visibilidade nacional e, conseqüentemente uma grande credibilidade. Surpreendeu-nos o fato que o programa da TV Globo *Pequenas Empresas, Grandes Negócios* interessou-se pelo nosso trabalho. Em setembro de 2005, todo o Brasil pode ver a experiência de comunhão que procuramos viver. A surpresa maior aconteceu pouco tempo depois. No início de dezembro, inscrevemos a *Sabor & Vida* para participar do projeto *Extreme Makeover Tecnológico e Financeiro*, promovido pelo mesmo programa em parceria com a *Microsoft* e o *Bank Boston*. O objetivo do projeto era oferecer uma consultoria gratuita para aumentar a eficiência nos negócios das três empresas vencedoras. A *Sabor & Vida* foi uma das três escolhidas, de um total de 468 empresas inscritas. Em janeiro de 2006, foi feito o diagnóstico e identificadas as intervenções necessárias, entre elas a atualização dos *softwares* e a criação de uma rede que centralize o armazenamento de dados para permitir o acesso a eles de qualquer computador da empresa. Recebemos gratuitamente da *Microsoft* quatro computadores novos, um servidor com o armário de aço e a atualização dos *softwares*. O *Bank Boston* ofereceu o Certificado Digital e linhas de crédito e serviços eletrônicos que proporcionam facilidades e agilidade em relação à rotina financeira da empresa. Quando os trabalhos estavam sendo concluídos, a vice-presidente da *Microsoft*, Sra. Mitra Azizirad, veio dos Estados Unidos para conhecer o projeto de perto. Dentre as três empresas vencedoras, a *Sabor & Vida* foi escolhida para ser visitada. E no parecer dos coordenadores do projeto a escolha foi devido à motivação que sustenta a empresa, a forma como é administrada e como são vividos os

relacionamentos entre funcionários, dirigentes, clientes e fornecedores. Durante a visita, a Sra. Azizirad sentiu-se profundamente sensibilizada pela acolhida e fez questão de ela mesma comunicar a sua impressão aos responsáveis da *Microsoft* no Brasil. Ficou extremamente entusiasmada com os resultados e acrescentou: “Há grandes chances de reproduzi-los lá fora, em países com características econômicas semelhantes as do Brasil”. Por causa desses acontecimentos, a revista *Pequenas Empresas, Grandes Negócios* nas edições de janeiro a junho de 2006 e programas na TV *Globo*, *Globonews* e *Canal Futura* falaram sobre nossa forma de conduzir a empresa. Quando iniciamos, nunca podíamos imaginar que, um dia, nos aproximaríamos dessas grandes empresas e meios de comunicação. Somente uma manifestação do amor Deus pode realizar isso. Outra intervenção providencial foi a possibilidade de melhorarmos o *design* e arte gráfica do logotipo, das embalagens e dos produtos da empresa. Uma mestrandia de comunicação escolheu a *Sabor & Vida* como tema da sua dissertação, desencadeando uma colaboração mútua entre a teoria e a prática. Contemplamos diariamente esses “sinais” que para nós não são outra coisa senão uma consequência da escolha que fizemos de revestir a empresa com valores humanos como a gratuidade, a reciprocidade, a partilha em vista da fraternidade como prática cotidiana nos relacionamentos econômicos. Valores que encontramos na proposta da EdC e que, pouco-a-pouco, vão florescendo na promoção da dignidade dos 13 jovens e adultos que trabalham conosco. Com eles, com os fornecedores e clientes formamos uma verdadeira “família”. Experimentar o amor que vem do “Alto” nos rumos da economia é para nós a grande e divina aventura de cada dia. De fato, constatamos aquilo que Chiara afirma: “A EdC tem raízes no Céu e a sua realização na terra”.

1.7 – “Pescar juntos, comer juntos”

Todo homem é capaz de amar. Essa experiência, com efeito, corresponde às exigências éticas mais profundas que ele traz em si. Chiara Lubich sublinha que o amor “é lei para todo fiel de qualquer crença e está também no *DNA* de toda pessoa humana”¹⁴⁴ e, por isso, deduz-se que o homem só se realiza plenamente quando faz o bem, quando ama. Bruni cita Hanna Arendt que na obra *A banalidade do mal*, afirma que somente o bem é “radical” porque toca as raízes da vida; o mal não. Conclui Bruni que “o mal é “banal”; mesmo quando é tremendo e absoluto, jamais é radical”¹⁴⁵.

A história testemunha os efeitos positivos decorrentes do amor presente no coração humano e manifestado ao próximo como pessoa singular, como instituição ou povo. Esse é, de fato, o que pode fazer diferença no quadro de solidão que assola a humanidade. A socióloga Vera Araújo, focalizando a vocação humana de amar e viver em comunhão, pondera:

A solidão do cidadão global cresce à proporção que a sua vida se dilata em uma rede cada vez mais ampla de conhecimentos e informações, de contatos virtuais, de peregrinações de massa aos novos santuários do bem-estar consumista, de aglomerados de multidões barulhentas nos espaços de diversões e de entretenimento. A concha do *eu* se torna cada vez mais apertada, impedindo a manifestação da socialidade e do reconhecimento do outro, que é uma verdadeira fonte de dignidade e liberdade. O remédio para curar essa enfermidade deve se retomado em doses continuadas, diárias para que o organismo espiritual se acostume de novo à mobilidade e ao interesse. Trata-se quase de um processo de reabilitação. O quer significa, em pobres palavras, respeitar as diferenças para unir o corpo social, perscrutar a face do outro com simpatia e não com desconfiança, abrir-se ao diálogo sincero sem fechamentos pré-fabricados, cuidar dos relacionamentos interpessoais e cultivar amizades duradouras. Em síntese: romper a solidão vivendo a comunidade.¹⁴⁶

¹⁴⁴ LUBICH, Chiara. *Ideal e Luz. Pensamento, espiritualidade, mundo unido*. São Paulo: Brasiliense, São Paulo: Cidade Nova, 2003. p. 294

¹⁴⁵ BRUNI, Luigino. *Comunhão em as novas palavras em Economia*. Op. cit. p. 36.

¹⁴⁶ ARAÚJO, Vera. *A solidão na sociedade global*. **Cidade Nova**, Vargem Grande Paulista, n. 11, p.25, novembro/2003.

A experiência da EdC, com efeito, propõe a práxis econômica como “lugar ético-teológico” de amor, de comunhão. Os comportamentos normalmente considerados típicos de organizações sem fim lucrativo, passam a ser vividos em espaços que, naturalmente, tendem a buscar o lucro. O diferencial é que a proposta da EdC não se apresenta como uma nova forma de empresa alternativa às que já existe. Mas visa transformar as estruturas naturais das empresas, como intui Chiara, “orientando as relações intra e extra-empresariais segundo um estilo de vida de comunhão, tudo em pleno respeito aos valores autênticos da empresa e do mercado, frisados pela Doutrina Social da Igreja e, de maneira especial, por João Paulo II na encíclica *Centesimus Annus*”¹⁴⁷.

Na base dessa práxis, enfatiza a fundadora dos Focolares, “está a visão trinitária das relações interpessoais e sociais”. Através dessa, “há quem vislumbre uma nova chave de leitura que poderia enriquecer também a compreensão das interações econômicas e, assim, contribuir para superar a orientação individualista que prevalece hoje na ciência econômica”¹⁴⁸.

Esse estilo de agir econômico evoca a participação efetiva de todos os envolvidos no processo e permite uma releitura do slogan “Em vez de dar o peixe, é preciso ensinar a pescar” que perpassou a reflexão e a ação social das décadas de mil novecentos e setenta e oitenta. De fato, se observamos bem, essa proposta contém uma vertente de verdade, mas também abre possibilidade de um avanço epistemológico sobre o autêntico valor da relação no campo social. Esse avanço poderá superar elementos de assimetria e ambigüidade que porventura possam emergir dessa relação.

A relação em Deus constitui-se através de um amor potencializado por “atitudes de despojamento” que façam emergir o “outro” na sua integralidade. Essa relação em Deus torna-se, como já refletimos, paradigma para as relações humanas. A superação de toda assimetria, portanto, é relacional. É no despojamento, na *kênosis*, do *eu* a partir da necessidade do outro que se pode estabelecer um processo de superamento da ambigüidade presente no coração humano. Todo homem, com efeito, possui essa vocação, ou seja, esse tipo de atitude projeta-o a buscar a superação de si mesmo, partindo sempre da necessidade do “outro”, amando o “outro” com o “maior amor” que é capaz de “dar a vida por seus amigos” (cf. *Jo*, 15,13).

¹⁴⁷ LUBICH, Chiara. *O Movimento dos Focolares e a Economia de Comunhão*. In: *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho*. Op. cit. P. 17.

¹⁴⁸ *Ib.* p. 19

Nesse sentido, o fato de eu “ter” o peixe para “dar” pressupõe uma diferença social. A afirmação revela uma assimetria subliminar. Também o fato de “ensinar a pescar” expõe que a relação se dará a partir do que eu já tenho como conceito de “como pescar”. Outro aspecto é que pode surgir uma postura de superioridade porque o “outro” não sabe pescar como eu sei e deverá aprender a fazê-lo através do que já tenho conceitualmente pronto. Existe, então, a possibilidade de uma dependência de valores e posturas por parte de quem aprende, comprometendo a sua dignidade e originalidade como pessoa humana.

Por analogia, a comunhão proposta na experiência da EdC, tende a amadurecer e fazer avançar essa perspectiva através de uma práxis que promova o “pescar juntos e comer juntos”. Essa parece mais de acordo com a vivência do amor trinitário nas relações econômicas. De fato, ser pobre para a proposta da EdC significa despojar-se de tudo o que impede de estabelecer um diálogo aberto com o outro. Posso “ter o peixe”, mas devo ser capaz de despojar-me dele, inseri-lo na comunhão dos bens e aprofundar as causas que impedem o “outro” de pescar segundo suas próprias potencialidades e deixar emergir da comunhão uma nova postura diante das necessidades que lhe são inerentes. É uma decisão de não mais “ter o peixe” pescado somente por mim e do jeito que até então eu pescava. Significa aprender novamente a pescar, abrindo espaço ao “outro”, aos valores, idéias e potencialidades que possui, mesmo se totalmente diferentes das minhas. E o resultado desse “novo” modo de pescar é partilhado, é “celebrado” e “comungado” junto.

Com efeito, Chiara Lubich evidencia que os pobres ajudados através da distribuição de uma parte dos lucros da EdC estão no mesmo plano de dignidade que os empresários:

Aqueles que se encontram em dificuldade econômica, os destinatários de uma parte dos lucros, não são considerados simplesmente “assistidos” ou beneficiados” pela empresa. São, isso sim, membros do Projeto, no âmbito do qual doam aos demais suas necessidades. Eles também vivem a cultura da partilha. De fato, muitos deles renunciam ao auxílio que recebem tão logo recuperam um mínimo de independência financeira, e muitas vezes partilham com outros o pouco que possuem.¹⁴⁹

Muitos desses “pobres”, ao perceberem que estão inseridos na dinâmica da *cultura da comunhão*, escrevem comunicando suas experiências às Comissões Internacionais, Nacionais

¹⁴⁹ Ib. p.18.

e Regionais da EdC. Essas são responsáveis pela distribuição dos resultados dos lucros colocados em comum pelas empresas no mundo inteiro. Somam-se a esses resultados a contribuição extraordinária pedida aos membros do Movimento dos Focolares para os 12.000 pobres, enquanto os lucros da EdC ainda não forem suficientes para cobrir todas as necessidades. Apresentamos trechos de algumas dessas cartas, publicadas na seção Cartas do Mundo, do Noticiário *Economia de Comunhão. Uma nova Cultura* (Not. EdC), suplemento da Revista *Cidade Nova*:

Nigéria – Em 1993 havia concluído os dois primeiros anos da faculdade, mas precisei interromper os estudos. Apesar de trabalhar e economizar, ganhava tão pouco que perdi a esperança de poder ir para frente. Naquele período, recebi a ajuda dos lucros da EdC que me deu chance de prosseguir. Em 1997 me formei e comecei a procurar trabalho, mas só o consegui depois de três anos. Chegou a hora, então, de ajudar alguém que nem conheço, mas que realmente precise de minha pequena contribuição, assim como eu precisei. Peço a Deus que me dê um coração grande como o dEle para ver as necessidades dos outros. (Not. EdC. n. 13 - junho/2001)

Filipinas – Sou casada e tenho dois filhos. Conseguimos construir uma pequena cozinha atrás da nossa casa com o dinheiro que recebemos e que aprendi a administrar. Meu marido conseguiu um emprego e agora temos o suficiente para a nossa família. Podemos, então, passar a ajuda que recebíamos para alguém que precisa mais. (Not. EdC. n. 13 - junho/2001)

Brasil – Assim que eu concluí o período de recuperação da droga, consegui um emprego, me casei e tivemos duas meninas gêmeas, mas recebia salário mínimo. Com a ajuda da EdC, comecei um pequeno negócio e trabalho junto com minha esposa. As dificuldades econômicas não acabaram, mas temos a alegria de poder, também nós contribuirmos com uma pequena quantia para os 12.000 pobres. (Not. EdC. n. 13 - junho/2001)

República Dominicana – Finalmente estávamos construindo a nossa casa em alvenaria, mas nos faltava o dinheiro para o telhado. Graças à abençoada ajuda que inesperadamente recebemos, agora podemos terminar a casa. (Not. EdC. n. 14 - abril/ 2002)

Sérvia – Há mais de dez anos tínhamos um sonho: construir um banheiro dentro de casa. Algum tempo atrás começamos a obra fazendo um empréstimo, mas apesar de todos os nossos esforços, não estávamos conseguindo cobrir os custos. Quando usamos as últimas moedas que tínhamos para comprar pão, recebemos a ajuda e experimentamos de forma palpável o amor de Deus e dos irmãos. (Not. EdC. n. 14 - abril/ 2002)

Brasil – Estou com câncer e com a ajuda que recebo consigo pagar um plano de saúde que cobre o tratamento que preciso fazer. Rezo e ofereço tudo para que a EdC se desenvolva e agradeço profundamente por esta explosão de graças que foi esse projeto. Não sei o que seria de mim sem essa preciosa providência. (Not. EdC. n. 16 – janeiro/2003)

Argentina – Foi muito difícil aceitar a ajuda econômica da qual necessitava. Jamais precisei pedir alguma coisa a alguém porque trabalhava. Mas agora estou feliz, porque também pude contribuir com um pequeno trabalho: preparo e vendo pratos de peixe. Toda vez que saio à rua, tenho que vencer a vergonha, que supero pensando que posso retribuir a àquela gota de amor que eu mesma recebo. (Not. EdC. n. 18 – fevereiro/2004)

Brasil – A minha família sempre teve tudo do ponto de vista financeiro, mas no ano passado, em razão de uma falência, perdemos tudo e começou a faltar até mesmo o alimento. A ajuda extraordinária chegou sempre como um presente de Deus que me dá o que comer. (Not. EdC. n. 20 – janeiro/2005)

Bósnia – Depois de passar dez anos vagando por vários países, finalmente voltamos para a casa em que vivíamos antes da guerra. Ela estava destruída e invadida pelo mato. Com a ajuda recebida conseguimos restaura-la. É simples, mas habitável. Tudo ao redor ainda fala de ódio, mas nós temos no coração a luz e a alegria de nos sentir parte desta grande família dos Focolares. (Not. EdC. n. 20 – janeiro/2005)

Croácia – Com a guerra, perdemos a casa e, várias vezes, também o emprego. Só com ajuda, que chega sempre no momento certo, conseguimos sobreviver pagar o aluguel. (Not. EdC. n. 21 – julho/2005)

Como sugere Valadier, “a moral deve julgar a ética”, e essa concebida como “a vasta esfera das relações humanas sempre particularizadas em uma situação histórica e cultural”¹⁵⁰. A EdC, caracterizada como um dos sinais históricos emergentes em vista de uma nova ética econômica, torna-se passível de questionamentos mas, ao mesmo tempo, capaz de contribuir para o que se concretize a utopia de uma economia centrada no valor do homem, enraizada na comunhão trinitária. Com efeito, Chiara Lubich impulsiona todas as comunidades dos Focolares e pessoas ligadas ao projeto EdC: “É necessário que o entusiasmo com o qual a EdC teve início nos acompanhe sempre, e não decepcione as muitíssimas experiências dos pobres. Queremos vivê-la para a glória de Deus e para que volte a reviver o espírito e a praxe dos primeiros cristãos: “eram um só coração e uma só alma... e não havia entre eles indigente algum” (cf. At 4, 32-34) ¹⁵¹.

¹⁵⁰ VALADIER, Paul. *Moral em desordem*. Op. cit. p. 14.

¹⁵¹ LUBICH, Chiara. *Economia de Comunhão. História e Profecia*. Op. cit. p. 60.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente estudo, podemos nos dar conta da grandiosidade e da complexidade que o tema representa. Assumimos diante disto, recolher elementos introdutórios para a compreensão dos aspectos ético-teológicos do projeto desenvolvido por Chiara Lubich, junto com as pessoas que o integram em sua realização. Esta primeira aproximação abre certamente janelas para inquietações mais específicas a serem aprofundadas. Por isto mesmo, ao encerrar esta etapa, julgamos ser ainda cedo para falar com propriedade de conclusões, cabendo melhor estabelecer algumas considerações finais.

Entre os vários aspectos que chamam a atenção de um estudo acadêmico sobre o tema que tratamos é certamente o aspecto científico que lhe dá suporte. Neste sentido, é interessante perceber que o Projeto EdC não nasce diretamente de uma teoria econômica e nem mesmo teológica. Nasce, é verdade, de uma experiência cristã que supõe bases teóricas, mas estas não são tão explícitas em seu nascedouro. Desta forma, sua doutrina encontra-se ainda em fase embrionária, as definições, as argumentações, os conceitos, enfim, a epistemologia da EdC nascem e crescem concomitantes às experiências concretas de reflexão e atitudes centradas no amor que gera a comunhão vividas no âmbito empresarial e acadêmico. Situo, portanto, a presente dissertação como parte dessa etapa embrionária. Mesmo que a reflexão tenha base em elementos com características científicas, a forma de expressão pode ser acolhida como experimental.

Esta consideração sobre suas bases teóricas leva a dizer que, mesmo se ampliada com a participação de alguns interessados mais próximos à estrutura do Projeto, a formatação que está emergindo da EdC, não tem a intenção imediata de se formular teoricamente como proposta para toda a sociedade contemporânea, embora, sem dúvida se apresente como uma alternativa proveniente de uma experiência cristã, já em ato através das comunidades dos Focolares e da adesão de centenas de empresários à proposta. Deste modo, esse novo modo de concepção ética-teológica-econômica está indicando o surgimento de um protótipo para a interlocução que a teologia é permanentemente chamada a estabelecer com a realidade da vida humana. Conseqüentemente, é uma espécie de “oxigenação” e apoio para a reflexão e ação de grupos, comunidades e movimentos. Tais segmentos, animados pela dimensão da fé ou

movidos por ideais antropológicos, têm buscado encarnar a experiência da comunhão vivida pelas comunidades cristãs nascentes que “tinham tudo em comum” e, por isso, “não havia entre eles indigente algum” (cf. *At* 4,32;34). Com razão, encontram na EdC um espaço multifacetado para o diálogo e concretizações comuns no campo socioeconômico.

No decorrer da pesquisa, constatamos que na EdC é a vida que está produzindo uma doutrina econômica alternativa. Tudo indica que essa intuição está, de fato, respaldada por dois aspectos estreitamente entrelaçados: o *ético* e o especificamente *teológico*. *Ético* por demonstrar a abertura de espaço para que o dom da dignidade e da genialidade humana seja colocado em comum a serviço dos outros, sem fundamentalismos e sem determinismos, ou seja, na liberdade. *Teológico* porque provoca o “abrir espaço” para o “outro” e permite que esse se expresse com sua “pobreza” ou “riqueza” na comunhão com todos, segundo uma fundamentação explícita da fé cristã. Tal fundamentação é centralizada na revelação do grande mistério do amor mútuo vivido na Trindade, através da condição e vida sócio-cultural de Jesus Cristo.

Constatamos que ao longo dos séculos, através da sua ação evangelizadora, a Igreja não buscou outro objetivo senão configurar a convivência sócio-cultural-religiosa com o modelo teologal de relacionamento entre as três Divinas Pessoas. Desde a publicação da *Rerum Novarum* até a *Centesimus Annus*, essa é uma das linhas que evidentemente conduz a *Doutrina Social da Igreja*, configurando a sua reflexão e ação na vigilância para com o valor da dignidade humana, o respeito à propriedade, o acesso ao trabalho e salário justo e a libertação das ideologias que tolhem a liberdade em todos os níveis. Diante da condição do homem pós-moderno, não foi diferente o pensamento de João Paulo II. Em contato direto com a emergência do processo neoliberal, o papa não podia não se deixar atingir pelo dinamismo do Espírito de Deus que, contemplando o “vazio” do mundo, incita permanentemente a Igreja a servir a humanidade sofredora.

De fato, a grande contribuição deixada pelo Pontificado de João Paulo II foi o diálogo estabelecido em todos os níveis com experiências religiosas, políticas, econômicas e culturais. Na *Centesimus Annus*, com efeito, ele sinalizou o desafio à construção de uma sociedade nova. Colocou, então, o foco sobre o trabalho humano funcionando como fator produtivo das riquezas materiais e espirituais e a não consideração do lucro como único indicador de progresso e bem-estar. Essa postura trouxe à superfície um confronto surgido durante a passagem do sistema comunal das *corporações*, provocando sua erupção no advento da Reforma. A questão do “lucro” como sinal da “eleição de Deus” revela, efetivamente, um

paradoxo referente à proposta evangélica, e conseqüentemente teológica, em relação ao conceito de pobreza e riqueza. Com efeito, a teologia que emergiu da *Doutrina Social da Igreja*, especialmente com João Paulo II tem um caráter profético quando evidencia que diante da necessidade de atitudes éticas no campo sócio-econômico, não se pode dar uma resposta puramente financeira e econômica. O objetivo a ser alcançado é justamente o desenvolvimento integral do homem, de todos os homens e estabelecer a comunhão entre eles.

Nessa mesma linha, é difícil negar o tom desafiador e provocativo das palavras do Papa João Paulo II no discurso de abertura da *IV Conferência do Episcopado Latino-americano de Santo Domingo*, quando afirma: “é preciso aumentar os meios e distribuir com maior justiça a riqueza, para que todos possam participar eqüitativamente dos bens da criação”; e para isso, conclui que “são necessárias soluções a nível mundial, instaurando uma verdadeira *economia de comunhão* e participação de bens, tanto na ordem internacional como nacional”.

Sob esse cenário, a EdC pode ser vista como uma resposta convergente a um novo comportamento ético de reciprocidade na economia. E, com razão, no dizer de Chiara Lubich, traduz-se em uma “contribuição específica” do Movimento dos Focolares para a realização da Doutrina Social da Igreja e para “estimular uma nova mentalidade, um novo estilo de vida no campo socioeconômico”.

Certamente que análises racionais e estudos como esta dissertação não conseguem explorar toda a profundidade daquilo que Chiara Lubich, junto com os membros dos Focolares, estudiosos, empresários, funcionários e, principalmente com os pobres, têm como objetivo ao respaldarem a concepção e o dinamismo do Projeto EdC. De fato, a ontologia da EdC não é composta somente por especulações racionais. A razão humana tem seus limites para chegar até à essencialidade escondida em experiências de gratuidade, reciprocidade, fraternidade, partilha, comunhão, amor, Deus. Não por acaso Chiara Lubich afirma que “A EdC tem raízes no Céu e a sua realização na terra”.

O que se pretende com essa dissertação é evocar que, na volta do discurso ético ao conjunto do meio econômico, é também possível considerar a experiência de Chiara Lubich e das comunidades dos Focolares, especialmente através da novidade trazida pela EdC. Com efeito, esse novo Projeto também pode ser visto como expressão e realização da novidade latente na experiência do cristianismo vivido a exemplo da Trindade. É também encarada como antecipação daquela moral que Marciano Vidal argumenta ser a “moral do presente e

mais ainda, a do futuro”, ou seja, a “moral trinitária”, “coração de todo o universo teologal”, conforme pudemos ver.

Não obstante estarem sujeitas à instabilidade inerente ao contexto mercadológico, e ainda condicionada a uma errônea visão filantrópica e assistencialista do trabalho que desenvolvem, as empresas da EdC sinalizam a emergência de um estilo de agir econômico aplicável, possível e sustentável. O eixo integrador dessa atividade não é outro senão a *cultura da comunhão*, diametralmente oposta à *cultura do ter*, do ganhar para si, produto do individualismo pragmático predominante no contexto econômico hegemônico. Dessa forma, a EdC deseja ser uma vertente que possa contribuir para renovar “por dentro” o modelo econômico vigente.

A centralidade do projeto EdC, com efeito, é o *pobre*, são os pobres a inspiração primeira do surgimento do Projeto. Se assumirmos o olhar de Chiara Lubich sendo questionado pelo gritante desequilíbrio social na região metropolitana de São Paulo; se sentirmos a vibração do sofrimento do coração de pastor do cardeal Arns ao ter que comparar o cinturão de pobreza em torno da cidade com a “coroa de espinhos” de Cristo; se nos deixarmos interpelar pela miséria da favela diante da qual a empresária Ercília Fiorelli ficou presa no trânsito; enfim, se nos permitirmos adentrar nas múltiplas carências das pessoas e comunidades do Brasil e de outros países, certamente captaremos a força do impulso primeiro que desencadeou o projeto EdC. Os limites estruturais do projeto podem ser reconhecidos diante da complexidade da cultura e das situações atuais; mas podem também ser entendidos na perspectiva evangélica dos “cinco pães e dois peixes” para a multidão. Significa uma iniciativa de partilha em que a insuficiência humana conta com a força do Espírito que a conduz.

Assim, o grito dos pobres continua sendo a voz do Espírito que convoca a traduzir em iniciativas e em práticas a mais preciosa das capacidades humanas: a capacidade de amar. Equacionar essa possibilidade dependerá do quanto o amor teológico e teologal, profundamente e coerentemente vivido, for capaz de levar a humanidade a “pescar juntos, comer juntos”. Esse é o sonho sonhado por Chiara Lubich e por muitos homens e mulheres de nosso tempo através do Projeto Economia de Comunhão na Liberdade.

BIBLIOGRAFIA

1. DOCUMENTOS ECLESIAIS

JOÃO PAULO II. *Centesimus Annus*. 5 ed. São Paulo: Paulinas, 2002.

_____. *Laborem Exercens*. 12 ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. *Redemptor Hominis*. São Paulo: Paulinas, 1984.

_____. *Sollicitudo Rei Socialis*. São Paulo: Paulinas, 1988.

JOÃO XXIII. *Mater et Magistra*. 11 ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. 13 ed. São Paulo: Paulinas, 2002.

MEDELLIN, Conclusões da II Conferência do Episcopado Latino-americano. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1977.

PAULO VI. *Populorum Progressio*, 12 ed. São Paulo: Paulinas, 1990.

PIO XII. *Quadragesimo Anno*. 4 ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

PUEBLA, Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. de. Texto Oficial. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1979.

SANTO DOMINGO. Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino-americano. Texto Oficial. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1992.

VATICANO II, Compêndio do. *Constituições, Decretos, Declarações*. Petrópolis: Vozes. 1984.

2. ESTUDOS

ARAÚJO, Vera. *Jesus e o uso dos bens*. São Paulo: Cidade Nova, 1994.

AUBERT, R. *Nova História da Igreja, A Igreja na Sociedade Liberal e no Mundo Moderno I*. Petrópolis: Vozes, 1975.

AUBERT, R. e outros. *Nova História da Igreja, A Igreja na Sociedade Liberal e no Mundo Moderno II*. Petrópolis: Vozes, 1976.

- BIGO**, Pierre. *A Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1969.
- BRUNI**, Luigino (org.). *Economia de Comunhão, uma cultura econômica em várias dimensões*. São Paulo: Cidade Nova, 2002.
- _____. *Comunhão e as novas palavras em Economia*. São Paulo: Cidade Nova, 2005.
- BRUNI**, Luigino; **LUCA** Crivelli. *Per una economia di comunione, un approccio multidisciplinare*. Roma: Città Nuova, 2004.
- CAMBÓN**, Enrique. *Assim na terra como na Trindade, O que significam as relações trinitárias na vida em sociedade?*. São Paulo: Cidade Nova, 2000.
- COLA**, Silvano. *La Trinità, fatti e retroscena fino alla formulazione del dogma*. Roma: Città Nuova, 1993.
- DONEGANA**, Costanzo. *Eles, os excluídos. Superando a apartação social com a comunhão*. São Paulo: Cidade Nova, 1995.
- FORTE**, Bruno. *Trinità come storia, Saggio sul Dio Cristiano*. Milano: Paoline, 1985.
- GALILEA**, Segundo. *A Igreja das bem-aventuranças*. São Paulo: Paulinas, 1980.
- GAMBIM**, Valdir. *Ensino Social da Igreja e o destino comum dos bens*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- KÜNG**, Hans. *Projeto de Ética Mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- LUBICH**, Chiara. *Economia de Comunhão, História e Profecia*. São Paulo: Cidade Nova, 2004.
- _____. *Escritos Espirituais Vol III*. São Paulo: Cidade Nova, 1984.
- _____. *Ideal e Luz. Pensamento, espiritualidade, mundo unido*. São Paulo: Brasiliense, Cidade Nova, 2003.
- _____. *Um novo caminho, A espiritualidade da Unidade*. São Paulo: Cidade Nova, 2004.
- _____. *A Arte de Amar*. São Paulo: Cidade Nova, 2006.
- MATOS**, Henrique Cristiano José. *Introdução à História da Igreja, volumes 1 e 2*. Belo Horizonte: O Lutador, 1997.
- MARX & ENGELS**. *Manifesto do Partido Comunista, Texto Integral*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MESTERS**, Carlos. *Seis dias nos porões da humanidade*. Petrópolis: Vozes, 1977. 2ª edição.
- MOLTMANN**, Jürgen. *Quem é Jesus Cristo para nós hoje?*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- OLIVEIRA**, Manfredo A. (Org.). *Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea*. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 2001.

PERGORARO, Olinto A. *Ética é Justiça*. Petrópolis: Vozes, 2002. 7ª edição.

PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982.

ROSSÈ, Gérard. Não mais pobres entre vós. Riqueza e comunhão de bens na Bíblia. São Paulo. Cidade Nova, 1995.

SACCO, Pier Luigi, **ZAMAGNI**, Stefano. *Complessità relazionale e comportamento econômico - Materiali per un nuovo paradigma di relazionalità*. Bolonha: Società Editrice Il Mulino, 2002.

SANTOS, Theotonio. *Do terror à esperança. Auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida: Idéias & Letras, 2004.

VIDAL, Marciano. *Nova Moral Fundamental, O lar teológico da ética*. Santuário, Paulinas: São Paulo, 2003.

VÁRIOS. *Economia de Comunhão, Projeto, Reflexões e Propostas para uma Cultura da Partilha*. 2ª. edição, São Paulo: Cidade Nova, 1998.

VÁRIOS, *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho, publicado pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação da Economia de Comunhão*. São Paulo: Cidade Nova, 1999.

WEBER, Max. *História geral da Economia*. São Paulo: Mestre Jou: 1968.

3. DICIONÁRIOS E COMPÊNDIOS

DICIONÁRIO DE BIOÉTICA. Vila Nova de Gaia-Aparecida: Perpétuo Socorro-Santuário, 1997.

DICIONÁRIO DE CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO CRISTIANISMO. São Paulo: Paulus, 1999.

DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA. São Paulo: Paulus, 2005.

DICIONÁRIO DE TEOLOGIA MORAL. São Paulo: Paulus, 1997.

COMPÊNDIO DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA. São Paulo: Paulinas, 2005.

4. REVISTAS E COLEÇÕES

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. *Ensino Social da Igreja - I Centenário*. Petrópolis, v. 51, n. 204, 1991.

CONCILIUM. *Cem anos de Doutrina Social Católica.* n. 237, 1991/5: Sociologia da Religião. Petrópolis: Vozes.

NUOVA UMANITÀ. *Rivista bimestrale di Cultura.* anno XXVII, nn.159-160, maggio-agosto 2005/3-4.

ABBA. Revista de Cultura. Suplemento da Revista Cidade Nova. Vol. VII, n. 3. ano 2004.

REVISTA DE CULTURA TEOLÓGICA. Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Ano VIII, n. 32, julho/setembro, 2000.

REVISTA DE CULTURA TEOLÓGICA. Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Ano XII, n. 49, outubro/dezembro, São Paulo: Paulinas, 2004.

COLEÇÃO PATRÍSTICA. *Padres Apostólicos.* São Paulo: Paulus, 1975.

APOSTILAS ESCOLA SOCIAL IGINO GIORDANI. *A relação Igreja-Mundo segundo os Padres da Igreja.* São Paulo, 1986.